

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ANA PAULA SPECK FEIJÓ

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: RELAÇÃO ENTRE
FREQUÊNCIA ESCOLAR E SAÍDA DA POBREZA A PARTIR DA
VISÃO DE BENEFICIÁRIAS RESIDENTES NA REGIÃO SUL DE
CAMPINAS (SP).**

CAMPINAS

2014

ANA PAULA SPECK FEIJÓ

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: RELAÇÃO ENTRE
FREQUÊNCIA ESCOLAR E SAÍDA DA POBREZA A PARTIR DA
VISÃO DE BENEFICIÁRIAS RESIDENTES NA REGIÃO SUL DE
CAMPINAS (SP).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Educação, Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. André Pires

PUC – CAMPINAS

2014

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Autor: FEIJÓ, ANA PAULA SPECK.

Título: "PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: RELAÇÃO ENTRE FREQUÊNCIA ESCOLAR E SAÍDA DA POBREZA A PARTIR DA VISÃO DE BENEFICIÁRIAS RESIDENTES NA REGIÃO SUL DE CAMPINAS (SP)".

Orientador: Prof. Dr. ANDRE PIRES

Dissertação de Mestrado em Educação

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado em Educação da PUC-Campinas, e aprovada pela Banca Examinadora.

Data: 04/02/2014


BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. ANDRE PIRES



Profa. Dra. MARIA SILVIA P. M. L. DA ROCHA



Prof. Dr. JOSÉ ROBERTO RUS PEREZ

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informação - SBI - PUC-Campinas

t339.210981 Feijó, Ana Paula Speck.

F297p

Programa Bolsa Família: relação entre frequência escolar e saída da pobreza a partir da visão de beneficiárias residentes na Região Sul de Campinas (SP) / Ana Paula Speck Feijó. – Campinas: PUC-Campinas, 2014.
111 p.

Orientador: André Pires.

Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Pós-Graduação em Educação.

Inclui bibliografia.

1. Renda – Distribuição – Brasil. 2. Programa Bolsa Família (Brasil) 3. Pobreza. 4. Escolas - Frequência. 5. Escolaridade. I. Pires, André. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Pós-Graduação em Educação. III. Título.

22.ed.CDD – t339.210981

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. André Pires,
Orientador, incentivador e guia para o desenvolvimento desta pesquisa e construção desta dissertação, pelo apoio, atenção e paciência nestes dois anos de trabalho.

Ao Prof. Dr. Adolfo Ignacio Calderon,
Incentivador e exemplo de mestre, durante este período de curso, pelo exemplo de profissional dedicado ao desenvolvimento dos alunos.

Aos Profs. Drs. José Roberto Rus Perez e Maria Silvia Pinto de Moura L. da Rocha, pelas importantes sugestões que tanto contribuíram para a construção deste texto.

Aos Mestres Gustavo Guimarães Escobar e Fátima Regina Colevate, pelo grande incentivo e apoio para que este sonho se tornasse realidade.

Ao SENAC Campinas, representado pela Sra. Irece Piazzentin Nabuco, pelo incentivo moral e financeiro para a conquista deste título.

A colega Angélica Lima, pela paciência, parceria e apoio durante este importante período.

A minha querida irmã Leandra, pela paciência e disponibilidade em auxiliar com a revisão ortográfica.

A Sra. Gisleide Abreu, pela confiança e disponibilidade em abrir o espaço do Centro Público de Apoio ao Trabalhador (CPAT) e do DAS Sul para o desenvolvimento da pesquisa de campo.

Aos Trabalhadores do DAS Sul, pelo acolhimento e apoio durante a coleta dos dados.

As Entrevistadas, pela confiança de relatarem aspectos das suas vidas e me permitirem o alcance de dados tão ricos para realização de meu trabalho.

Ao meu amado marido, Cristiano Rodrigues Barcellos, amigo e companheiro de todas as horas. Pela sua infinita compreensão, parceria e incentivo. Por ter sempre me apoiado e acreditado que meus sonhos podem se tornar realidade, entre eles o título de mestre.

RESUMO

FEIJÓ, Ana Paula Speck. *Programa Bolsa Família: percepções sobre “ter estudos” a partir da visão de beneficiárias residentes na região sul de Campinas (SP)*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Campinas, 2013.

O Programa Bolsa Família (PBF) é uma política de transferência de renda, implantada pelo governo federal, em 2003, que visa combater a pobreza. Destina-se a famílias com renda *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00. O desenho do PBF busca enfrentar a pobreza articulando ações em dois períodos temporais. Em curto prazo, transferir renda diretamente às famílias, atuando na redução da chamada pobreza absoluta. Em longo prazo, combater a chamada transmissão intergeracional da pobreza, por meio de condicionalidades vinculadas à saúde e, sobretudo, à educação. Em relação à educação, é exigida frequência escolar mínima de 85% para as crianças entre 6 e 15 anos de idade, e 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos de idade. O pressuposto deste entendimento, que vincula transferência de renda com exigência de frequência escolar, é que as crianças e jovens, ao entrarem cedo no mercado de trabalho, diminuiriam a sua escolaridade e reduziriam drasticamente suas chances de sair da pobreza quando adultas. Muitos trabalhos realizados sobre o PBF têm privilegiado a análise sobre a efetividade do programa em relação a indicadores de redução do absenteísmo e da evasão escolar. Todavia, estudos que privilegiem as percepções dos próprios destinatários sobre a importância da participação no programa em relação à melhoria de suas vidas não são tão frequentes. Esta pesquisa visa compreender como se estabelece a relação entre frequência escolar e saída da pobreza, de acordo com as percepções dos próprios titulares das famílias beneficiadas pelo PBF, residentes na região sul do município de Campinas (SP). Trata-se da região que abriga a maior parte das famílias assistidas pelo programa, neste município, cerca de 42% da população, de acordo com o Censo de 2010. Para a elaboração desta dissertação, foram analisadas 15 entrevistas realizadas entre os meses de dezembro de 2012 a janeiro de 2013, junto aos titulares do PBF. Os resultados desta investigação nos mostram que o PBF para estas entrevistadas colabora com uma melhoria imediata em suas vidas e de suas famílias, porém não as retira da situação de pobreza, e não fica claro, em suas afirmações, uma perspectiva de alcance disto para o futuro.

Palavras Chave: Programa Bolsa Família; Pobreza; Frequência Escolar; Escolaridade; Campinas (SP).

ABSTRACT

FEIJÓ, Ana Paula Speck. *Bolsa Família Program: insights of "have studies" from the perspective of beneficiaries residing in the southern region of Campinas (SP)*. In 2013. Dissertation (Master of Education) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Graduate Program in Education, Campinas, 2013.

The Bolsa Família Program (BFP) is a cash transfer program, implemented by the federal government, in 2003, which aims to fight poverty. It is intended for families whose per capita income is equal or less than R \$ 140.00. The draft of the BFP seeks to confront the poverty articulating actions in two time periods. In short-term; direct cash transfers to the families, acting in what is called absolute poverty. In the long term; combat what is called intergenerational transmission of the poverty, through conditionalities linked to health and especially education. In relation to education, school attendance is required at least 85% for children between 6 and 15 years old, and 75% for adolescents between 16 and 17 years old. The assumption of this understanding, which links income transfers to required school attendance, is that children and young people, as they enter in the labor market on early age, decrease their schooling, and drastically reduce their chances of escape of the poverty as adults. Many studies conducted on the BFP have privileged the analysis of the effectiveness of the program in relation to indicators of reducing absenteeism and school dropout. However, studies that privilege the perception of the recipients, about the importance of the participation of the program in relation to the improvement of their lives are not as frequent. This research aims to understand how to establish the relationship between school attendance and the exit from the poverty, according to the perception of the holders of families benefiting from the BFP, residents in the southern region of Campinas (SP). This is the region that is home to most of the families assisted by the program in this city (about 42% according to the 2010 Census). To prepare this study we analyze of the 15 interviews that were conducted between the months of December 2012 and January 2013, with the holders of BFP. The results of this investigation show that the BFP for these interviewees collaborates with an immediate improvement in their lives and their families, but not the cut of poverty, and it is not clear in their assertions, the prospect of reaching it for the future.

Keywords: Bolsa Família Program, Poverty, School Attendance, Education, Campinas (SP).

LISTA DE TABELAS

Distribuição de pessoas com 10 anos ou mais beneficiárias do PBF/PETI de acordo com regiões do município de Campinas.....	54
Distribuição do número de filhos das beneficiárias entrevistadas por classes etárias.....	60
Caracterização das entrevistadas quanto aos arranjos familiares, idade, número de filhos, participação em outros programas além do PBF, escolaridade e valor recebido pelo programa em 2012.....	62

LISTA DE SIGLAS

BPC:	Benefício de Prestação Continuada
BSM:	Brasil Sem Miséria
CAPs:	Caixas de Aposentadorias e Pensões
CEDEPLAR:	Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
CEME:	Central de Medicamentos
CLT:	Central das Leis Trabalhistas
CF:	Constituição Federal
CPAT:	Centro Público de Apoio ao Trabalhador
DATAPREV:	Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social
DAS:	Distrito de Assistência Social
DF:	Distrito Federal
FUNABEM:	Fundação Nacional de Bem-estar ao Menor
FUNDAP:	Fundação de Desenvolvimento Administrativo
FUNRURAL:	Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
IAPs:	Institutos de Aposentadorias e Pensões
Ibase:	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE:	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INAMPS:	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INPS:	Instituto Nacional de Previdência Social
LBA:	Fundação da Legião Brasileira de Assistência
LDB:	Leis de Diretrizes e Bases
MDS:	Ministério do Desenvolvimento Social
PBE:	Programa Bolsa Escola
PBF:	Programa Bolsa Família
PETI:	Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil

- PFZ:** Programa Fome zero
- PGRM:** Programa de Garantia de Renda Mínima
- PGRFM:** Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima
- PRONATEC:** Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Profissional e ao Emprego
- TCLE:** Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- SMCTAIS:** Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E SUA RELAÇÃO COM O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	16
	1.1 Transferências de renda: discussão acerca de sua formulação e implantação.....	16
	1.2 Políticas Sociais Brasileiras no século XX.....	22
	1.3 Transferência de Renda: compreendendo sua implantação no Brasil ..	28
	1.4 Programa Bolsa Família: construção e ideias.....	34
2	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: ESCOLARIDADE E REDUÇÃO DA POBREZA	37
	2.1 Programa Bolsa Família: dez anos de implantação.....	37
	2.2 Escolaridade e redução da pobreza.. ..	44
	2.3 Programa Bolsa Família e a Legislação Educacional.....	49
3	PESQUISA DE CAMPO: MÉTODO E ANÁLISE DOS DADOS	53
	3.1 A pesquisa de campo: sujeitos e abordagem escolhida.....	53
	3.2 Coleta e análise dos dados obtidos.....	58
	3.2.1 Caracterização das entrevistadas, de suas famílias e formas de obtenção de renda.....	59
	3.2.2 Percepções das beneficiárias sobre o Programa Bolsa Família.....	63
	3.2.3 Percepções das beneficiárias sobre a Educação e sobre a Escola....	73
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
	REFERÊNCIAS	95
	ANEXOS	100
	6.1 Anexo A	101
	6.2 Anexo B	102
	6.3 Anexo C	105

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa objetiva compreender como se estabelece a relação entre frequência escolar e saída da pobreza de acordo com as percepções dos titulares do Programa Bolsa Família (PBF), residentes na região sul do município de Campinas (SP). Em sentido complementar, visa a compreensão sobre o papel da participação do Programa Bolsa Família na melhoria de vida, de acordo com as visões das entrevistadas.

Uma vez delineados os objetivos da presente pesquisa, vejamos o percurso que nos possibilitou alcançá-los.

O Programa Bolsa Família (PBF) é estabelecido pela Medida Provisória nº. 132, de 20 de outubro de 2003, convertido na Lei nº. 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº. 5.209, de 17 de setembro de 2004. Trata-se de um programa que objetiva transferir renda às famílias que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza¹ (SILVA; YASBEK; GIOVANNI, 2007).

De acordo com Ana Fonseca (2010), a criação deste programa representa um grande avanço para as políticas de transferência de renda no Brasil, seja em termos de sua amplitude, envolvendo diferentes ministérios do governo federal, seja pela sua característica de transferir dinheiro diretamente às famílias. Outra característica importante deste programa é o fato de ser voltado à família e ter como titular, preferencialmente, a mulher.

É importante considerar que o Bolsa Família é um programa de transferência de renda condicionada que requer contrapartidas na área da saúde e da educação. Na área da saúde, exige o comparecimento das famílias beneficiárias aos serviços médicos para controle do crescimento das crianças, do cartão de vacinação, além das gestantes, no período pré e pós-natal. Na educação, é exigida frequência escolar mínima de 85%², para as crianças entre 6

¹ Os conceitos de pobreza e extrema pobreza serão trabalhados no capítulo 2.

² Importante destacar que conforme será melhor trabalhado no capítulo 2 esta exigência de 85% é maior do que a exigência legal, uma vez que de acordo com a legislação vigente a frequência mínima é de 75%.

e 15 anos, e 75%, para adolescentes entre 16 e 17 anos. De acordo com os formuladores do programa, essas condicionalidades são criadas a partir da ideia de que frequentando a escola, as crianças e jovens ampliarão seu capital humano, o que pode levá-las, no futuro, a usufruir de uma situação econômica e social melhor do que a de seus pais (CAMPELLO, 2013).

Embora esteja presente, na concepção do programa, o incremento da frequência escolar como forma de combate à pobreza intergeracional tem sido objeto de vários debates e contestações, os quais serão discutidos em profundidade no capítulo 2. Por ora, convém salientar que a exigência de frequência escolar como forma de combater a pobreza parte do pressuposto de que o ingresso e permanência na escola são suficientes para transformar a vida das pessoas, sem levar em conta, por exemplo, a qualidade do ensino oferecido ou os limites da própria escola para realizar essa transformação.

Essas e outras contestações, que serão apresentadas ao longo deste texto, permitem colocar em dúvida uma das premissas do programa, que é a de combater a transmissão da chamada pobreza intergeracional pelo incremento da frequência escolar. Esta pesquisa tem como ponto de partida precisamente essa dúvida. Estudos que tratam desta questão privilegiam informações de caráter quantitativo, tal como o efeito do aumento das taxas de matrículas e de frequência entre os beneficiários.

A ideia de realizar uma pesquisa qualitativa, com entrevistas junto às beneficiárias, ganha força ao longo da composição do referencial teórico. Assim, o problema da pesquisa é construído e pode ser formulado nos seguintes termos: quais são as percepções das beneficiárias, destinatárias desta política de transferência de renda, sobre a relação entre frequência escolar e saída da pobreza? Como as entrevistadas avaliam a importância do PBF para a melhoria de suas vidas?

Para responder a essas indagações necessita-se realizar entrevistas com as beneficiárias do PBF. Todavia, essa tarefa exige uma série de decisões, como, por exemplo, a definição do local para a realização da pesquisa. A região sul do município de Campinas (SP) é a escolhida, porque, de acordo com os

dados do Censo Demográfico de 2010, concentra, cerca de 42% dos beneficiários do programa, no município. A análise das entrevistas semiestruturadas permite-nos uma melhor compreensão dos dados, correlacionando-os com a história familiar de cada entrevistada. Outra decisão esta relacionada à necessidade das entrevistadas terem filhos entre 13 e 17 anos de idade e matriculados em escolas da rede pública de ensino, do município de Campinas. Considerando que essas crianças e jovens estão há, pelo menos, 6 anos na escola, a escolha dessa faixa etária dá-se pelo fato de que suas mães são familiarizadas com a escola e seus regulamentos. Além de terem a oportunidade de observar e, quando questionadas, formular percepções sobre a influência da escolarização no desenvolvimento de seus filhos.

As entrevistas, em número de 15, ocorrem entre o período de dezembro de 2012 e janeiro de 2013, no Distrito de Assistência Social da Região Sul - investigação cujos resultados analisados são apresentados no presente trabalho. Cabe ressaltar que essas entrevistas realizam-se após o projeto ser aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da PUC Campinas, processo número 08260312.0.0000.5481, com parecer favorável número 153.958.

Na organização do texto, o primeiro capítulo procura contextualizar as transferências de renda no âmbito das políticas do Estado de Bem-Estar Social- *Welfare state*-, bem como, seus modelos implantados em diversos países no mundo. Com isso, objetiva-se mostrar que as transferências de renda, sua focalização e condicionalidades, se constituem como desenvolvimentos de políticas de proteção social. O capítulo se encerra com a construção do Programa Bolsa Família, em 2003.

O segundo capítulo traz uma discussão sobre o PBF enquanto uma política pública criada para reduzir a pobreza, pautada no investimento em educação e saúde de seus beneficiários. O PBF é contextualizado nestes dez anos, desde sua implantação. Também aborda sobre a frequência escolar enquanto possibilidade para redução da pobreza.

O terceiro capítulo trata da pesquisa de campo, método e análise de dados. Neste capítulo são apresentadas as famílias entrevistadas, busca-se apresentar um resumo das histórias de vidas dessas pessoas. A análise das falas, das quinze mulheres participantes, é feita a partir de suas histórias subdividas em quatro categorias já pré-estabelecidas no Instrumento utilizado como orientador para as entrevistas. O capítulo é finalizado com uma discussão pautada pelas perguntas norteadoras deste estudo apresentada nos parágrafos anteriores.

As considerações encontradas nos fazem perceber a riqueza dos dados e o quanto esses podem contribuir para uma melhor compreensão dos efeitos do programa. Os resultados desta investigação nos mostram que o PBF, para estas entrevistadas, colabora com uma melhoria imediata em suas vidas e de suas famílias, porém não as retira da situação de pobreza, e não fica claro, em suas afirmações, uma perspectiva de alcance disso para o futuro.

1. Políticas de transferência de renda e sua relação com o sistema de proteção social

Neste capítulo, começamos com uma breve discussão acerca da formulação e implantação das transferências de renda, enquanto políticas públicas, compreendendo-as no âmbito das políticas do *Welfare State* e de seus estilos.

Na sequência, enfatizamos as políticas sociais brasileiras do século XX e o quanto o modelo conservador-corporativo inspirou o Estado de bem-estar social brasileiro. A seguir, abordamos sobre a construção das políticas de transferência de renda em nosso país, finalizando com a construção do Programa Bolsa Família (PBF) e seus pressupostos.

1.1 Transferências de renda: discussão acerca de sua formulação e implantação

Os processos de formulação e implantação de políticas de transferências de renda vêm sendo discutidos e ganham visibilidade cada vez maior no âmbito político, da sociedade civil e, inclusive, da mídia (SPOSATI, 2002). Isso ocorre por diferentes fatores, sem dúvida, como a alteração nos processos de produção, a abertura dos mercados e a expansão das novas formas de comunicação, que levam a uma nova estruturação do mundo do trabalho, com o aumento das vulnerabilidades sociais relacionadas a essas alterações, e colaboram muito para a busca de novas alternativas para garantir renda em sociedades em que o desemprego torna-se, cada vez mais, um componente estrutural (SILVA, 2007).

Porém, esse não é um tema novo. Eduardo Suplicy (2008), ao escrever sobre o surgimento da ideia da transferência de renda no mundo, afirma que a primeira iniciativa surge no livro *Utopia*, de Thomas More, publicado em 1516, propondo a instituição de uma renda para todos e garantindo, assim, um meio de sobrevivência.

Maria Ozanira da Silva e Silva (1997) também reforça a ideia de que, no decorrer da história da humanidade, encontramos presente a preocupação de garantir a sobrevivência de um determinado grupo de pessoas que, em geral, necessitam de cuidados com maior frequência, como as viúvas, os idosos e os desvalidos, seja por doença ou por história familiar desfavorável. Isso justifica as inúmeras tentativas, com relatos registrados desde o século VII até os dias atuais, de encontrar uma forma de contribuir para que os pobres tenham a sobrevivência garantida, sendo este, inclusive, o princípio da ideia de seguridade social.

Essa autora também afirma que, no século XIX, a ideia de oferecer um repasse mínimo às pessoas ganha força, assim como é importante, também, ter um trabalho e ter garantido o bem-estar. No século seguinte, mais precisamente no período entre a primeira e a segunda guerra mundial, autores como Hattersley, na Europa, e Lange, nos Estados Unidos, defendem a ideia de que tanto o capital como o desenvolvimento tecnológico são bens dos cidadãos em geral, devendo, então, ser repassado um valor a cada indivíduo, a título de remuneração, uma vez que todos devem ter acesso aos lucros que tais bens comuns geram para o país (SILVA, 1997).

Célia Kerstenetzky (2012) reforça que a iniciativa da proteção social surge na antiguidade, em ações com a intenção de reduzir os riscos sociais, tais como, oferecer condições de sobrevivência para crianças e idosos. Para algumas sociedades, essas garantias são asseguradas pelas famílias, igrejas, ou associações de caridade. Porém, a partir do século XIX, com as mudanças nas sociedades, principalmente do modo de produção, os riscos sociais também mudam, e fica clara a necessidade de intervenção do Estado, como responsável por assegurar o suprimento às necessidades sociais dos indivíduos.

Segundo essa mesma autora, no artigo *Welfare State e Desenvolvimento*,

Os mercados não são eficientes porque não são completos, isto é, há barreiras, baseadas no acesso a várias formas de riqueza (capital físico, conexões, capital humano, capital cultural), dificultando, ou mesmo impedindo, a participação plena e em igualdade de condições, em vários mercados, de todos que assim o desejarem. Significativamente, este é o caso do mercado de crédito (que poderia assistir no acesso à riqueza àqueles que não

têm riqueza inicial), e do mercado de seguros (que poderia cobrir os riscos envolvidos em atividades econômicas promissoras). Para estas correntes, crescentemente populares dentro da profissão, a intervenção pública, sobretudo via provisão pública de serviços sociais financiados progressivamente e acesso a crédito, se justificaria por promover eficiência, crescimento e desenvolvimento econômicos (KERSTENETZKY, 2011, p.133).

Essa afirmação de Kerstenetzky (2011), com relação à insuficiência dos mercados com vistas a garantir formas de proteção social, explica a importância da incorporação, por parte do Estado, de políticas que visem à redistribuição das riquezas.

Sonia Draibe (2013) nos relata que, sobretudo após a segunda Guerra Mundial, há uma nova caracterização social, pautada numa realidade em que os riscos que, até então, são compromissos dos indivíduos e seus grupos- sendo eles famílias, sindicatos, empregadores, igrejas, ou mercados- sejam de responsabilidade do Estado. O Estado passa, assim, a ter um papel importante e fundamental para o suprimento das necessidades da sociedade, pois ele se converte no regulador desses riscos sociais.

De acordo com essa mesma autora, no texto do verbete redigido para a Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP), em 2013:

O Welfare State ou o Estado de Bem-Estar Social é a forma histórica do Estado que, no capitalismo do pós II Guerra, possibilita o exercício dos direitos sociais, protege as pessoas dos riscos sociais correntes e, simultaneamente, estabelece limites aos efeitos socialmente diferenciadores do mercado. O sistema nacional de proteção social constitui a ossatura material e dinâmica que define e sustenta esta dimensão social do Estado (DRAIBE, 2013, p.1).

Ainda, segundo Draibe (2013), programas sociais e políticas de diferentes naturezas precedem o *Welfare State*, porém, o que o diferencia e o consagra no pós-guerra é a implantação de um conjunto de políticas sociais articuladas pelo Estado, que passa a ser o principal agente em termos de garantir a proteção contra os riscos sociais. Em decorrência desse protagonismo que assumem, os Estados de Bem-Estar caracterizam-se, também, por promover o

crescimento da arrecadação tributária com um correspondente aumento dos gastos sociais. Como demonstra Kerstenetzky (2012), as políticas sociais articuladas pelos Estados de Bem-Estar têm efeito redistributivo nos países que implantam tal regime. Embora se possa falar de características gerais do *Welfare*, cada país implanta esse conjunto de políticas sociais à sua maneira, considerando sua história e seus valores. Draibe (2013), a partir das tipologias criadas por Richard Titimus, em 1974, e Esping-Andersen, em 1990, apresenta três modelos ou estilos de *Welfare*:

- o regime liberal, fundado em uma sociedade de base individual, tendo o mercado como seu lócus principal; o mercado predomina também na provisão social, da qual participam com menos peso a família e o Estado. Neste regime se enquadrariam países tais como os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália, a Nova Zelândia, a Irlanda e o Reino Unido;
- o regime conservador-corporativo, fundado em uma sociedade de base familiar, caracteriza-se por uma provisão social, na qual a família joga o papel central, frente ao caráter marginal do mercado e à ação subsidiária do Estado, tendo ainda por referências o status, o mérito e a sanção de atores coletivos e corporativos diferenciados. Países como Alemanha, Itália, França e outros da Europa continental exemplificariam este regime;
- o regime socialdemocrata, fundado em uma sociedade de base universal, sendo o Estado o seu lócus principal, caracterizado ainda por uma composição da provisão social na qual o Estado joga papel central, frente às posições marginais da família e do mercado. Aqui se classificam tipicamente os países nórdicos, Suécia, Dinamarca, Noruega e Finlândia (DRAIBE, 2013, p. 6).

Draibe (2013), ao explicar a consolidação do *Welfare state*, afirma que o modelo alemão implantado por Bismark, no final do século XIX, é o marco inicial que perdura até 1929 e é responsável pela criação do seguro social em seu país, que consolida a política de previdência social alemã e incentiva outros países nesse caminho. Esse modelo visa à proteção dos trabalhadores industriais urbanos. Porém, é nos anos 30, e, também, no pós-guerra, que ocorre a consolidação do Estado de Bem-estar, pois é nessa época que há a estabilização e a sistematização na política de gastos dos serviços sociais que compõem as políticas sociais. Já entre 1950 e 1980, temos o período conhecido como os “30

anos gloriosos”, nos quais ocorre a expansão dos sistemas nacionais de proteção social.

Essa autora, também, reforça que a expansão dos sistemas de proteção social, durante esses trinta anos, se dá tanto na forma horizontal quanto vertical. Horizontalmente, uma vez que novas categorias de profissionais são incorporadas pelos sistemas de proteção. Verticalmente, à medida que amplia as coberturas para os que já fazem parte e também para os novos, no momento em que também atua frente a novos riscos sociais, instituindo o seguro desemprego, a assistência às crianças e aos jovens em idade escolar, entre outras iniciativas (DRAIBE, 2013).

Monnerat *et.al.* (2007) afirmam que ocorrem avanços significativos no século XX, no que se refere aos direitos de cidadania, principalmente na Europa, onde os sistemas de proteção social desvinculam-se da relação tradicional entre assistência e trabalho. Porém, desde meados da década de 1970, os Estados de Bem-estar passam por processos de reformulação e, com isso, nasce novamente um debate entre assistência e trabalho e a necessidade de redimensionar a noção clássica de direito social. Tal debate justifica-se, como explicado anteriormente, em função das novas formas de produção, novos arranjos sociais e novas formas de trabalho, inclusive com ampliação do trabalho informal, ou seja, as estratégias relacionadas aos direitos sociais, até então existentes, não mais dão conta das demandas dessa nova realidade.

Robert Castel (2010), ao escrever sobre a sociedade francesa do final dos anos 70, afirma que tem início, nesse período, uma crise que irá repercutir em todos os setores da vida social. Em seus primórdios, acredita-se que será algo provisório, uma vez que se precisa ainda compreender as suas causas que muito se interligam ao aumento significativo dos preços do petróleo que marcam a referida década.

Porém, a crise não é passageira. Aqui, torna-se importante enfatizar que a França é caracterizada, pelo autor, como uma sociedade salarial. Castel (2010) ressalta que, até os anos 70, as famílias sabem que ao investir nos filhos, na formação dos jovens, estes têm um futuro melhor. A partir do final dos anos

70, nessa sociedade que o autor denomina pós-salarial, essas certezas já não existem mais, pois as mudanças na forma de produção e de contratação são tão marcantes, que o amanhã passa a ser incerto, de tal forma que, mesmo para aqueles que estão tendo oportunidades diferentes dos seus pais, com relação à escolaridade, por exemplo, não há garantia de um amanhã melhor do que o hoje.

Esse mesmo autor, ao se referir às mudanças sociais que são também percebidas por Draibe (2013), afirma que o capitalismo pós-industrial lança os trabalhadores à descoletivização, ou seja, a um novo individualismo. Essa nova fase traz, com a tecnologia, o que autor chama de “trabalho imaterial”. Ou seja, o trabalhador faz a sua parte, contribuindo com uma equipe que é composta por membros que estão em diferentes partes do mundo e que se reúnem, se necessário, para algum projeto, ao término do qual cada um segue na sua individualidade ou pode unir-se a uma nova equipe. Além disso, os contratos de trabalho também sofrem grandes mudanças, com a ampliação da contratação de temporários e a terceirização em larga escala. Um panorama reforçado pelo crescimento do desemprego, que deixa de ser conjuntural e passa a ser estrutural.

Para alguns, esse novo cenário pode ser interessante e os faz permanecer ensimesmados, alienados para com as categorias coletivas de trabalho, uma vez que não precisam delas para desenvolver suas funções. Porém, para muitos trabalhadores, isso não é possível, logo, são colocados à margem do trabalho, à margem da sociedade. Nesse cenário, marcado por mudanças e transformações do Estado de Bem-estar social, surge a necessidade de novas alternativas. A partir do momento em que o vínculo estável com o emprego é rompido, os direitos sociais também são cortados a essas pessoas e, dessa feita, vem o questionamento de como agir quando esse lastro não mais existe ou torna-se cada vez mais frágil. Assim, são pensadas as transferências de renda na Europa, primeiramente, como uma possibilidade de atender a todos com equidade, ou seja, a primeira parcela é composta pelos mais pobres, que em troca do recebimento do benefício, comprometem-se com o Estado com alguma contrapartida.

Segundo Fonseca (2010), diferentemente do que ocorre na Europa, em que as transferências de renda são formuladas para dar conta desse contingente de novos desempregados, pela reestruturação produtiva; na América Latina, as transferências surgem como políticas para combater a pobreza em países que estão endividados. Isso justifica a ênfase na contrapartida, não de caráter profissionalizante, mas de acesso a serviços públicos de saúde e educação.

Vemos, a seguir, como as políticas de transferência de renda entram em pauta na realidade brasileira, a partir do século XX.

1.2 Políticas sociais brasileiras no século XX

Nesta seção, pretendemos enfatizar de forma sucinta as políticas sociais brasileiras no século XX. Para tal, trabalhamos com a ideia de que a construção do Estado de Bem-estar no Brasil segue, em linhas gerais, o movimento de outros países e se aproxima muito do chamado modelo conservador-corporativo; uma vez que incorpora ao sistema, inicialmente, algumas categorias de trabalhadores, como funcionários públicos, vindo a seguir, os trabalhadores urbanos e assim por diante. Sendo que algumas categorias, até hoje, não são incorporadas.

Para uma melhor compreensão do texto, adotamos a periodização utilizada por Kerstenetzky (2012), em seu livro *O Estado de Bem-estar social na idade da razão: a reinvenção do Estado social no mundo contemporâneo*, no qual ela periodiza a formação do Estado de Bem-estar brasileiro em três grandes fases. A primeira onda, que ela denomina “Trabalhadores do Brasil”, desenvolve-se de 1930 a 1964; a segunda onda é chamada de “Brasileiros”, de 1964 a 1980, e o terceiro momento recebe a nomenclatura “universalista redistributivo”, de 1980 até os dias atuais. Periodização semelhante é adotada por Rus Peres e Passone (2010), que afirmam:

O notório é que, no século XX, os três momentos mais significativos de transformação institucional e de produção legal estiveram associados às três profundas alterações estruturais que envolveram o Estado brasileiro, a saber: o Estado Novo, caracterizado pelo autoritarismo populista de Getúlio Vargas (1930

a 1945); a ditadura militar e o retrocesso dos precários direitos políticos e civis, (1964 a 1985), e o período de redemocratização, a partir de 1985 (Carvalho, 2004; Nepp, 1991), culminando na Constituição de 1988 e no reconhecimento dos direitos constitutivos de cidadania para todos os brasileiros (RUS PERES e PASSONE, 2010, p. 650).

Segundo Kerstenetzky (2012), a primeira onda (1930 – 1964) é marcada pelo fim da República Velha e pelo golpe liderado por Getúlio Vargas. Configura um período marcado pela conquista de vários direitos sociais e pelo atendimento de um grande número de reivindicações dos trabalhadores, alterando completamente o sistema de proteção social no país. Apesar dos avanços, essa incorporação não foi suficiente para reduzir as desigualdades sociais, uma vez que continua a ter uma concentração de renda nas mãos de poucos, ou seja, há um grande custo social, mas também um aumento significativo das desigualdades. Esse período é finalizado com o golpe militar de 1964.

É importante notar que, antes do início do período relatado, o marco da Previdência Social no Brasil ocorre com a aprovação do Decreto Lei Eloy Chaves, em 1923, o qual cria as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) para os ferroviários, em nível nacional. Nos anos entre 1928 e 1930, as CAPs beneficiam, também, outras categorias de trabalhadores, como os funcionários das empresas de telegráficos, os radiotelegráficos e os trabalhadores dos serviços de força e bonde (SILVA; YASBEK; GIOVANNI, 2007).

Nos anos 30, com o governo de Vargas, há um processo de fortalecimento do governo federal, que passa a criar institutos verdadeiramente nacionais. Esse período sofre grandes transformações socioeconômicas, pois o Brasil inicia o processo de sua conversão de um país quase que exclusivamente agrícola para uma economia urbano-industrial. A seguridade social no Brasil, neste momento, está atrelada, exclusivamente, à inserção no mercado de trabalho urbano, vendo-se desvinculada de qualquer outra forma de trabalho que não seja esta (SILVA; YASBEK; GIOVANNI, 2007).

O historiador Boris Fausto (2006) afirma que a Revolução de 1930, com a deposição do presidente eleito e o início do governo Vargas, ditador que permanece no poder por quinze anos, marca o fim do regime oligárquico, embora não tenha representado o completo fim das oligarquias, apresentando fundações distintas, como:

- Promoção da industrialização;
- Ampliação da proteção aos trabalhadores urbanos;
- Atribuição de papel central às forças armadas, especialmente ao Exército.

Fausto (2003), ao se referir ao Estado autoritário que se instaura no país a partir dos anos 30, afirma que:

A corrente autoritária assumiu com toda consequência a perspectiva do que se denomina modernização conservadora, ou seja, o ponto de vista de que em um país desarticulado como o Brasil, cabia ao Estado organizar a nação para promover dentro da ordem o desenvolvimento econômico e o bem-estar geral (FAUSTO, 2003, p. 357).

José Murilo de Carvalho (2010) relata que o Departamento Nacional do Trabalho é criado em 1931 e, imediatamente, após, em 1932, os trabalhadores do comércio e da indústria têm decretada a jornada de oito horas. Ainda nesse ano, é regulamentado o trabalho feminino, igualando salários para homens e mulheres. Além de ocorrer, também, a regulamentação efetiva do trabalho de menores, que embora tenha sido legislada em 1930, é somente regularizada em 1932. Outro feito importante realizado, em 1932, é a criação da Carteira de Trabalho, documento que oficializa o contrato entre empregado e empregador.

O autor também enfatiza que entre os anos 1933 e 1934 outros direitos importantes ligados ao trabalho são conquistados, como o direito a férias para os bancários, comerciários e industriários. Em 1934, é promulgada a Constituição que determina que o governo deve regular as relações de trabalho, além de garantir o direito a férias para as demais categorias e criar o salário mínimo, que é adotado, em definitivo, em 1940 (CARVALHO, 2010).

Ainda durante o Governo Vargas, são criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), autarquias subordinadas ao Ministério do Trabalho, que beneficiam trabalhadores de diferentes áreas de atuação, como marítimos, comerciários, bancários, entre outros. A palavra “Previdência” é utilizada pela primeira vez na Constituição de 1934 e estabelece uma contribuição por parte dos empregados, empregadores e União, que serve, mais tarde, como uma renda quando os mesmos não mais possam trabalhar. O Estado, a partir deste momento, começa a assumir o papel protagonista da proteção social, tal como visto no *Welfare*. A Constituição de 1937 apenas substitui Previdência pela expressão “Seguro Social”, e a Carta Magna de 1946 substitui Seguro Social pela tão conhecida “Previdência Social” (SILVA; YASBEK; GIOVANNI, 2007).

Ao referir-se à seguridade social no Brasil na década de 30, Carvalho (2010) afirma:

Ao lado do grande avanço que a legislação significava, havia também aspectos negativos. O sistema excluía categorias importantes de trabalhadores. No meio urbano, ficavam de fora todos os autônomos e todos os trabalhadores (na grande maioria, trabalhadoras) domésticos. Estes não eram sindicalizados nem se beneficiavam da política de previdência. Ficavam ainda de fora todos os trabalhadores rurais, que na época ainda eram maioria. Tratava-se, portanto, de uma concepção da política social como privilégio e não como direito (CARVALHO, 2010, p.114).

Pode-se observar que o sistema de bem-estar social implantado no Brasil, a partir da década de 30, tem características relacionadas ao modelo conservador-corporativo, com concepções meritocráticas em relação à proteção social. Somente recebe proteção do Estado quem “merece”, isto é, quem contribui por fazer parte de uma classe trabalhadora que tem seus direitos garantidos pelo seu sindicato. Ou seja, todos os demais trabalhadores que não fazem parte de alguma categoria de trabalho já estabelecida não são contemplados com os benefícios ofertados no sistema. Importante reforçar que, conforme discutido anteriormente, o que caracteriza o *Welfare State* conservador-corporativo é que a ampliação do sistema de proteção é feita via grandes categorias profissionais, e ocorre, aos poucos, em decorrência da somatória dessas categorias que vão

sendo incluídas. Por exemplo, no Brasil, primeiro incluem-se os trabalhadores urbanos e, aos poucos, outras classes profissionais.

Durante a década de 40, observa-se a criação de importantes leis ligadas ao trabalho, as quais são vigentes até hoje: a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943; o imposto sindical, um pouco antes da CLT, em 1940. O aperfeiçoamento da Justiça do Trabalho dá-se com a Constituição de 1946, que mantém os tradicionais direitos civis e políticos (CARVALHO, 2010).

Silva, Yasbek e Giovanni (2007) também mostram que, em 1960, é criado o Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), para englobar todas as IAPs, passando a funcionar, efetivamente, em 1967, já no governo militar (1964-1984). Ainda em 1963, é criado o Estatuto do Trabalhador Rural, por intermédio da Lei 4.212, que também institui o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), com a função de oferecer o benefício de aposentadoria aos trabalhadores rurais. Para o custeio desse, fica instituída a contribuição de 1%, a ser paga pelo próprio produtor ou, em caso de acordo, pelo cliente que adquire toda a produção, referente ao primeiro produto agrícola comercializado no ano.

Seguindo a periodização já mencionada de Kerstenetzky (2012), a partir de 1964 até 1980, temos a segunda onda, denominada “Brasileiros”. A autora reforça que, a partir de 1964, observa-se no país uma mudança de conduta com relação à seguridade social, pois se inicia uma estratificação do bem-estar social, pela qual as categorias profissionais que não contribuem como a agrícola também recebem assistência; porém têm direitos menores que as contribuintes. Passamos, assim, a ter um “universalismo básico”, em que ocorre uma massificação não universal da seguridade, com proteção e oportunidades diferentes para os cidadãos.

Em 1967, o Decreto Lei 276 desonera o trabalhador agrícola, passando a responsabilidade de pagamento dessa contribuição para o adquirente do produto agrícola e, em 1971, é criado o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Pró-rural), cuja execução cabia ao FUNRURAL. Dez anos mais tarde, em 1977, é criado o Sistema Nacional de Previdência Social, que integra as funções

dos seguintes serviços: Instituto Nacional de Previdência Social (INPS); Instituto da Administração Financeira da Previdência Social (IAPAS); Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS); Central de Medicamentos (CEME); Fundação da Legião Brasileira de Assistência (LBA); Fundação Nacional de Bem-Estar ao Menor (FUNABEM) e a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV) (SILVA; YASBEK; GIOVANNI, 2007).

Em 1974, é instituída a Renda Mensal Vitalícia, um apoio previdenciário a indivíduos com mais de 70 anos e a pessoas inválidas, incapacitadas para o trabalho. Esse benefício tem importância fundamental, sendo considerado um marco dos programas de transferências de renda no Brasil, servindo, inclusive, como base para a formulação das ideias que deram origem, mais tarde, ao Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC³) (SILVA; YASBEK; GIOVANNI, 2007).

Draibe (2013) refere que a proteção social, ao longo dos anos, sofre um alargamento de seu conceito, pois as políticas abrangem cada vez mais possibilidades, como no caso da previdência social, que passa a incluir, além da previdência, as pensões e os auxílios. A partir da segunda metade do século XX, a educação também passa a fazer parte dessa seara, assim como programas relativos ao trabalho e à habitação.

A partir da década de 80, segundo Kerstenetzky (2012), inicia-se um novo momento, fundamental na história do país, e, conseqüentemente, nas políticas públicas. Em 1985, com o fim do regime militar, começa o que a autora

³ O BPC é um benefício da Política de Assistência Social, que integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social. É um benefício **individual, não vitalício e intransferível**, que assegura a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas. Em ambos os casos, os requerentes do benefício devem comprovar não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. A renda mensal familiar *per capita* deve ser inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo vigente (MDS, 2010). O BPC foi instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, de 7/12/1993; pelas Leis nº 12.435, de 06/07/2011 e nº 12.470, de 31/08/2011, que alteram dispositivos da LOAS, e pelos Decretos nº 6.214, de 26 de setembro de 2007 e nº 6.564, de 12 de setembro de 2008 (MDS, 2010).

denomina de “universalismo redistributivo”. Com a Constituição de 1988, uma série de direitos são garantidos e ampliados para a sociedade como um todo e, a partir de então, ocorre uma expansão de políticas públicas e de gastos que, sem dúvida, marcam de forma qualitativa as ações relacionadas às políticas de bem-estar precedentes e cujos avanços acompanhamos até o presente momento.

Em 1986, é criado o seguro-desemprego e, em 1988, ocorre a redução da jornada de trabalho. A primeira medida visa garantir alguma renda ao trabalhador formal que perde subitamente a sua colocação no mercado de trabalho; já a segunda tem como base a ideia de ampliar a oferta de empregos formais para suprir esse trabalhador que, antes, fazia 48 horas semanais (POCHMANN, 2010).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, registra-se um grande marco em termos do sistema de proteção social, pois efetiva-se a universalização de uma série de direitos, tais como, previdência social, saúde, educação. Além de colocar a assistência social como um direito independente de contribuições, a Seguridade Social passa a englobar a Previdência Social, a Assistência Social e a Saúde. A Constituição Federal estabelece a prestação dos serviços e benefícios sociais aos necessitados, como idosos e deficientes de famílias de baixa renda. Assim como, estabelece o salário mínimo como um piso para os benefícios sociais constitucionais. O direito a uma renda para esse público é conhecido como, BPC, conforme já citado em parágrafo anterior (CASTRO; MODESTO, 2010).

1.3 Transferências de renda: compreendendo sua implantação no Brasil

Para discutirmos o tema transferência de renda no Brasil, precisamos retornar um pouco no tempo. No item anterior, finalizamos com a Constituição de 88, porém, para este novo tópico, faz-se necessário regressarmos aos anos 70. Fonseca (2001) refere que os programas de transferência de renda começam a ser mencionados, no Brasil, na década de 70, mais precisamente em 1975, quando o economista Antônio Maria da Silveira publica um artigo com o

argumento de que a forma de distribuição de renda do sistema capitalista não atende mais à necessidade de sobrevivência de todos os cidadãos, incluindo alguns trabalhadores, devido às transformações sociais ocorridas no modo de produção e de contratação, a partir dos anos 70, já mencionadas no tópico anterior.

Na visão de Silveira, para ser garantido o direito de existir, faz-se necessária a criação de um programa de governo que proporcione a efetiva extinção da pobreza, considerando adequado utilizar o Imposto de Renda Negativo. Ideia, segundo Silva (1997), respaldada pelo economista Milton Friedman, um dos formuladores dessa prática. Nesse entendimento, é fixado um limite de renda, ou seja, todos que recebem acima desse limite pagam imposto; todos aqueles que recebem abaixo têm um complemento até chegar à margem do limite proposto. Com isso, procura-se combater a pobreza, mas com a preocupação de não reduzir a busca pelo trabalho. Ou seja, esse repasse é oferecido às famílias como uma renda complementar ao seu ganho no trabalho, mantendo um limite máximo, para que todos os beneficiários sejam obrigados a trabalhar para assim garantir sua subsistência (SILVA, 1997).

Em 1991, é aprovado o projeto de lei nº 80/1991, do então senador Eduardo Suplicy, que propõe a implantação de um Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), destinado aos brasileiros com mais de 25 anos de idade, residentes no país, com renda inferior a 2,25 salários mínimos. Esse projeto beneficia as pessoas na forma de imposto de renda negativo, que é o correspondente a 30% da diferença entre o estipulado e a renda da pessoa, podendo chegar a 50%, dependendo da disponibilidade de recursos do Poder Executivo (SUPLICY, 2008).

O PGRM tem como base as ideias de Phillippe Van Parijs:

Uma boa sociedade não exclui a maioria de seus membros, pois é pela inclusão que eleva a qualidade das relações que consegue estabelecer. Nesse sentido, não deve estigmatizar nem humilhar, o que requer uma renda paga a todos e numa base individual (VAN PARIJS 1992, apud SILVA, 1997, p.23).

Para ser aprovado, o projeto sofre adequações, propondo que sua implantação seja gradual. Desenvolve-se ao longo de oito anos, começa com os maiores de 60 anos, em 1993; maiores de 55 anos, em 1994; até que, em 2000, todas as pessoas com mais de 25 anos sejam beneficiadas. Em 1996, como o projeto ainda está na Comissão de Finanças e Tributações, é apresentado um adendo, que prevê que o PGRM seja implantado dos estados mais pobres aos mais ricos. Visa, também, que todos os beneficiários com crianças em idade escolar as mantenham na escola; lembrando, porém, que aqueles que não possuem filhos não são, por este motivo, excluídos (SUPLICY, 2008).

Segundo Fonseca (2001), o economista José Márcio de Camargo, após a aprovação do projeto do Senador Suplicy, levanta algumas questões muito relevantes com relação à transferência de renda. Para Camargo, se o interesse do governo, ao aprovar o PGRM, é reduzir a pobreza, esse programa deve sofrer algumas alterações, pois a ausência de renda das famílias acaba levando as crianças a entrarem no mundo do trabalho muito cedo.

Segundo Camargo (1991, p.10), “aumentar a renda da família é fundamental para que ela possa manter seus filhos na escola e quebrar esse elo entre pobreza hoje e pobreza no futuro”. Assim, a iniciativa de transferir renda às famílias pobres deve estar diretamente ligada à obrigação dos pais de colocarem todas as crianças na escola. Com isso, está atuando diretamente no combate da chamada transmissão intergeracional da pobreza, ou seja, evita que os filhos de pais pobres permaneçam nessa situação, sem lhes ser oferecida nenhuma oportunidade para mudar sua realidade de pobreza hereditária. É importante ressaltar que a ideia de Camargo, ao contrário do projeto de Suplicy, privilegia a família e não o indivíduo, como beneficiário da transferência.

Programas semelhantes ao Projeto de lei do Senador Eduardo Suplicy, aprovado em 1991, com o passar dos anos vão sendo adotados nas prefeituras de diferentes cidades brasileiras. Em 1995, a Prefeitura Municipal de Campinas, SP, cria o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima, projeto pioneiro de transferência de renda a famílias pobres, que é posteriormente implantado com esse mesmo nome pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, SP. Já em Brasília, DF, é instituído o Programa Bolsa Escola e, em Santos, SP, o Programa

Nossa Família. Todos esses programas têm critérios de condicionalidades⁴ e são dirigidos a famílias e não a indivíduos (SILVA; YASBEK; GIOVANNI, 2007).

Em sequência, inúmeros municípios passam a adotar programas de renda mínima associados às oportunidades educacionais. Como o Bolsa Escola, programa instituído pela cidade satélite de Paranoá, Distrito Federal, que atende famílias que ganham pelo menos meio salário mínimo mensal per capita, com crianças de 7 a 14 anos, moradoras do DF, ao menos, há cinco anos. O sucesso desses programas proporciona que, entre 1995 e 1996, diversos senadores de diferentes estados proponham à instituição do Programa Bolsa Escola, o que acarreta, em 1997, a aprovação da Lei 9.533, que autoriza o governo federal a financiar até 50% dos gastos de municípios que instituem programas como o Bolsa Escola (SUPLICY, 2008).

Dizia a lei que os municípios agraciados, nos cinco primeiros anos, seriam aqueles que possuíssem receita tributária por habitante inferior à média estadual e renda familiar por habitante inferior à média familiar por habitante do estado, no primeiro ano, para os 20% mais pobres, e progressivamente para os demais. A partir do quinto ano, todos os municípios poderiam ser beneficiados. O programa previa que fosse pago a cada família com renda mensal per capita inferior a meio salário mínimo e crianças até 14 anos um benefício muito restrito, ou seja, R\$15 vezes o número de crianças de até 14 anos, menos metade da renda familiar per capita, sendo de R\$15 o mínimo para cada família. De acordo com o Ministério da Educação, até dezembro de 1999, 1.151 municípios brasileiros haviam assinado convênio para a implantação do PGRM nesses termos tão restritos (SUPLICY, 2008, p.142).

⁴ Valeriano Costa, Álvaro de Vita e Eliana Pralon (1998) afirmam que os Programas de Garantia de Renda Mínima foram implantados em diversos municípios do país e todos tinham condicionalidades vinculadas à educação, saúde e área social. Tendo como base o município de Campinas, os autores afirmam que: "... Ao se inserir no Programa, a família assina um termo de compromisso em que se responsabiliza por atender às seguintes exigências: a) frequência dos filhos em idade escolar à escola – cabendo à Prefeitura garantir a matrícula de todas as crianças cuja família esteja inscrita no Programa; b) atenção à saúde (inclui supervisão da carteira de vacinação, principalmente, das crianças menores); c) aplicação do benefício para melhoria do grupo familiar; d) comparecimento mensal às reuniões de acompanhamento social, através dos grupos socioeducativos; e) busca de alternativas para geração de renda própria, com o apoio da Prefeitura" (1998, p.33).

Na década de noventa, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), os programas até então existentes se preocupam em transferir renda para fins pré-determinados, não sendo voltados para a família, assim relacionados:

- O Programa Bolsa Escola, criado em 1995, trata-se de uma transferência de renda, de um salário mínimo, exclusiva para famílias que têm todas as crianças em idade escolar, matriculadas e frequentando a escola (SILVA, 1997). Rocha (2011) afirma que, em 2001, o governo federal relança o Bolsa Escola com o fim de abranger a população pobre, sendo o responsável único pelo repasse financeiro, ficando aos municípios a tarefa de cadastrar e vincular suas famílias pobres para se tornarem beneficiárias. O programa já prevê a frequência escolar de 85% para crianças de 7 a 14 anos de idade, valores muito acima do exigido pela lei que era 75%. Além disso, o dinheiro deve ser gasto com as crianças e não com algo que possa ser utilizado por todos da família.

- O Bolsa Alimentação, criado em 2001, é voltado a atender famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo. Mas, para serem contempladas, as famílias devem ter crianças até 6 anos de idade, ou gestantes que façam acompanhamento nos serviços de saúde pública (SILVA, 1997);

- O Auxílio Gás, criado em 2002, é voltado às famílias com renda per capita familiar de até meio salário mínimo e é oferecido para auxiliar nas despesas com o gás para o preparo da alimentação familiar, com um repasse bimestral de R\$7,50 (FONSECA, 2010 e SILVA; YASBEK; GIOVANNI, 2007);

No governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2009), a primeira iniciativa de política de transferência de renda é o Programa Fome Zero, em 2003. Segundo Belik e Del Grossi (2003):

O PFZ – Programa Fome Zero surge como proposta para discussão elaborada pelo Instituto Cidadania de São Paulo, no ano de 2001. O programa foi elaborado a partir de um estudo que reuniu quase uma centena de técnicos, acadêmicos e operadores de política, a partir de três objetivos principais: a) avaliar a situação dos programas de combate à fome no Brasil, diante dos compromissos firmados pelo país na Cúpula Mundial de Alimentação de 1996; b) retomar a mobilização da sociedade em torno do tema da segurança alimentar e; c) envolver os governos

federal, estaduais, municipais, ONGs e sociedade civil em uma proposta factível para combater a fome (BELIK E DEL GROSSI, 2003, p.9).

Esses mesmos autores também reforçam a ideia de que um programa como o PFZ, que é voltado ao combate à fome, não necessariamente combate a pobreza, uma vez que a família pode ser pobre e não necessariamente vivenciar a fome. Embora a vulnerabilidade alimentar esteja, sobretudo, nas famílias em situação de vulnerabilidade financeira, fica evidente, porém, que para a redução da pobreza é preciso um programa mais abrangente (BELIK E DEL GROSSI, 2003).

No âmbito do PFZ é criado o Cartão-Alimentação, pelo qual é repassado o valor de R\$50,00, para famílias que recebem renda per capita de até meio salário mínimo, repasse esse que pode ser gasto somente com gêneros alimentícios (SILVA; YASBEK; GIOVANNI, 2007).

Ainda em 2003, ocorre a unificação de todos esses programas em uma só iniciativa, que constitui o Programa Bolsa Família (SILVA; YASBEK; GIOVANNI, 2007). Para Ana Fonseca (2008), o PBF é muito mais do que uma simples unificação de programas até então existentes- é a criação de um novo programa, mais abrangente, e que pode oferecer, também, real liberdade às pessoas. O PBF, segundo essa autora, poderá propor alternativas às famílias, inclusive, porque visa o coletivo e não somente o indivíduo, procurando gerar oportunidades de mudança no futuro de todos seus membros.

Para que as famílias tenham acesso ao benefício do PBF, elas devem estar registradas no Cadastro Único dos programas sociais. Cadastro esse, criado em 2001, durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Porém, no Governo Lula, esse cadastro passa a instrumentalizar o Estado com a identificação de todas as famílias de baixa renda no Brasil. Por meio desse banco de dados, é possível visualizar as vulnerabilidades e criar políticas públicas para superá-las (MDS, 2010).

1.4 Programa Bolsa Família: construção e ideais

Segundo Castro e Modesto (2010), o Bolsa Família é um programa de transferência de renda sem limite máximo para o tempo de participação. Para ser beneficiário do programa, o principal critério é a renda familiar⁵. Porém, como já mencionado, existem outras condicionalidades, tanto na educação quanto na saúde e na assistência social. Em relação à educação, é exigida frequência escolar mínima de 85% para as crianças entre 6 e 15 anos e de 75%, para adolescentes entre 16 e 17 anos de idade. Na instância da saúde, são requeridos cuidados básicos com os membros das famílias beneficiadas como, acompanhamento do desenvolvimento e crescimento, bem como do cartão de vacinação das crianças, e acompanhamento pré e pós-natal das mães. Já na assistência social, crianças de até 15 anos, atendidas pelo Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil (PETI), devem frequentar os serviços socioeducativos e de convivência (CURRALERO, C. B.; et al; 2010).

O PBF surge com a intenção de combater a pobreza em dois momentos:

- Combater a pobreza de forma imediata, por meio da transferência de renda, atuando no que Sônia Rocha (2006) qualifica de “pobreza absoluta”.
- Combater a transmissão intergeracional da pobreza mediante condicionalidades vinculadas à saúde, à educação e à assistência social, com a

⁵ Pode fazer parte do Programa Bolsa Família: Famílias com renda mensal de até R\$70,00 (setenta reais) por pessoa; Famílias com renda de R\$0,00 (zero) a R\$140,00 (cento e quarenta reais) por pessoa, que possuam em sua composição adolescentes de 16 a 17anos. O programa oferece às famílias três tipos de benefícios: o básico, o variável e o variável para jovem. O benefício variável, no valor de R\$ 32,00, é concedido às famílias pobres e extremamente pobres que tenham, sob sua responsabilidade, crianças e adolescentes entre 0 e 15 anos, até o teto de cinco benefícios por família, totalizando R\$ 160,00. As famílias em situação de extrema pobreza podem acumular o benefício básico e o variável, até o máximo de R\$230,00 por mês. O benefício variável para jovem é concedido às famílias pobres e extremamente pobres que tenham, sob sua responsabilidade, adolescentes entre 16 e 17 anos, matriculados na escola. O valor do benefício é de R\$ 38,00. A família pode acumular até dois benefícios, ou seja, R\$ 76,00. As famílias em situação de extrema pobreza podem acumular o benefício básico, o variável e o variável para jovem, até o máximo de R\$ 306,00 por mês.

finalidade de incrementar o capital humano das crianças e dos jovens integrantes dessas famílias.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em publicação da revista especial de 2010, afirma que o Bolsa Família, além das intenções já citadas, tem como meta promover a cada brasileiro três refeições diárias e reduzir a vulnerabilidade das famílias, por meio da promoção e oferta de programas complementares. Ao identificarmos essas premissas principais, presentes no desenho do Programa Bolsa Família, percebemos, de forma clara, a intenção dos seus criadores de combater a pobreza, aumentando a capacidade das pessoas mediante o incremento do capital humano. De acordo com Fonseca, “o ingresso precoce no mercado de trabalho, afetando a escolaridade, reduz drasticamente as possibilidades de essa geração sair, no futuro, das condições de pobreza” (FONSECA, 2001, p.1003).

Interessante destacar o quanto as metas do Programa Bolsa Família e a intenção dos seus criadores, citados no parágrafo anterior, vêm ao encontro das ideias de Camargo, já trabalhadas no tópico anterior a esse. Segundo Camargo (1991), para retirar as pessoas de um ciclo de pobreza, entre as gerações, é preciso investir nas famílias com crianças e exigir que esses infantes frequentem a escola.

São inúmeros os fatores que nos levam a acreditar que os Programas de Transferência de Renda (PTR) são facilitadores da redução da pobreza, na medida em que, por exemplo, outorgam, aos pobres, maior controle na tomada de decisão, determinando como efetuarão suas despesas de acordo com aquilo que mais precisam. Os PTRs ampliam, de forma geral, a autonomia das pessoas para decidirem no que gastar em relação à composição das cestas básicas, diferentemente, dos beneficiários do Fome Zero, por exemplo, que têm obrigação de gastar o valor repassado em alimentos. Além disso, priorizam o acúmulo de capital humano, fomentando a preocupação com a educação e a saúde, com o objetivo de romper com a transmissão intergeracional da pobreza. Sendo assim, nos últimos anos, principalmente na América Latina, os programas de transferência de renda têm sido uma política adotada no combate à pobreza focalizada e condicionada à inserção e manutenção das crianças e dos

adolescentes no sistema escolar, como, também, ao atendimento médico, disponibilizado pelo poder público (DRAIBE, 2009).

Para melhor compreendermos o conceito de pobreza, as condicionalidades exigidas pelo PBF, sua relação com a escolaridade e a possibilidade de uma mudança de padrão socioeconômico, a partir da participação das famílias vulneráveis em programas de transferência de renda, empreenderemos uma discussão desses tópicos no próximo capítulo.

2. Programa Bolsa Família: escolaridade e redução da pobreza

Neste capítulo, faremos uma discussão sobre o Programa Bolsa Família (PBF) enquanto uma política pública criada para reduzir a pobreza, pautada no investimento da educação e da saúde de seus beneficiários. Vamos contextualizar o PBF nestes dez anos desde sua implantação, buscando compreender, a partir da literatura especializada, avanços e problemas. Abordaremos, também, a frequência escolar enquanto possibilidade para redução da pobreza, visto que essa é uma das premissas defendidas pelos formuladores do programa. Finalizaremos o capítulo com uma reflexão sobre o PBF e a legislação educacional, no sentido de promover uma discussão sobre o fato de o programa antecipar-se à legislação no que se refere ao ensino médio.

2.1 Programas Bolsa Família: dez anos de implantação

Segundo Castro e Modesto (2010), desde a implantação do Programa Bolsa Família, muitos são os debates sobre o quanto ele realmente tem influenciado na redução da pobreza e da desigualdade de distribuição de renda entre a população brasileira. Essas mesmas autoras, após anos do programa em andamento, afirmam que a iniciativa é, sim, um sucesso, pois contribui, e muito, para a diminuição da fome, da pobreza e das diferenças na distribuição de renda.

O Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) realiza um estudo, em 2005, divulgado em maio de 2007, com apoio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, envolvendo famílias atendidas pelo Bolsa Família em situação de pobreza (renda per capita R\$100,00) e extrema pobreza (renda per capita R\$50,00), em comparação com famílias que não são beneficiadas pelo programa. O levantamento identifica, entre outros fatores que:

- Em relação aos gastos com educação, há um aumento de custos com relevância estatística, nas regiões Nordeste e Norte, onde é registrado um investimento de R\$32,78 a mais em educação para adultos, nas famílias em

situação de pobreza assistidas pelo Bolsa Família. Nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, há um investimento a mais de R\$58,50, na educação infantil, em famílias com essa mesma situação, integrantes do programa.

- Em relação à frequência e à evasão escolar, ambas apresentam resultados positivos, quando comparamos famílias beneficiárias e não beneficiárias do Programa Bolsa Família.

- Em relação à progressão escolar e à relação estudo-trabalho infantil, os dados não são significativos, quando comparados entre famílias participantes do programa e não participantes.

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (2009) divulga, numa cartilha explicativa sobre o PBF, dados sobre os efeitos do programa até 2009. De acordo com o texto, mais de onze milhões de famílias são beneficiadas pelo programa.

Além dos benefícios mencionados, tem destaque o fato de que o PBF possibilita uma alimentação adequada às famílias beneficiadas, gera renda nos municípios muito pobres, reduz a evasão escolar, amplia a frequência escolar, entre outros aspectos. Serve, ademais, como referência na focalização, quando comparado a programas semelhantes em outros países da América Latina, uma vez que realmente beneficia os mais pobres (MDS, 2009).

O MDS (2010) publica uma revista especial, que traz dados importantes sobre o PBF, com diferentes aspectos no que se refere à melhoria na vida das famílias beneficiadas. Essa publicação divulga o relato de pesquisa realizada em diferentes regiões do país, com a opinião de gestores, dirigentes governamentais, pesquisadores e beneficiários.

Os pontos destacados na pesquisa divulgada pelo MDS (2010) são:

- A relevância da inscrição das famílias vulneráveis no Cadastro Único, possibilitando o acesso delas às diferentes políticas públicas e iniciativas, também, do terceiro setor;

- O aquecimento do comércio nas cidades brasileiras, fruto da ampliação das condições financeiras das famílias beneficiárias do PBF;
- A ampliação do acesso das famílias em situação de risco social à educação e à saúde;
- O aumento da autoestima e da autonomia das mulheres, uma vez que elas são as titulares do benefício;
- A contribuição do PBF para o crescimento da renda das famílias em situação de vulnerabilidade, está numa proporção sete vezes maior do que a ampliação da renda das famílias ricas e três vezes maior do que a média nacional. Além disso, o acesso ao microcrédito, ao qual as famílias beneficiadas passam a ter direito, muda consideravelmente suas vidas;
- A consolidação do PBF como modelo para a ampliação das transferências de renda em países da América Latina, bem como a assessoria prestada pelo governo brasileiro, na ampliação de programas semelhantes ao Bolsa Família em países africanos, como Gana, por exemplo.

Nassif (2010), ao referir-se sobre as avaliações do PBF realizadas até 2010, afirma que:

O Programa Bolsa Família foi alvo de um conjunto de slogans e de avaliações enviesadas... Quando os resultados começaram a aparecer, percebeu-se que o programa não apenas cumprira com seu objetivo fundamental – permitir que os mais pobres pudessem se alimentar –, como ajudara a estimular a economia regional e a fortalecer o mercado interno. Contentava gregos e troianos, liberais e desenvolvimentistas (NASSIF, 2010 p. 13).

Segundo Weissheimer (2010), o MDS divulga dados importantes com relação ao desempenho escolar das crianças e adolescentes das famílias beneficiadas, quando comparado ao das demais crianças inseridas nas comunidades escolares. De acordo com esses dados, no ensino médio, os beneficiários apresentam uma aprovação de 81,1% contra 72,6% dos demais, que compõem a média nacional. No ensino fundamental, os índices são semelhantes, apontando 80,5% de aprovação dos beneficiários e 82,3% para a

média nacional. Com relação à evasão escolar, no ensino fundamental, verificam-se índices positivos, pois 3,6% dos beneficiários abandonam os estudos, em relação a 4,8% da média nacional. Ainda de forma mais enfática, essa positividade se afirma, quando averiguamos os índices relacionados ao abandono no ensino médio, pois os beneficiários representam um índice de 7,2%, contra 14,3% da média nacional.

Pires (2013b) analisa dados do Censo Demográfico de 2010 referentes aos beneficiários do PBF e os compara com os da população de Campinas com mesma idade e mesma renda de famílias beneficiárias, porém estas não participantes do programa. Afirma, com isso, que a frequência escolar das crianças e jovens entre 10 e 14 anos, pertencentes a famílias integrantes do PBF é de 95,7% contra 89,1% para pessoas da mesma idade da população em geral deste município. Os jovens entre 15 e 17 anos que recebem o benefício apresentam, também, frequência escolar maior, sendo 85,3% para estes, contra 76,3% para a população em geral com idade correspondente. Isso nos mostra que o PBF tem um papel importante no auxílio de manutenção dessas crianças e jovens na escola.

Outro dado relevante, que o autor destaca neste mesmo artigo, é que apenas 6,5% dos jovens com mais de 17 anos e pertencentes a famílias beneficiárias do PBF permanecem na escola, ante 29% da população em geral da cidade com mais de 17 anos e com situação de renda semelhante. Isso leva-nos à reflexão de que ao sair do PBF, e assim não ter mais a obrigação de justificar a frequência escolar, como contrapartida do programa, somado as dificuldades financeiras enfrentadas por essa parcela da população, pode levar esses jovens a não permanecerem na escola. (PIRES, 2013b)

De acordo com os formuladores do PBF, o incremento ao capital humano se dá a partir da frequência escolar das crianças e dos jovens. Contudo, pesquisas têm demonstrado que a simples permanência na escola não é suficiente para proporcionar esse ganho. Segundo Reimers, Silva e Trevino (2006), ao referirem-se sobre os programas de transferência de renda, a qualidade escolar e a aprendizagem, em geral, não são avaliadas. As avaliações concentram-se no que tange às condicionalidades dos programas. Esses autores

evidenciam que os programas de transferência de renda impactam na vida das pessoas, comumente, em relação ao aumento do poder aquisitivo, uma vez que oferece uma quantia em dinheiro que aumenta a renda familiar de forma direta. Porém, até o presente momento, os estudos que visam verificar a eficácia desses programas não são capazes de evidenciar uma mudança concreta no que se refere a perspectivas de alteração da história de vida dos indivíduos beneficiados, por meio de novas oportunidades, seja no mercado de trabalho ou nos estudos acadêmicos.

Segundo Rocha (2011), ao pensar nas condicionalidades enquanto solução, o governo não considerou os serviços, apenas apresentou uma preocupação com a melhoria da condição de vida imediata das pessoas, como podemos observar na citação abaixo:

...as chamadas “condicionalidades” do programa em termos de frequência a escola e cuidados com a saúde. Trata-se de um traço do programa do ponto de vista conceitual e estratégico, pois permitiria que o BF não somente aliviasse a pobreza presente, mas operasse no sentido de romper o círculo vicioso da pobreza mais adiante. No caso brasileiro, o atendimento dessas condicionalidades não representou uma demanda adicional desafiadora sobre as áreas da saúde e educação. Por exemplo, no início desta década, 96,5% das crianças entre 7 e 14 anos já frequentavam a escola e a cobertura vacinal já era reconhecidamente excelente. Isto significa que já se havia avançado bastante na provisão de serviços sociais, mas que a elevação da renda dos mais pobres via inserção adequada no mercado de trabalho esbarrava em obstáculos ligados a modernidade e a dualidade da economia brasileira que não vinham sendo resolvidos. Então, no caso brasileiro, aumentar a renda dos pobres via transferência assistencial era o caminho mais óbvio e direto de melhorar sua condição de vida (ROCHA, 2011, p. 133).

Fiszbein, *et al.* (2009), ao escreverem sobre transferências de renda condicionadas, atuando na redução da pobreza no presente e no futuro, referem que a maioria desses programas é criada com a intenção de reduzir a pobreza, aumentando a utilização dos serviços de saúde e educação, além de melhorar os fatores de crescimento das crianças e ampliar os níveis de nutrição, escolaridade e saúde dos beneficiários. Esses autores também afirmam que, ao fazer uma análise a programas de transferências em diferentes países, como México,

Honduras, Nicarágua, Bangladesh, Camboja e Paquistão, são evidenciados os seguintes efeitos:

- Os Programas de Transferência de Renda têm influência positiva para a ampliação das taxas de matrícula e frequência escolar. Assim, como também, ampliam a procura dos serviços preventivos na área da saúde, embora esse último enfoque tenha sido menos evidente que os avanços na área da educação;

- Como esses programas, em geral, são voltados para famílias em extrema pobreza, eles têm promovido uma redução das disparidades sociais, ampliando o acesso dessas pessoas aos serviços públicos;

- Estudos realizados, até então, em países como o México, onde programas de transferências de renda existem há mais tempo que no Brasil, não demonstram relação direta entre a ampliação da escolaridade e melhores salários, bem como não proporcionam melhor aprendizagem entre os beneficiários.

- Outro fator relevante é que os estudos avaliativos desses programas não levam em conta fatores que influenciam diretamente no desenvolvimento escolar- como hábitos familiares ou acesso a outros meios culturais, entre outros aspectos. Portanto, é importante estudos que busquem compreender as famílias e suas influências, para potencializar os programas de transferências de renda.

Draibre (2009) evidencia que os programas de transferência de renda condicionada apresentam aspectos positivos no que se refere a melhorias no consumo das famílias assistidas. Além, é claro, de fatores como ampliação da frequência escolar, melhora no estado nutricional das crianças, redução da mortalidade e da morbidade infantil. Entretanto, os programas são pouco conclusivos quanto à redução da pobreza ou mesmo do capital humano⁶ dos jovens integrantes dessas famílias e não demonstram um melhor desempenho escolar, quando seus beneficiários são submetidos a testes.

Bichir (2010) reforça que os estudos relacionados à efetividade do programa mostram que a frequência escolar melhora e a evasão reduz, além de

⁶ O conceito de Capital Humano será desenvolvido mais a frente neste mesmo capítulo.

se verificar a diminuição das desigualdades de um modo geral, embora o número de pobres se mantenha, uma vez que o valor transferido para as famílias é baixo.

[...] o PBF é um programa bem focalizado e com cobertura de grande fôlego. Por outro lado, tornam-se mais claras as potencialidades e as limitações do programa em termos de seus impactos sobre a redução da pobreza e da desigualdade. Nesse sentido, creio que o debate cada vez mais apontará para a necessidade de articulação do programa com outras políticas, saúde, educação, geração de emprego e renda, entre outras, uma vez que é ingênuo depositar expectativas de reversão de problemas históricos do país em um único programa de transferência de renda. (BICHIR, 2010, p. 126)

Pires (2008) relata que, ao realizar a análise dos efeitos das transferências de renda, observa-se que a redução da pobreza e a superação das vulnerabilidades passam pelos programas de repasse financeiros, mas não se findam neles. O Estado, para atingir os pressupostos do PBF, deve investir em políticas universais, que vão além de saúde e educação, ou seja, ter maior preocupação com saneamento básico, acesso a creches, entre outros serviços.

Conforme sugerido no estudo apresentado, pesquisas quantitativas vêm apontando o sucesso do programa em torno do incremento da frequência escolar das crianças e jovens que dele participam. Contudo, quando procuramos dados que demonstrem como os beneficiários do programa entendem suas condicionalidades - como uma forma de melhoria do seu futuro ou do futuro dos seus filhos - encontramos poucas pesquisas a esse respeito.

A dissertação de mestrado em educação, desenvolvida por Thalita Cunha Motta, na Universidade Federal de Pernambuco, analisa a percepção de mães, estudantes, docentes e gestores a respeito do PBF e suas repercussões no meio escolar, como forma de avaliar as implicações do vínculo entre o campo educacional e o PBF (MOTTA, 2011).

Nessa dissertação de mestrado, defendida em 2011, Thalita Cunha Motta desenvolve a pesquisa em dois municípios do interior do Rio Grande do Norte. São entrevistados gestores e professores de duas escolas, mães e estudantes que frequentam o ensino médio, mas já são beneficiários desde o ensino fundamental. A autora evidencia que, embora, as famílias tenham

dificuldades financeiras o programa não é fundamental para que os jovens frequentem a escola, pois afirmam que fariam isso independente da transferência de renda. As entrevistadas afirmam que manter os filhos na escola é importante e que o dinheiro repassado pelo programa auxilia-as muito nesta missão, mas, se não receberem a ajuda, farão todo o possível para mantê-los na instituição de ensino. A percepção dos funcionários das escolas, no que se refere ao PBF oferece uma visão ainda vinculada ao Bolsa Escola, pois associam que o valor repassado deve ser utilizado somente a aspectos ligados a educação das crianças, não percebem o PBF em seus demais objetivos (MOTTA, 2011).

O resultado desta pesquisa, assim como os demais estudos, leva-nos a crer que a compreensão dos anseios das famílias beneficiadas pelo programa pode facilitar aos formuladores das políticas públicas, a estruturação de novos programas que atuem junto ao PBF, conforme já argumentado por Bichir (2010) e Pires (2008).

2.2 Escolaridade e Redução da Pobreza

Uma das premissas advogadas pelos formuladores do PBF é a redução da pobreza por meio da frequência escolar. É defendido que crianças e jovens, ao frequentarem os bancos escolares, terão um enriquecimento sociocultural e, com isso, romperão com a transmissão geracional da pobreza. Porém, para compreendermos melhor essa ideia, faz-se necessário aprofundarmo-nos nesses conceitos.

Quando falamos em pobreza, é imprescindível estabelecer a definição do termo com que pretendemos trabalhar, em função do qual, adotamos o conceito encontrado em Rocha: “Pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada.” (Rocha, 2006, p.9). Ainda de acordo com esta autora, pobreza, numa linguagem internacional, é a persistência de amplos contingentes populacionais cronicamente privados do atendimento às necessidades mais essenciais. A autora considera que, para compreendermos melhor o que é pobreza, precisamos discernir os conceitos de pobreza relativa e

pobreza absoluta. A primeira está ligada às questões de sobrevivência física, ou seja, ao não atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital. A segunda, trata-se de definir as necessidades que devem ser satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objeto social.

Amartha Sen (2000), também, nos mostra uma visão multidimensional com relação à pobreza. Afirma que o termo deve ser compreendido como privação de capacidades básicas e não simplesmente como baixo nível de renda. Porém, é importante entender que a renda baixa é um dos principais fatores para a privação de capacidade de uma pessoa. Para defendermos esse princípio, convém considerar que a renda não é o único instrumento de geração de capacidades. Esse mesmo autor define capacidades básicas como tudo aquilo que move a vida de cada pessoa, o que, para cada um de nós, é essencial para vivermos, sendo assim, para cada realidade as capacidades básicas são variadas.

Ao refletirmos sobre os conceitos de pobreza, dos autores citados, devemos considerar a renda como o principal fator causador dessa situação social. Porém, não como único, pois compreender que existem outras situações relacionadas à pobreza- como idade, sexo, localização, aspectos culturais, violência- também é relevante. Devido a isso, a elevação da renda não deve ser a única motivação de políticas de combate à pobreza, uma vez que o investimento em educação e a serviços de saúde, entre outros aspectos, são igualmente relevantes para uma modificação dessa situação social (SEN, 2000).

Embora seja importante distinguir, conceitualmente, a noção de pobreza como inadequação de capacidades da noção de pobreza como baixo nível de renda, essas duas perspectivas não podem deixar de estar vinculadas, uma vez que a renda é um meio importantíssimo de obter capacidades. E, como maiores capacidades para viver sua vida tenderiam, em geral, a aumentar o potencial de uma pessoa para ser mais produtiva e auferir renda mais elevada, também esperaríamos uma relação na qual um aumento de capacidades conduzisse a um maior poder de auferir renda, e não o inverso (SEN, 2000, p.112).

Encontramos, também, em Ferreira (2009), um conceito semelhante ao de Rocha e ao de Amartya Sen, no que se refere à pobreza. Para ela:

[...] falar de pobreza é ponderar o grau de desigualdade social e, para tanto, estratégias de enfrentamento da pobreza devem estar alicerçadas em propostas políticas que visem tanto à redução das iniquidades sociais, como ao crescimento econômico do país. Destaca-se ainda, a importância de garantir o exercício dos direitos sociais e a implementação de políticas compensatórias combinadas a políticas universais, que possam proporcionar o aumento do capital humano (FERREIRA, 2009, p.8).

Ao analisarmos todos os aspectos que estão relacionados à pobreza e, conseqüentemente, às dificuldades a que essa situação expõe os que nela se encontram, percebemos o quanto ter condição econômica favorável nos remete a uma situação vantajosa em relação àqueles que não a possuem. Tal constatação nos permite refletir sobre o quanto é decisivo, na sociedade em que estamos inseridos, possuir certo patamar de renda que permita atender às nossas necessidades. Ainda que, Rocha (2006) ressalte que definir necessidade básica é extremamente complexo, pois o básico para um indivíduo pode não ser para outro, visto que contextos diferentes requerem necessidades, também, diferenciadas.

Outro conceito que aparece de forma indireta na premissa da escolaridade, enquanto mobilizadora de mudanças de rota das famílias pobres, interrompendo essa transmissão geracional da pobreza, configura-se no enriquecimento do capital humano. Porém, precisamos, assim como realizado com o conceito de pobreza, clarear o conceito de capital humano.

Acerca disso, para Blundell et al. (1999) existem três componentes que fundamentam esse conceito: habilidade precoce, seja ela adquirida ou inata; conhecimentos adquiridos na escola; competências e conhecimentos desenvolvidos no trabalho. Definição semelhante a esta, também, encontramos em Saul (2004), que conceitua capital humano como equivalente a conhecimento técnico, colocando que, para a sociedade pós-industrial, o investimento na escola é um ponto estratégico para seu crescimento.

Para compreendermos mais claramente como surge a ideia do capital humano, López-Ruiz (2007) nos traz uma visão de como estes termos— capital humano e empreendedorismo— ganham força no mundo capitalista. O autor oferece-nos uma breve visão de como o homem modifica sua atuação e a forma de ser visualizado, de acordo com o avançar do capitalismo. Novos conhecimentos e investimentos em si são, a cada dia, mais relevantes. Em 1959, Theodore Schultz utiliza o termo capital humano pela primeira vez.

O princípio fundamental da noção de capital humano consiste na percepção de que o homem é um ativo produtivo que exige investimento. Rigorosamente, pode-se afirmar que, neste contexto, a propriedade dos meios de produção foi substituída pela propriedade de si (LOPÉZ-RUIZ, 2007, p. 1184).

Para Viana e Lima (2010), na década de 1950, após a II Guerra Mundial, tem início uma fase desenvolvimentista, durante a qual, as nações precisam recuperar-se das perdas geradas pela guerra. A economia necessita maior desenvolvimento, e até então, acredita-se que o crescimento econômico está unicamente vinculado a fatores como recursos naturais, capital e trabalho. É, neste momento, que segundo Viana e Lima (2010), os autores, Mincer (1958), Schultz (1964), Becher (1993) e Hirschman (1963) constam que há outra variável relacionada e ainda não atribuída ao crescimento das nações- o capital humano:

- Mincer (1958) indica uma relação entre o investimento em formação dos trabalhadores e a distribuição de renda individual.

- Schultz (1964) aponta que investir em educação proporciona qualificação e aperfeiçoamento à população, os quais aumentam a produtividade dos trabalhadores e os lucros das empresas, movimentando positivamente, assim, a economia.

- Becker (1993) estabelece que capital humano é o conjunto de conhecimentos que uma pessoa pode adquirir para ampliar sua capacidade produtiva e utilizar essas habilidades para produção de riqueza

- Hirschman (1963) diz que investir na educação proporciona uma minimização de disparidades regionais, pois se está investindo em capital humano.

Viana e Lima (2010) referem que vários trabalhos publicados, atualmente, têm nos indicado uma grande relação entre o crescimento econômico e o nível de capital humano encontrado em determinados países. Os autores nos trazem estudos realizados por Benhabid e Spiegel, (1994), Souza (1999), Martins e Herranz (2004), entre outros, demonstrando que:

[...] o capital humano, dimensionado pelo nível de educação e conhecimento da população, passa a ser uma variável importante no conceito e nos modelos de crescimento econômico, pois o aumento da produtividade da população está relacionado não somente à acumulação de capital físico, mas também de capital humano, que serviria de suporte para minimizar os rendimentos decrescentes advindos do capital físico. A educação, determinada pelo nível de qualificação da população, surge como alternativa para a redução das disparidades econômicas e ao fortalecimento das economias regionais, influenciando ganhos à população, elevando a produtividade do capital humano e também o nível de produtividade do capital físico (VIANA E LIMA, 2010, p.138).

Ainda segundo Viana e Lima (2010), a teoria do capital humano afirma que pessoas escolarizadas são mais produtivas, têm salários mais elevados e, com isso, colaboram para o progresso econômico. Para os autores, a valorização desse capital tem sido o principal fator para o crescimento econômico.

Com o passar dos anos, as mudanças na estrutura da sociedade e de seus valores provocam alterações no entendimento de capital humano e na condução de políticas públicas. Tanto que, a partir dos anos 70, o investimento em educação passa a estar atrelado a investimento econômico e, cada vez mais, se percebe o investimento educacional voltado para uma formação que seja adequada ao mercado de trabalho e as suas demandas atuais (LOPÉZ-RUIZ, 2007).

Pires (2013a) refere que, ao considerar a frequência escolar como incremento do capital humano, os formuladores do PBF reforçam a ideia de que a escola oferece, em princípio, condições para qualificação, uma vez que o conceito de capital humano parte da premissa que a educação é, em essência, a obtenção

de um conjunto de habilidades e destrezas úteis para o ingresso no mercado de trabalho. Essa premissa dos formuladores do programa, conforme argumenta o autor, é contestada por outros teóricos.

Cacciamali, Tatei e Batista (2010) afirmam que, desde o final do século passado, em todos os países do mundo, investir em programas de transferência de renda tem sido uma escolha mais interessante para os governantes do que o investimento nos Sistemas de Seguridade Social. Isso ocorre por diferentes fatores, entre os quais, destacam-se o crescimento do número de excluídos do Sistema de Seguridade Social- em decorrência do aumento de desempregados que perdem o direito ao seguro desemprego, em virtude de permanecerem nessa situação por extensos períodos-; um maior número de famílias com crianças e jovens pobres e, é claro, a ampliação da desigualdade de distribuição de renda.

Vemos que as condicionalidades do Programa Bolsa Família, de acordo com seus formuladores, têm como objetivos a contribuição para o aumento das capacidades das pessoas, com base no acesso à educação e à saúde, interrompendo o que chamamos de ciclo intergeracional da pobreza. Observa-se que condicionalidades semelhantes já são utilizadas no Programa Bolsa Escola e, conforme demonstram Reimers, Silva e Trevino (2006), este é consagrado como um programa com excelentes resultados, como por exemplo, a redução do trabalho infantil e da evasão escolar.

2.3 Programa Bolsa Família e a Legislação Educacional

Conforme relatado, anteriormente, o PBF é uma política de transferência de renda, criada pelo governo federal, em 2003, e implantado pela Lei 10.836 de 09 de janeiro de 2004, que visa o combate a pobreza. Esse programa, que está completando 10 anos, sofre várias alterações ao longo dessa década, pois é expandido tanto em número de beneficiários, quanto nas condições para acesso ao mesmo. Essas alterações compreendem ampliação do número de filhos que podem ser inscritos no programa, ampliação da idade dos

jovens das famílias beneficiárias e com isso a inclusão do ensino médio para controle da frequência escolar.

Importante destacar que o programa torna, em 2009, obrigatória a matrícula e a frequência escolar até os 17 anos e exige que as crianças e jovens até os 15 anos tenham frequência escolar de no mínimo 85%- fato curioso, uma vez que, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 exige uma frequência mínima de 75% (LDB 9.394/96). Cohn (2012) ao se referir a essa exigência de frequência escolar acima do que é determinado para as crianças em geral, afirma que isso é uma “aberração”, herdada do Bolsa Escola, que na unificação dos diferentes programas de transferência que dão origem ao PBF arrasta-se essa característica. Uma vez que no BE também é exigido 85% de frequência escolar para as crianças beneficiárias. Sem falar no fato que o PBF por meio de suas condicionalidades se antecipa a legislação educacional, conforme citação abaixo, referente à emenda constitucional número 59, redigida em novembro de 2009:

Art. 1º Os incisos I e VII do art. 208 da Constituição Federal, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 208:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (NR) (BRASIL, EC:59,ART. 1º, 2009).

A LDB 9.394/96 prevê a educação básica gratuita dos 4 as 17 anos de idade, porém ainda não há sanção da lei⁷ tornando obrigatória a educação infantil.

Algebaile (2009) refere que não podemos avaliar essa situação de ampliação de acesso a escola de forma ingênua. A autora faz uma reflexão sobre as reformas educacionais que ocorrem nos países da América Latina, buscando métodos supostamente mais eficientes, focalizando esforços no nível de ensino mais elementar. Inclusive acantonando princípios como os ligados a qualidade e autonomia, colocando no centro aspectos como administração de verbas, currículo, métodos e formas organizacionais vindos de cima para baixo.

⁷ Importante destacar que foi aprovada a Lei 12.796, de 4 de abril de 2013, que prevê a inclusão das crianças a partir de 4 anos na educação básica, fato que até o presente ainda não havia sido regulamentado.

A autora também reforça que, nesse tipo de estruturação de ensino, temos os professores como executores de tarefas, os pais e a comunidade como colaboradores, principalmente, como fiscais dessa atuação esperada dos professores e da escola. Afirma, também, que a ênfase no nível mais elementar de ensino é uma estratégia relacionada ao combate da pobreza. Acredita-se que essa parcela da população, desprovida de condições, encontra-se nessa situação por falta de educação escolar. Sendo assim, uma vez que lhes seja garantido acesso a escola, também lhes será proporcionado novas condições de empregabilidade, pois com suas habilidades ampliadas, seus comportamentos serão modificados, e os indivíduos serão capazes de melhorar suas condições de vida (ALGEBAILLE, 2009).

Algebaile (2009) relata o empobrecimento da própria escola ao focalizar a formação para atender as necessidades do mercado de trabalho. A escola, ao tornar-se focalizada, perde parte importante de sua função, ou seja, a formação ampla é acantonada, priorizando-se um ensino para funções básicas.

Connell (1995) ao refletir criticamente sobre outro contexto- programas de educação compensatória como forma de minimizar o fracasso escolar dos mais pobres- faz uma reflexão que vai ao encontro de uma das premissas do PBF. A autora australiana afirma que:

[...] a educação compensatória foi pensada para romper um ciclo de pobreza auto alimentado, no qual baixas aspirações e carências no cuidado com a criança levavam a um baixo rendimento na escola, que por sua vez levará ao fracasso no mercado do trabalho e à pobreza na próxima geração (CONNELL, p.15, 1995).

A educação é considerada, pela maioria das pessoas, uma alternativa para termos um mundo melhor. No caso das populações de países em desenvolvimento, é compreendida como uma possibilidade para um futuro mais promissor em termos de acesso a bens e serviços, tanto materiais quanto socioculturais. No entanto, para que tal aspiração se concretize, precisamos pensar no modelo de escola e de educação que temos hoje vigente e disponível, ao alcance da sociedade, principalmente, da classe pobre, cuja principal escolha é a rede pública.

Conforme citado anteriormente, o PBF tem como contrapartida a frequência escolar de crianças e jovens das famílias beneficiadas pelo programa. Para Oliveira e Soares (2013), as condicionalidades fazem sentido apenas quando o objetivo principal de sua existência é cumprido, ou seja, se é proporcionado, com as transferências, uma redução da pobreza, atualmente; para que, no futuro, as famílias possam sair dessa situação.

Porém, trabalhos já destacados no subtítulo anterior, neste mesmo capítulo, como os desenvolvidos por Reimers; Silva e Trevino (2006) e Fiszbein *et al.* (2009), questionam o alcance da meta de mudança de uma trajetória histórica de pobreza dessas famílias, pautado apenas no fato de que seus filhos frequentem a escola, uma vez que a qualidade do ensino ofertado e outros fatores que também contribuem para o enriquecimento cultural não são considerados- como a escolaridade dos pais, condições do local onde moram, entre outros aspectos.

3. Pesquisa de Campo: método e análise dos dados

Neste capítulo, são apresentados os resultados da pesquisa de campo, as entrevistas e a análise dos dados. Iniciamos com a explicação sobre o método- como foram selecionados os sujeitos e a abordagem escolhida-, enfatizando o porquê dessa escolha e os seus benefícios para o alcance dos objetivos. É explicado, também, como é realizada a coleta dos dados, local de realização, quantidade de dias e turnos nos quais são realizadas as entrevistas e um breve relato das histórias das vidas das beneficiárias.

Entre os pontos de destaque das falas das entrevistadas, referente ao PBF e à escola frequentada por seus filhos, estão a percepção sobre a frequência escolar exigida pelo programa; a escolaridade e sua possível relação com uma melhoria de vida. Analisamos o significado de melhoria de vida para estas mães e suas expectativas com relação ao futuro dos filhos e de suas famílias.

O capítulo é finalizado com propostas de respostas para as perguntas que fundamentam essa pesquisa: quais são as percepções das beneficiárias, destinatárias dessa política de transferência de renda, sobre a relação entre frequência escolar e a saída da pobreza? Como as entrevistadas avaliam a importância do PBF para a melhoria de suas vidas?

3.1 A Pesquisa de campo: sujeitos e abordagem escolhida

No período entre doze de dezembro de 2012 a onze de Janeiro de 2013 são realizadas 15 (quinze) entrevistas semiestruturadas, com mulheres inscritas no programa Bolsa Família, residentes na região sul de Campinas (SP), com filhos entre 13 e 17 anos de idade e matriculados em escolas da rede pública de ensino desse município.

Considerando que a Lei 11.274 de 2006 estabelece que o ensino fundamental obrigatório deve iniciar aos 6 (seis) anos de idade, a escolha dessa faixa etária para os filhos justifica-se pelo fato de que essas crianças e jovens

estão há, pelo menos, 6 anos na escola; suas mães têm familiaridade com a comunidade, com os regulamentos e normas escolares. Além de terem a oportunidade de avaliação dos efeitos da escolarização no desenvolvimento de seus filhos, que é atribuída à escola.

De acordo com os dados do IBGE do Censo de 2010, percebemos a relevância da região sul, quando comparada com as demais regiões com relação ao PBF, porque nela residem 42% dos beneficiários do município de Campinas. De acordo com a tabela abaixo:

Tabela 1: Distribuição de pessoas com 10 anos ou mais beneficiárias do PBF/PETI de acordo com regiões⁸ do município de Campinas:

	População Total	% por área e região	Total da população > 10 anos	% População Total	% População > 10 anos	População que recebem Bolsa Família	% População que recebe Bolsa
REGIAO CENTRAL	79.449	7,36%	74.257	6,87%	7,82%	216	0,99%
REGIAO LESTE	88.016	8,15%	78.028	7,22%	8,21%	1.474	6,76%
REGIAO NORTE	185.855	17,21%	166.089	15,38%	17,48%	2.233	10,25%
REGIAO OESTE	312.546	28,94%	274.007	25,37%	28,85%	7.538	34,59%
REGIAO SUL	333.667	30,89%	286.203	26,50%	30,13%	9.149	41,99%
DISTRITOS	80.580	7,46%	71.341	6,60%	7,51%	1.181	5,42%
Total	1.080.113	100%	949.924	88%	100%	21.790	100%

Referencias:

IBGE - Bairros e regiões da cidade de campinas, pesquisado em 07/10/2012 em http://www.solbrilhando.com.br/Campinas/Cidade/Bairros_01_texto.htm

IBGE - Dados do censo de 2010

Fonte: IBGE Censo Demográfico 2010.

As famílias que compõem o quadro de entrevistadas são selecionadas no Distrito de Assistência Social da Região Sul, local do escritório descentralizado do Centro Público de Apoio ao Trabalhador (CPAT), administrado pela Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho Assistência e Inclusão Social (SMCTAIS) da Prefeitura Municipal de Campinas, onde são feitas as inscrições e acompanhamento dos cadastrados no programa Bolsa Família da região sul. As entrevistas são realizadas em dez datas e períodos diferentes, sendo utilizadas seis manhãs e quatro tardes. Com isso, buscamos criar condições para uma seleção variada do conjunto das entrevistadas em termos de idade, número de

⁸ As regiões e bairros foram agrupados de acordo com o critério bairros e regiões determinados pela Prefeitura Municipal de Campinas.

filhos, dias e horários que frequentam o serviço, tempo de permanência no programa, etc. A estratégia de realizar a pesquisa de campo em diferentes momentos nos possibilita o contato com um grupo variado de pessoas, conforme podemos observar nos parágrafos seguintes quando são caracterizadas as entrevistadas.

Aos beneficiários, que concordam em serem entrevistados, é apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo A), lido e assinado antes do início das entrevistas. Para a formulação deste texto, são retirados quaisquer dados que permitam identificar as entrevistadas e seus familiares. Portanto, seus nomes são substituídos por pseudônimos.

Consideramos importante esclarecer que os dados obtidos da amostra são analisados com ênfase qualitativa. A palavra ênfase é empregada a fim de denotar as dificuldades em separar, de maneira rígida, abordagens quantitativas das chamadas qualitativas. Como faz referência Charoux (2006), a abordagem qualitativa, em pesquisa, oferece uma análise realizada pelo tratamento em profundidade dos dados obtidos, mais precisamente, no detalhamento do fato e do contexto em que se desenvolve, conhecendo o significado conferido ao objeto de estudo, “[...] na perspectiva dos participantes da situação estudada.” (CHAROUX, 2006, p. 38).

Ainda sobre a pesquisa qualitativa, encontramos na visão de Ghedin e Franco (2011), uma perspectiva importante que fortalece a escolha desta abordagem:

A pesquisa qualitativa vai permitir a compreensão do cotidiano como possibilidade de vivências únicas, impregnadas de sentido, realçando a esfera do intersubjetivo, da interação, da comunicação e proclamando-o como o espaço onde as mudanças podem ser pressentidas e anunciadas (GHEDIN E FRANCO, 2011, p. 61).

Ao buscarmos compreender as percepções das famílias, acreditamos que o método de realizar entrevistas nos oferece maior possibilidade de compreensão destas perspectivas, pois durante estes momentos, que nos encontramos com as entrevistadas, captamos não somente o que elas

verbalizam, mas o “como” relatam suas vivências. Aproxima-nos, também, do meio no qual essas pessoas estão inseridas, nos possibilitando, então, a compreensão dos seus modos de analisar e significar cada experiência.

Outra situação favorável, no método de pesquisa escolhido, é o fato de trabalharmos com instrumentos abertos que nos permitem conversar com as integrantes da amostra, sem, necessariamente, aplicar um questionário fechado, deixando-as livre para falar sobre o que lhes é questionado. Assim, a abordagem escolhida nos permite avaliar as falas dentro de um contexto amplo, buscando compreender as colocações das entrevistadas de acordo com suas vivências e experiências de vida.

Escolhemos, como conceito de percepção, a ideia dos filósofos Japiassú e Marcondes (2001) que afirmam que nos aproximamos do conhecimento, quanto mais próximo ele se encontra das percepções que lhe originou. Podemos observar isso, de forma bastante nítida, quando analisamos as falas abaixo:

[ao explicar porque considera que o Bolsa Família acomoda algumas pessoas] Ah, porque eu já vi, de eu estar assim no ponto de ônibus mesmo, e eu escutar né... porque a gente acaba escutando, você está ali no meio da população, aí um fala o Bolsa Família é isso, é aquilo, aí você acaba pegando, aí você pensa o ser humano, como é que pode, tem ser humano que só pensa em si mesmo, não pensa no próximo (MARIA, analfabeta, 7 filhos).

[resposta referente à pergunta sobre se as crianças que vão à escola sabem mais coisas que aquelas que não vão à escola] Ah, sabe sim, porque as crianças que não vão pra escola, não frequentam a escola, no meu bairro, por exemplo, periferia pequena, tem junto com invasão e tudo ali, então é bem grande. Então aqueles que não tão frequentando a escola eles vão ali só pra atrapalhar os que querem estudar e na verdade não respeitam ninguém e não aprendem nada. E, aí, se você pergunta se sabem alguma coisa, só de perdição, de droga, porque lá a escola é envolvidíssima com droga. Porque, assim, ele estuda a noite o meu [filho], e eu vou todo o dia a noite busca ele na escola e ele diz eu não acredito que a senhora tá fazendo eu pagar esse mico. E eu falo você vai pagar king Kong, tudo que faz parte do macaco, eu tô aqui com você. Porque eu prefiro ficar com ele, eu me sinto segura, porque é distante a minha casa da escola. Da uns 15 minutos a pé, e ele fala olha pra trás pra senhora vê, não tem uma mãe que vem busca um aluno (SANDRA, fundamental completo, 2 filhos).

Como podemos observar, tanto na fala de Maria quanto na fala de Sandra, ambas baseiam suas respostas em vivências cotidianas, o que as levam a opinar sobre diferentes assuntos está, em geral, pautado naquilo que enfrentam no seu dia-a-dia. Essa formulação conceitual, a partir das experiências pessoais, está presente, em maior ou menor grau, em todas as entrevistas, em diferentes momentos das falas.

Segundo Castro (2006), a pesquisa qualitativa caminha junto com a quantitativa e, em muitos casos, elas são mescladas. A grande questão, que leva o pesquisador a utilizar uma ou outra, está no tipo de resposta que ele busca para seu problema. No caso desta pesquisa, o objetivo é trabalhar com a percepção das entrevistadas. Como percepção, utilizamos, conforme já descrito no parágrafo anterior, o conceito filosófico de Japiassú e Marcondes (2001),

Ato de perceber, ação de formar mentalmente representações sobre objetos externos a partir dos dados sensoriais. A *sensação seria assim a matéria da percepção. Para os empiristas, a percepção é a fonte de todo o conhecimento. "Todas as percepções da mente humana se incluem em dois tipos distintos que chamarei de impressões e ideias. A diferença entre uma e outra consiste nos graus de força e vivacidade segundo os quais atingem a mente chegando até o pensamento e a consciência. Aquelas percepções que penetram com mais força... podemos chamar de impressões... compreendendo todas as nossas sensações, paixões e emoções... Por ideias considero as imagens pálidas dessas no pensamento e no raciocínio" (Hume, Tratado da natureza humana). Nesta perspectiva, portanto, o conhecimento é mais certo quanto mais próximo está da percepção que o originou (JAPIASSÚ E MARCONDES, 2001, p.149).

A escolha desse conceito de percepção está fundamentada nas falas das beneficiárias, que a todo o momento apresentam suas respostas com justificativas respaldadas em suas vivências. Suas histórias lhes levam a uma compreensão de mundo de forma bastante individualizada, ainda que, muitas vezes, exista um forte senso comum com algumas crenças, tanto que, algumas respostas têm um traço marcante deste senso, enquanto outras estão totalmente vinculadas às suas experiências, desvinculadas daquilo que é defendido pela sociedade. O leitor tem a oportunidade de observar isso em inúmeras citações que apresentamos durante todo o capítulo.

3.2 Coleta e análise dos dados obtidos

Para a coleta de dados nos inspiramos no método etnográfico. De acordo com André (1995), na educação, fazem-se estudos do tipo etnográfico e não etnografia propriamente dita, pois uma etnografia pressupõe uma longa permanência do pesquisador junto aos pesquisados. Enquanto, na educação, as pesquisas em geral estudam etapas da formação, como por exemplo, uma sala de aula com uma turma específica ou, até mesmo, pelas próprias condições que o pesquisador encontra na escola e, também, pelo fato que o conhecimento é algo que permeia outros lugares fora dos muros escolares. Com isso, não é realizado etnografia em pesquisas educacionais no sentido específico que lhe atribui a Antropologia. Para a autora em questão, pode ser considerado um estudo de tipo etnográfico quando faz uso de técnicas associadas à etnografia, como observação participante, entrevista e análise de documentos.

O instrumento (Anexo B), utilizado para a coleta, foi estruturado a partir de quatro dimensões:

Caracterização da entrevistada e de sua família;

Formas de obtenção de renda;

Percepções das entrevistadas sobre o Programa Bolsa Família;

Percepções das entrevistadas sobre a educação e escola.

Esses quatro eixos nos permitem organizar as entrevistas e também a análise de dados, de forma a ordenar as informações sobre como estão compostas as famílias e como o PBF influencia em suas vidas a partir dos seus pontos de vista. Além de nos permitir conhecer melhor a história de cada família que compõe nossa amostra. A análise dos dados coletados segue, também, o formato dessas dimensões, privilegiando alguns momentos, em especial aqueles relacionados à frequência escolar e a escola. A seguir são agrupados os dois primeiros eixos.

3.2.1 Caracterização das entrevistadas, de suas famílias e formas de obtenção de renda

O texto do Anexo C apresenta um resumo das histórias de vida das entrevistadas e de suas famílias. Interessa-nos, com isso, mostrar que a interpretação do sentido das falas das entrevistadas leva em consideração o contexto a partir do qual elas relatam suas vivências e percepções de mundo, tal como mencionado nos parágrafos anteriores.

Nessa breve síntese da trajetória de cada família, observa-se a diversidade de experiências vivenciadas em cada conjunto familiar, como no caso de duas mães que em busca de melhores condições de vida e oportunidades-entre elas melhores escolas para os filhos-, mudam-se para Campinas. Esse fato influencia muito nas suas percepções, pois as vivências e oportunidades em uma região metropolitana, como Campinas, podem ser muito diversas das vividas em cidades menores de outros estados brasileiros. Aspecto também identificado no caso de sete mães que sonham que seus filhos tenham oportunidades, principalmente, no mundo do trabalho, melhores do que as que elas tiveram até o presente momento. Ou, como no caso de três entrevistadas que mesmo com o ensino médio completo, continuam na busca de melhores condições, sejam elas de trabalho, moradia ou escolaridade.

As entrevistadas são todas mulheres entre 31 e 49 anos. Esse é um dado bastante diferenciado na amostra desta pesquisa quando observamos outros trabalhos desenvolvidos com beneficiárias do Bolsa Família, pois em outros estudos, em geral, as entrevistadas são mulheres mais jovens. Como no caso da pesquisa desenvolvida por Pires (2013c), na qual são entrevistadas 22 mulheres, dessas, 11 tinham menos de 39 anos. Esse mesmo padrão etário se repete no trabalho desenvolvido por Motta (2011) estudo que avaliava o impacto do Bolsa Família na inserção do mercado de trabalho por mães beneficiárias. Todas as mulheres, que compõem a amostra de beneficiárias estudadas, têm menos de 37 anos. Associamos a idade mais avançada das participantes desta

pesquisa ao fato de ter sido colocado, como pré-requisito para participar do estudo, ter filhos entre 13 e 17 anos.

Outra importante característica é o número de filhos, identificamos que praticamente a metade da amostra, ou seja, sete entrevistadas têm quatro ou mais filhos, enquanto as demais têm entre um e três filhos. Esse é um fato que, também, pode ser associado à idade mais avançada das mães, pois quando as entrevistadas são muito jovens, pode ser que estas ainda tenham mais filhos. Já, mulheres com idade mais avançadas, provavelmente não terão um número muito maior de filhos do que já possuem até o momento da entrevista. Os filhos destas mulheres somam um total de 53 pessoas e estão distribuídos, quanto à idade, de acordo com classificação utilizada por Pires (2013c), que, ao categorizar as crianças de famílias beneficiadas pelo PBF, utiliza a divisão por faixa etária pré-estabelecida pelo Plano Nacional de Educação para o Decênio 2011/2020, conforme podemos observar na tabela abaixo.

Tabela 2: Distribuição do número de filhos das beneficiárias entrevistadas por classes etárias

Faixa Etária	Número de filhos	%
1 a 3 anos	5	9,4
4 a 6 anos	4	7,5
7 a 14 anos	19	35,9
15 a 17 anos	12	22,7
18 a 29 anos	13	24,5
Total	53	100

Fonte: elaboração própria a partir de informações do número total de filhos informados pelas entrevistadas.

Destaca-se, como relevante, a composição dos arranjos conjugais das famílias das entrevistadas, pois apresentam configurações diversas umas das outras. Embora todas já tenham, em algum momento, vivenciado um

relacionamento conjugal, sete entrevistadas têm companheiro e oito estão separadas, no momento das entrevistas.

Com relação à atividade de trabalho, quatro entrevistadas não têm um registro em carteira de trabalho, enquanto onze afirmam ter trabalhado com registro em algum período. Porém, no momento das entrevistas, apenas duas relatam trabalhos formais- uma atua como auxiliar de cozinha e a outra como auxiliar de limpeza. Oito entrevistadas afirmam realizar atividades informais para obter rendimentos e contribuir com o sustento da família, destas, quatro atuam como diaristas. Entre as restantes, temos uma manicure, uma cuidadora de idosos, uma costureira e uma agricultora. Duas das entrevistadas afirmam estar desempregadas, no momento, mas no passado uma atuou em diferentes empresas como operadora de produção e a outra em diversos locais como auxiliar de cozinha. Duas entrevistadas se identificam como do lar, sendo que uma afirma jamais ter desempenhado uma atividade remunerada e a outra, no passado, diz ter trabalhado como auxiliar de caixa de supermercado. Apenas uma das entrevistadas é aposentada e atua como empregada doméstica antes de aposentar-se.

A escolaridade das integrantes da amostra é fator bastante variado, pois temos duas analfabetas, sete com ensino fundamental incompleto, três com ensino fundamental completo, e três com ensino médio completo. Outro aspecto considerável é que, das quinze entrevistadas, oito já foram ou são beneficiárias de mais programas de transferência de renda além do Bolsa Família, o que nos leva a constatação que muitas dessas famílias têm uma longa vivência em programas dessa natureza. Esse fato também pode ser associado ao pré-requisito relacionado à idade dos filhos, pois essas famílias, além de encontrarem-se em situação de pobreza a longas datas, têm filhos com idades variadas, o que as coloca como possíveis beneficiários de outros programas que antecedem o PBF, como o Bolsa Escola, por exemplo

As características destacadas, nos parágrafos acima, podem ser observadas na tabela abaixo, cuja classificação é feita pela escolaridade das beneficiárias.

Tabela 3: Caracterização das entrevistadas quanto aos arranjos familiares, idade, número de filhos, participação em outros programas além do PBF, escolaridade e valor recebido pelo programa em 2012.

Nomes fictícios	Arranjo familiar	Idade da entrevistada	Nº filhos	Local de Nascimento **	Tempo de PBF / Participação em outros programas além do PBF	Escolaridade da entrevistada	Valor recebido PBF em 2012 *
Maria	Monoparental	31	7	Bahia	9 anos/no passado renda mínima.	Analfabeta	R\$ 840,00
Ana	Nuclear	Não definido	1	Paraná	9 anos/no passado renda mínima e bolsa escola. aposentada	Analfabeta	R\$ 840,00
Aparecida	Monoparental	31	3	Campinas	1 ano/no passado renda mínima e cesta básica.	Ensino fundamental incompleto	R\$ 1.608,00
Rose	Nuclear	34	4	Pernambuco	4 meses/não.	Ensino fundamental incompleto	R\$ 2.070,00
Dalila	Monoparental ampliada	39	5	Paraná	6 anos/não.	Ensino Fundamental incompleto	R\$ 1.692,00
Irani	Nuclear	39	3	Minas Gerais	9 anos/no passado renda mínima.	Fundamental incompleto	R\$ 840,00
Nilza	Nuclear	45	2	São Paulo	4 anos/ atualmente renda mínima.	Ensino fundamental incompleto	R\$ 840,00
Jéssica	Monoparental	48	4	São Paulo	9 anos/no passado renda mínima e atual cesta básica.	Ensino fundamental incompleto	R\$ 938,00
Sara	Nuclear ampliada	49	6	Campinas	2 anos/não.	Ensino fundamental incompleto	R\$ 768,00
Sandra	Monoparental	39	2	Campinas	3 anos/no passado renda mínima.	Ensino fundamental completo	R\$ 768,00
Lara	Monoparental	34	5	Paraná	6 anos/não.	Ensino fundamental completo	R\$ 2.862,00
Sol	Nuclear	33	2	Ceará	2 anos/não.	Ensino médio completo	R\$ 1.608,00
Cleo	Monoparental	36	3	Minas Gerais	4 anos/não.	Ensino fundamental completo	R\$ 1.604,00
Gersi	Nuclear	41	3	Bahia	4 meses/não.	Ensino médio completo	R\$ 128,00
Cleide	Monoparental	32	5	Campinas	4 anos/não.	Ensino médio completo	R\$ 2.512,00

*Os valores repassados a cada participante durante o mês de 2012 são retirados do Portal da Transparência, pesquisado em 19/09/2013 em <http://www.portaltransparencia.gov.br/>.

** Importante destacar que as entrevistadas não naturais de Campinas, não definiram suas cidades e sim o estado em que nasceram, por isso, para confecção da tabela optamos por definir a cidade apenas para as nascidas em Campinas.

Fonte: Elaboração própria a partir de informações retiradas das entrevistas.

3.2.2 Percepções das beneficiárias sobre o Programa Bolsa Família

Neste eixo, buscamos compreender como as beneficiárias realizam os gastos do valor transferido, de que forma percebem o Programa, além de, quais aspectos sugerem melhorar no PBF. Podemos observar, de acordo com as falas das entrevistadas, que a forma de investimento do dinheiro recebido, em geral, é realizado com as crianças ou com gastos em objetos domésticos para uso da família.

Interessante ressaltar que essa preocupação em que o gasto do dinheiro seja o mais adequado possível não é pré-estabelecido pelo programa, porém pode ser considerado como uma herança imaginária do Bolsa Escola, cujo desenho previa gastos com as crianças exclusivamente, tal como mencionado no capítulo anterior. Ou seja, as condicionalidades perpassam a questão da escola e da saúde da família, porém não determinam como o valor transferido deve ser utilizado. Em geral, observa-se nas falas um modo politicamente adequado, como, por exemplo, material escolar, uniforme, calçados e alimentação saudável ou, em alguns casos esporádicos, com cultura, como um ingresso ao cinema. Pires (2012) ao referir-se a um estudo semelhante a este, realizado com beneficiárias do PBF residentes também em Campinas, afirma que nas falas das entrevistadas observa-se uma grande moralidade no uso do dinheiro, em que há formas tidas como corretas e erradas de se gastar o dinheiro.

[...] o uso correto do dinheiro é aquele feito diretamente para os filhos, com roupas, material escolar e alimentação. (...) Usos indiretos, isto é, aqueles não especificamente dirigidos aos filhos (uma vez que outros moradores do domicílio podem se beneficiar deles) também são vistos como corretos, mas em um patamar ligeiramente inferior aos gastos diretos (...) já o uso tido como errado é aquele feito para si mesmo ou para outros, desde que não relacionado com os filhos (PIRES, 2012, p.50-51).

Esta moralidade no gasto do dinheiro do programa, no sentido de vinculá-lo com filhos, perpassa todas as quinze entrevistas realizadas, como se pode notar neste trecho, extraído da entrevista de Cleide. Utilizamos este trecho, porque traz a ideia do uniforme escolar como algo importante para diferenciar os

filhos das demais crianças da comunidade que, inclusive, não frequentam a mesma escola:

Ajuda viu, o Bolsa Família ele ajuda muito. Principalmente, no fato assim de, às vezes, faltar alguma coisa, principalmente, agora que eu tô desempregada, alguma coisa para as crianças como material escolar. Eu compro parcelado, porque como são muitos pra ir pra escola, eu tenho que comprar tudo parcelado. Mas para as gêmeas [meninas menores de 2 anos que ainda não frequentam a escola], também, ajuda, porque às vezes falta alguma coisa pra elas aí você pega o dinheiro vai lá e compra uma fralda, uma fruta, então, muda. Assim, às vezes, eu compro as coisas e João [filho de 15 anos de idade] fala assim pra mim, mãe eu tô em fase de crescimento. Eu falo para ele por isso que você tem que se alimentar bem, ajuda, mudou bastante... a escola do João não entra sem uniforme, esse ano com o bolsa família comprei mais três camisetas pra ele, porque cada dia tem que ir com uma camiseta. (CLEIDE, ensino médio, 5 filhos).

Uma ideia sugestiva que apareceu nesta entrevista é o fato de que o dinheiro do programa, ao ser utilizado de forma correta, possibilita a compra do uniforme para os filhos. O uniforme, neste contexto, parece denotar algo mais do que simplesmente uma vestimenta obrigatória para os frequentadores de uma determinada escola. Para Cleide, o uniforme pode ser visto simbolicamente como algo que demarca visualmente os filhos e indica que os mesmos estão no caminho certo, isto é, na escola e não na rua. Importante ressaltar que, para as entrevistadas em geral, o fato de a escola obrigar o uso do uniforme tem efeito positivo para as mães, pois se diferencia das demais escolas.

[...] graças a Deus não tenho trabalho com eles [a entrevistada se refere aos filhos em idade escolar], sempre vão, no horário certinho, uniformizados, porque na escola do João [filho de 15 anos de idade] não entra sem uniforme (CLEIDE, ensino médio, 5 filhos).

Assim, compartilhamos o entendimento de Ribeiro e Silva (2012) de que “acima de tudo, o vestuário deve ser analisado como um artifício inventado para comunicar” (p. 578). Neste trabalho, fica evidente que o uniforme, ao longo dos anos, é visto como algo que faz parte dos recursos didáticos, ou seja, é compreendido como parte dos itens imprescindíveis para a escola. Sua criação é pautada na ideia de igualdade, porém com o uso se torna muito evidente que ele expressa uma diferenciação entre quem frequenta a escola e quem está fora dela.

Ou seja, toda ideia inicial de igualdade, demarca o contrário à medida que o uniforme passa a criar grupos distintos de jovens, pois a partir da vestimenta identificamos o espaço escolar ao qual pertence. Toda essa questão que permeia o uso do uniforme aparece, também, nas falas de cinco das mães entrevistadas, na preocupação em afirmar que com o benefício do Bolsa Família é possível comprá-lo e que a escola exige o uso desta vestimenta, pois nas suas falas em geral, a escola dos seus filhos é melhor do que a escola dos “outros”, sendo que esses “outros” são crianças, supostamente, conhecidas que estudam em escolas, não tão exigentes quanto a dos seus filhos.

Também é observado, nas falas de duas das entrevistadas, a utilização do dinheiro do Bolsa Família na compra de móveis para melhorar as condições dentro de casa. Porém, em geral, afirmam a compra de colchões e camas para as crianças. Como observamos, através da fala de Sara- entrevistada acompanhada de sua filha adolescente, que ao sair dali iria fazer exames para ser contratada em seu primeiro emprego formal que a mãe está muito orgulhosa da conquista por parte da menina e ao ser questionada quanto ao PBF ter colaborado ou não para melhoria de suas condições de vida, ela afirma que sim, principalmente, na compra de colchões para seu filhos.

Ah, a gente comprou móveis né Larissa [filha adolescente], comprou umas coisinhas que não tinha, colchões, camas. Ajuda na escola deles. Ajuda muito. (SARA, ensino fundamental incompleto, 6 filhos)

Esse fato das beneficiárias comprarem móveis e colchões para a família, também, aparece na pesquisa realizada por Rego e Pinzani (2013), em diferentes localidades do norte e nordeste brasileiro. As autoras relatam passagens de sua pesquisa de campo, nas quais as entrevistadas afirmam ter conseguido comprar colchões com o dinheiro do programa e demonstrar tranquilidade ao afirmar isso, pois percebem esse gasto como algo correto. Nas falas, em geral, as pesquisadoras, também, relatam certa insegurança ou até, em alguns casos, vergonha de afirmar que utilizam o dinheiro com algo que não seja diretamente para os filhos. Embora esse seja um uso indireto, pois não é necessariamente um gasto com os filhos, como eles são beneficiados diretamente

com a compra desses itens, é visto com um olhar menos preconceituoso por parte dessas mulheres.

A percepção de culpa ou mesmo de vergonha em afirmar uma utilização do dinheiro para outros fins, também, é evidenciada na fala da entrevistada Aparecida. Ela tem uma das suas filhas diabética, trabalha na informalidade, paga aluguel da casa onde mora com seus filhos, porém é perceptível que ao afirmar que, às vezes, usa o dinheiro do PBF para pagar uma conta da família ela se constrange.

A gente usa mais com eles, sabe a gente não gasta, quando é um caso de urgência, não minto, às vezes, a gente precisa pra pagar uma conta a gente pega o dinheiro, pra pagar uma conta de água, uma conta de luz, mas geralmente fica a mercê deles [os filhos] entendeu. (APARECIDA, ensino fundamental incompleto, 3 filhos)

De que maneira o programa é percebido pelas pessoas? Como uma ajuda ou como um direito? Essas questões perpassam as quinze entrevistas. Algumas entrevistadas estabelecem uma gradação entre direitos, pois, em geral, comparam o PBF com a previdência social. A comparação da previdência com o PBF aparece em 13 das 15 entrevistas. A Previdência Social é percebida como um direito adquirido por ser realizada uma contribuição durante toda uma vida de trabalho formal. Já o PBF não é compreendido dessa mesma forma, sendo que, em algumas falas, aparecem, inclusive, comentários questionando qual teria sido a contribuição que daria direito às pessoas a receberem o dinheiro do PBF. Como podemos observar na fala abaixo:

Como que eu vou te responder, porque, porque você recebe uma pensão é por causa de uma invalidez, você não pode trabalhar mais, mas você já contribuiu com aquilo, a mesma coisa é a aposentadoria, você já contribuiu. O Bolsa Família você contribui com o quê? (LARA, ensino fundamental, 5 filhos).

Cohn (2012) destaca a problemática de, em muitos casos, o PBF ser utilizado ou ser considerado pela população como uma saída previdenciária. Isso ocorre uma vez que muitas pessoas têm seu direito previdenciário negado e, na falta de recorrer a outro recurso, procura o PBF. Porém, não é o ideal, pois o valor repassado é muito menor do que os previdenciários, uma vez que esses não

podem ser menores do que um salário mínimo, piso social definido pela CF 88. A autora, também, reforça que as tensões entre compreender o programa como um direito ou um quase direito, estão fundamentadas na sua base de formação:

Pois o singular do Bolsa Família é que, ao contrário das políticas de assistência social, ele não se configura como um direito, muito embora hoje, diante de sua penetração e seu enraizamento na sociedade, ele se configure como um quase direito (COHN, 2012, p. 25).

É importante ressaltar que o desenho do programa inova, em termos da questão da assistência social, ao dar dinheiro e não cestas básicas, descaracterizando-se do assistencialismo. De igual maneira, avança em termos da ideia de seguridade social, oferece direitos sociais independentes de contribuição ao conjugar a transferência de renda com saúde e educação configurando-se como uma porta de entrada para outros programas sociais. Mas, o fato de ser uma Lei Federal e não um benefício constitucional, traz essas tensões que Cohn (2012) caracteriza como quase direito.

De um lado, há certos direitos, como a aposentadoria, que são tidos como incontestes pelas beneficiárias, porque “conquistados”. O termo “conquistado”, neste contexto, pode tanto denotar o fato de que se trata de um direito social obtido a partir de lutas e conquistas por parte dos trabalhadores, como também, denota um tipo de provisão social de caráter contributivo, uma vez que o dinheiro que financia a aposentadoria é fruto da contribuição do empregado, dos patrões e do próprio Estado (COHN, 2012).

A análise de Draibe (2013), no texto verbete escrito para Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap), corrobora o entendimento entre direito e quase direito, que nos permite diferenciar a identificação desses por parte das beneficiárias. A autora afirma que o uso desses benefícios se dá de acordo com a definição de quem é capacitado para recebê-los como, por exemplo, nas políticas de base contributivas, entre estas a previdência social. Há nela uma contribuição prévia, ou seja, quem se inscreve e contribui, pode usufruí-la. Porém, nas políticas assistenciais que, em geral, são direcionadas para grupos em situação de vulnerabilidade, há, em geral, uma exigência de contrapartida ao benefício,

mas a oferta da contribuição financeira não tem como exigência uma contribuição prévia ao governo com algum tipo de imposto retido.

Embora não seja necessária contribuição prévia ou um imposto retido para ser beneficiada pelo programa, os usos que as beneficiárias fazem das condicionalidades podem ser vistos simbolicamente como uma forma de merecer o benefício. Pires (2013c) afirma que as famílias percebem as condicionalidades como uma relação de troca e reciprocidade, pois, para permanecerem no programa, devem cumprir com algumas metas ligadas a saúde e a educação que, de certa forma, atua como uma espécie de contribuição para que continuem sendo contempladas com a transferência de renda.

Cohn (2012) afirma que as condicionalidades, no momento da formulação do programa, são pensadas como forma de monitorar essa política pública e não, simplesmente, de sancionar as famílias que não se enquadrem no cumprimento das regras estabelecidas no desenho do programa.

A percepção de direito e ou ajuda varia conforme a escolaridade das beneficiárias e de acordo com suas experiências e trajetórias de vida, prevalecendo a ideia de ajuda. Para oito das entrevistadas, o PBF é um direito e, para as outras sete, é uma ajuda. Porém, para todas que afirmam ser um direito, quando se referem ao benefício, afirmam ajudar muito, ou seja, o termo ajuda aparece nas 15 falas.

O interessante é que as quinze entrevistadas se referem ao PBF como ajuda e, como já citado anteriormente, para treze das quinze, em suas falas há uma comparação entre o PBF e a previdência social. Uma dessas faz um comentário diferenciado, reportando a ideia de que se o PBF é um direito, ele deve ser um benefício distribuído a todos e não apenas a alguns.

Eu não sei se ele [PBF] é um direito, eu acho que não. Porque tem gente, não é todo mundo que recebe. Se for vê por esse lado, eu acho que não (SOL, ensino médio, 2 filhos).

O termo “ajuda”, assim como no artigo de Draibe (2009), referenciado no parágrafo anterior, reflete a ideia do programa como um quase direito para usarmos a já utilizada expressão de Cohn (2012).

Pires (2012) também faz uma discussão sobre o termo “ajuda”, que aparece nas falas das beneficiárias que compõem a amostra da pesquisa realizada por ele, no CPTA do município de Campinas, em 2011. Nesse artigo, o autor analisa a expressão “ajuda” em dois sentidos. O primeiro considerando o fato das beneficiárias serem residentes numa região como Campinas, onde a ajuda está relacionada a noção de complemento de renda num contexto metropolitano. O segundo aspecto está relacionado à questão de gênero, pois atribui-se o valor repassado aos cidadãos, na figura das mulheres, como um dinheiro que pode ser gasto com as necessidades da família. Sendo que, muitas vezes, esses gastos são realizados com itens importantes, como comida ou mimos para os filhos, mas que são vistos como ajuda, por serem de responsabilidade da mulher.

Esse segundo aspecto, referendado por Pires (2012), é evidenciado na fala de Ana que, além de ser beneficiária do PBF, também, recebe aposentadoria. Ela pontua uma diferença significativa entre os benefícios. Em linhas gerais, o que diferencia um do outro é a forma de como gastar o dinheiro recebido. O dinheiro da aposentadoria é usado para pagar as contas, já o do PBF para ajudar as crianças com gastos vinculados a elas. Como se pode verificar, nesta passagem, na qual é importante reforçar que esta discussão, também, está relacionada ao aspecto do gasto do dinheiro que fora discutido nos parágrafos anteriores.

[...] oh, essa minha aposentadoria até que vai, porque eu ajudo o meu companheiro. Sou eu que ajudo, com o meu dinheiro, a pagar a conta de luz, a conta de água. E comprar as coisas pra dentro de casa, porque eu tenho que comer legumes pra emagrecer, e isso já ajuda, só que daí eu não vou pegar do Bolsa Família. (...) porque o Bolsa Família é pras crianças comprar as coisas. E a aposentadoria não é muita coisa, mas é pra pagar as contas (ANA, analfabeta, 1 filha).

Ainda relacionado às percepções sobre o programa são levantados aspectos que melhoram no PBF. Nesta situação, temos cinco, das quinze beneficiárias, que afirmam não ver necessidade de melhorar em nada o programa, pois já o consideram ótimo. Uma delas destaca que, embora no PBF não altere nada, na escola muda tudo:

No Bolsa Família pra mim tá bom, eu queria a mudança na escola. No ensino porque tá muito, muito, muito fraco. Péssimo, péssimo, péssimo, é desrespeito dos dois lados dos alunos e dos professores é péssimo, dos piores, nem tem o que dizer (SANDRA, Ensino Fundamental Completo, 2 filhos).

Nas falas das outras quatro, que não mudam nada no programa, em geral, as colocações são:

Olha, é um programa muito bom, principalmente, pra gente assim que somos de família mais carente assim. É um programa muito bom, é um programa que eu acho que ajudou milhares de pessoas e continua ajudando. Pra mim, nossa, foi a melhor coisa que aconteceu. Eu acho que é um programa que está ajudando muito as pessoas (Aparecida, Ensino Fundamental Incompleto, 3 filhos).

Ainda neste contexto sobre melhorar o PBF, outras sete entrevistadas afirmam que, se consultadas, querem a ampliação do valor repassado e duas destas, além de aumentar o valor, também, desejam a disponibilidade de cursos profissionalizantes para os filhos e a criação de programas nos quais as crianças entre 7 a 14 anos possam ficar turno integral na escola. Demonstram segurança em afirmar que não é apenas repassando dinheiro que serão resolvidas as dificuldades enfrentadas por estas famílias, como podemos observar nas falas de Irani e Sol:

é um benefício bom, né, que ajuda a gente. (...) Mais pros meus filhos, né. Assim, um curso pra eles, né, porque que nem assim eu ainda não tenho condições de dar um curso pra ela [filha de 15 anos], principalmente, assim, porque eu não tenho certeza que eu vou conseguir pagar, porque eu comecei a pagar um pro meu filho [menino de 18 anos], tive que cancela, porque eu não consegui paga. (IRANI, Ensino Fundamental Incompleto, 3 filhos).

Olha, eu acho, assim, que se for pra uma melhoria que a gente, assim, o Bolsa Família pensando, assim, pra melhoria dos filhos, eu acho, assim, que teria que ser um pouco mais. Se a gente for pensar, assim, na educação da criança, eu acho assim. É porque se você quiser, assim, por exemplo, assim, meus filhos estavam estudando música e eles ganharam cartão de passe, só que a prefeitura tirou isso daí, aí fico ruim pra eles, então, se tivesse algo desse tipo aí pras criança, eu acho que ia melhorar bastante (SOL, Ensino Médio Completo, 2 filhos).

Cabe reforçar que, conforme podemos observar nessas últimas falas, elas melhoram, em geral, a educação. Falam em “mais” para seus filhos, mas não necessariamente mais dinheiro. Referem-se a mais cursos, uma escola melhor, que ofereça outras oportunidades, cursos profissionalizantes- fato que será melhor desenvolvido no próximo subtítulo deste capítulo. Porém, vale ressaltar, aqui, que o diálogo, versa sobre o PBF e melhorias que desejam nele, e, ainda assim, aparece o termo educação na fala das entrevistadas. É claro que a pesquisa está relacionada com esse tema e querendo ou não isso influência, de certa forma, nas respostas, mas é interessante que, ao falarem sobre melhorias no PBF, surja de forma espontânea a educação.

Rocha (2013) também faz reflexões que vão ao encontro das percepções das beneficiárias citadas no parágrafo anterior. A autora afirma que o governo ao localizar as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza e incorporá-las ao cadastro único, além de contemplá-las com a transferência de renda para tirá-las dessa situação, deveria garantir e priorizar ações integradas de proteção social. Ou seja, possibilitar o acesso a serviços de saúde, educação, trabalho, moradia, entre outros benefícios, de qualidade. Ou, então, estará melhorando a renda dessas pessoas e não necessariamente reduzindo a pobreza⁹.

Para três beneficiárias, as melhorias devem ampliar a fiscalização ao programa, para evitar que pessoas, que não precisam, acessem o mesmo; tornar obrigatório um curso profissionalizante aos beneficiários e melhorar a divulgação do programa e dos pré-requisitos para ser contemplado pelo PBF, respectivamente, como podemos ver nas colocações abaixo:

Fiscalização. Porque tem muita gente que não precisa, não precisa, mesmo, e tá recebendo e tem outras que tão precisando muito e não conseguem (NILZA, Ensino Fundamental Incompleto, 2 filhos).

Pra melhorar, se fosse eu que mandasse eu era, obrigatoriamente, tipo assim, é todo mundo que recebesse o Bolsa Família participar de um curso, pra ficar empregado e parar de recebe o benefício, ser obrigatório fazer um curso, tipo assim, um curso que o governo desse pra uma qualificação né. Para ter um emprego e parar de receber o benefício. Porque eu acho que

⁹ Os conceitos de pobreza e extrema pobreza já foram trabalhados no capítulo 2 desta dissertação de forma mais ampla.

esse dinheiro muito fácil assim não... uma que é muito pouco né, não ajuda bem dizer em nada. E é muito fácil, as pessoas vão tendo acesso e muitas pessoas vão se acomodando, eu penso assim, cada um tem um pensamento, né, o meu é esse. Mas a minha opinião é essa, eu preferia mil vezes ter um emprego do que receber esse Bolsa Família (LARA, Ensino Fundamental Completo, 5 filhos).

...então eu acho que devia ter mais informação, principalmente pras pessoas que não têm acesso à leitura, não sabe ler. Tem gente que pensa assim, a eu não vou atrás, porque eu não sei ler eu não sei escrever e as pessoas não me ajudam. Eu acho que devia ter mais acesso a essas pessoas. Eu buscava mais, acho que aumentava mais a comunicação pras pessoas que, infelizmente, não tem acesso (CLEIDE, Ensino Médio Completo, 5 filhos).

Neste aspecto de melhorias do PBF, as opiniões sobre o programa e sobre o que melhorar nele estão relacionadas às trajetórias de vida das entrevistadas do que à escolaridade delas. Observamos que pessoas com diferentes escolaridades têm opiniões semelhantes e que, muitas vezes, elas querem melhorar exatamente aquele aspecto que na vida delas sempre foi complicado. Tomamos, por exemplo, a fala de Lara que afirma que deveria ser vinculado ao benefício um curso profissionalizante, pois como ela sempre teve dificuldade de acessar um emprego fixo, com registro, acaba tendo uma vida nômade com os filhos. Acredita que o curso pode levar à conquista de um emprego e esse pode ser a chave para mudar essa realidade, já que a transferência de renda, até o presente momento, não muda sua vida nesse aspecto.

Outra fala que, também, reflete essa percepção, partindo de uma dificuldade já vivenciada, é a de Sol sobre ter mais incentivo a programas para as crianças de 7 a 14 anos que fazem parte do PBF. Essa é uma necessidade que ela relata por ter representado um problema em sua vida. Uma vez que os filhos acabam tendo que abandonar o estudo de música que gostam muito e, além disso, ela tem que abandonar o emprego por não ter com quem deixá-los no contra horário da escola.

Assim como, para Irani é importante que sejam criadas oportunidades de cursos para os jovens, pois, como ela tem uma experiência de não conseguir

manter seu filho mais velho em um curso profissionalizante pago, não quer que o mesmo ocorra com seus outros filhos e, por isso, vê no programa uma possível solução.

É interessante refletirmos sobre a colocação de Cleide que fala sobre a necessidade de divulgar melhor o PBF, pois, em 2011, o governo federal cria o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Profissional e ao Emprego (PRONATEC)- este programa tem como objetivo ampliar o acesso a formação profissional e tem como público alvo trabalhadores, estudantes do ensino médio e beneficiários dos programas de transferência de renda do governo federal (MDS, 2013). Em nenhuma das entrevistas realizadas aparece alguma fala sobre o PRONATEC ou mesmo sobre a oferta de cursos nos quais os integrantes das famílias beneficiadas pelo PBF tenham preferência de matrícula. Fato que nos leva a refletir que programas como este, que estão beneficiando os participantes do PBF precisam ser melhor divulgados, inclusive, para que as famílias beneficiadas associem-lhes ao PBF. Importante lembrar que o PRONATEC, assim como, outras iniciativas relacionadas ao Brasil sem Miséria são novidades que vêm sendo implantadas nos últimos anos e que, talvez, por isso, ainda não seja de completo domínio público.

3.2.3 Percepções das beneficiárias sobre a educação e sobre a escola

O principal eixo estudado por esta pesquisa é a relação entre o PBF e a condicionalidade ligada à educação, ou seja, a exigência de frequência escolar mínima para crianças e jovens entre 6 e 17 anos de idade. Ao analisar as entrevistas, fica claro que, para as entrevistadas, fazer com que as crianças sejam inscritas na escola e frequente as aulas é obrigação dos pais e dever das crianças. Todas as entrevistadas referem que a exigência da frequência é o mínimo que o governo pode fazer e que é muito importante, uma vez que mesmo sendo algo esperado dos responsáveis pelas crianças, nem todos têm esse compromisso com a escolaridade dos filhos. Por tanto, exigir a presença das crianças na escola é fundamental e nada difícil de cumprir.

Todas as entrevistadas concordam com a exigência de frequência escolar do programa, por algumas razões relacionadas:

Primeiramente, porque se trata de um dever dos pais e, assim, o programa só vem a reforçar algo que já é feito. Como observamos nesta fala, “o programa tá sendo muito certo em cobrar isso!” (Cleide, Ensino Médio Completo, 5 filhos). Vemos também esta percepção na entrevista de Rose:

É bom, né, é muito bom, demais, ichi. Porque as minhas crianças não faltam à escola, de jeito nenhum, quando está chovendo elas também vão (ROSE, Ensino Fundamental Incompleto, 4 filhos).

Simon Schwarzman (2009) faz uma reflexão sobre as condicionalidades do PBF e sobre a ideia, para ele equivocada, de que os problemas da educação são de demanda, enquanto, na verdade, eles são de oferta. Ou seja, antes da implantação dos programas de transferência de renda, vinculados à educação, não existiam vagas suficientes para todas as crianças em idade escolar. Após implantação destes, também, com a obrigatoriedade do ensino fundamental e, atualmente, do ensino médio, as vagas são ofertadas e como devem ser garantidas a todas as crianças, os problemas passam a ser relacionados à qualidade desta escola ofertada.

Rocha (2013) ao referir-se ao ingresso das discussões das transferências de renda com condicionalidades vinculadas à educação afirma que:

...em 1998, a questão da frequência à escola não era mais uma questão central: 95% das crianças de 7 a 14 anos estavam na escola naquele ano, sendo que a não frequência tinha determinantes específicos, não vinculadas exclusivamente à baixa renda (ROCHA, 2013, p. 23).

Ainda neste contexto, para Schwarzman (2009), assim como para Draibe (2009), o problema da educação é de qualidade das escolas e não simplesmente de vaga. Ambos argumentam que não é resolvida a melhora do desempenho escolar apenas garantindo vagas, mas é preciso, também, investir na qualidade dessas escolas. Esse argumento é tratado no capítulo 2, mas dada

a importância do mesmo e a sintonia com a análise das entrevistas, consideramos importante retomar.

Draibe (2009) argumenta que os Programas de Transferências de Renda, em geral, são compostos por subsídios, como bolsas ofertadas às famílias em troca de matrícula e frequência escolar e aos serviços de saúde, no que se refere a esses sistemas respectivamente. Afirma, também, que, em alguns casos, como os programas presentes em Honduras e no México, eles, além de investirem na demanda, com bolsas às famílias, também está presente um investimento à oferta, diretamente na infraestrutura de escolas, centros de saúde e, até mesmo, em saneamento básico. Porém, o PBF é voltado apenas para a chamada demanda, pois em seu desenho não há nada de investimento nos serviços a serem ofertados a estas famílias. Ou seja, parte-se do pressuposto de que as famílias precisam ser incentivadas a frequentar os serviços, e não há uma preocupação com o tipo de serviço que será ofertado a estas famílias.

Importante destacar que, em junho de 2011, o governo federal cria o Plano Brasil Sem Miséria (BSM). Esse plano é criado com a principal finalidade de superar a extrema pobreza, por meio de oportunidades de ampliar a renda e o acesso a serviços para os indivíduos em situações mais vulneráveis. O BSM é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e está organizado em três princípios, garantia de renda, acesso a serviços e inclusão produtiva. Como já mencionado, uma das iniciativas do BSM é o PRONATEC (Programa Nacional de Ensino Técnico e ao Emprego) (MDS, 2013). Com isso, cabe ressaltar que um dos embates das discussões das condicionalidades, durante a criação do PBF, é que ele seja uma porta de entrada para outros programas sociais e que essas condicionalidades sirvam para fiscalização dessa política (COHN, 2012).

Segundo as quinze entrevistadas nem todos os pais veem a importância de manter seus filhos frequentes na escola e isso faz com que alguns não permitam aos filhos estudar, porque eles têm que trabalhar, como podemos observar na fala de Lara que relata sua história, como um exemplo dessa realidade.

Isso aí é uma coisa que eu acho bom, porque, tipo assim, tem várias pessoas que recebem o Bolsa Família e tem criança que abandona a escola. Vê se na minha época existisse, a minha mãe interessada [em receber o dinheiro], ela tinha me deixado estudar. A minha mãe não deixou eu estudar, pôs eu pra trabalhar. Então, isso aí, hoje, prejudicou a minha vida, porque o tempo que eu tinha que ir pra escola era quando eu era pequena, não hoje, hoje eu não consigo estudar, eu tentei, mas eu não consigo. Dessa parte eu acho bom, porque os pais deixam os filhos na escola pra estudar que nem eu falo pros meus filhos, não faltam não, porque senão eu vou perder o meu Bolsa Família (LARA, Ensino Fundamental Completo, 5 filhos).

É importante afirmar que, para treze das quinze entrevistadas, a frequência dos filhos na escola será mantida, independente da existência do programa. Não podemos descartar, no entanto, que essa é uma fala esperada, pois são mães que estão sendo entrevistadas dentro de um espaço onde está sendo realizado o recadastramento do PBF, que tem como condicionalidade a frequência escolar. Porém, o dinheiro representa um objetivo muito mais importante e relevante do que a escola, para esses jovens em questão, segundo duas das entrevistadas que afirmam que seus filhos, certamente, não podem frequentar a escola, caso não sejam beneficiários do PBF.

Na fala dessas entrevistadas fica muito evidente que seus filhos, ambos adolescentes, estão na escola, porque gostam de ter o dinheiro do programa, para comprar bens que, em geral, sem esse valor não será possível adquirir, uma vez que as mães afirmam utilizar todo o dinheiro com gastos direcionados a eles. Ou seja, podemos sugerir, pela análise das entrevistas, que quanto maior a idade dos filhos, mais difícil fica a tarefa de cumprir as condicionalidades em educação, e é evidenciado que ajuda para o cumprimento delas o fato das crianças e adolescentes serem corresponsáveis pelo benefício, como podemos observar nas falas de Ana e Sandra,

Eu acho que ela [filha de 13 anos] não estaria na escola, não. Porque, a única coisa pra ela é que ela que recebe o dinheiro pra compra as coisas que ela quer (ANA, Analfabeta, 1 filha de 13 anos).

Não, já tinha parado. Porque que nem eu falo pra ele, é você quem sabe, se você quiser ficar sem, você avisa. É só você para de estudar que eu tiro, aí, nós avisa lá no Bolsa Família. Nossa, eu sou obrigado a estudar na força, ele sempre fala isso. Ele não

gosta muito, mas ele vai. Na força, mas vai (SANDRA, Ensino Fundamental Completo, 2 filhos, um de 17 anos e uma de 21 anos).

Outra razão que leva as mães a aceitarem, muito bem, as condicionalidades, relaciona-se com a contribuição do estado no árduo papel de educar os filhos. A maioria dos arranjos familiares que recebe o programa é chefiada por mulheres, fato, também, evidenciado nesta amostra, pois oito das quinze entrevistadas compõem famílias monoparentais. Assim, cabem a elas praticamente todas as tarefas relacionadas aos filhos, como cobrá-los pela saúde, higiene, escola etc. Isso é, claramente, percebido na fala das entrevistadas, quando elas sugerem que deve existir maior fiscalização do governo em relação ao cumprimento da frequência, pois isso ajuda na tarefa de convencimento dos filhos. Não ficando somente a cargo da mãe esta tarefa tida como difícil, de cobrar à frequência da criança, sobretudo, dos filhos mais velhos, uma vez que elas já negam muitas coisas às crianças cotidianamente.

Esse contexto, de ver as políticas públicas contribuindo com as mães em orientar seus filhos quanto às escolhas mais adequadas e não, necessariamente, as mais atraentes às crianças, é observado, também, no relatório síntese do Ibase- Cafiero (2008). Nesse documento, é evidenciado que as mães veem como um reforço as políticas públicas que recomendam a adesão a uma alimentação saudável, pois, segundo elas, ter o estado ressaltando que ingerir alimentos saudáveis é importante, representa um reforço daquilo que elas já passam a seus filhos. Como no caso de Cleide, que no momento está separada e cria cinco filhos:

[...] eu acho que eles deveriam pegar mais no pé. Ser mais rígido perante a isso, né, que nem eu falo pros meus filhos, se vocês não vão pra escola os prejudicados vão ser vocês no futuro. Eu sempre tô orientando, mas deveria, sim, ter uma fiscalização melhor (CLEIDE, Ensino Médio, 5 filhos).

Um fato curioso, levantado nas entrevistas, é que embora todas considerem importante e relevante o PBF exigir a frequência escolar dos seus filhos, duas das mães, no momento das entrevistas, estão com seus benefícios

suspensos por problemas com a frequência dos filhos na escola. Ambas justificam que é difícil manter os filhos estudando, porque estão na adolescência e a escola não é a principal atração para eles. Fato, também, evidenciado nas falas de Ana e Sandra, anteriormente, que afirmam que o dinheiro do benefício é mais importante para seus filhos adolescentes do que a própria escola:

[resposta referente à pergunta se considera importante a contrapartida relacionada com frequência escolar] Ah, com certeza né, porque assim, é... como que eu posso te explicar... ai meu Deus...é motivação assim, vamos supor, assim, que motiva mais as crianças a frequentar mais...porque eles [os filhos] sabem que vão pegar aquele dinheirinho, porque os meus filhos sabem que tem o Bolsa Família e eles cobram de mim. Mãe não vai ir pegar meu Bolsa Família? Mãe cadê? Entendeu... Ah, eu tô indo para a escola direitinho...[resposta ao ser indagada sobre já ter tido algum problema com o benefício por falta na escola] não, não...só mesmo com o meu mais velho que deu um probleminha, né, que ia quando queria, depois saiu de uma vez, adolescente né, acho que esta fase tem que ter muita conversa, porque senão... (MARIA, analfabeta, 7 filhos).

[resposta dada a pergunta de já ter apresentado problemas com o PBF por falta na escola] Sim, inclusive a minha filha repetiu esse ano por causa de falta, ela falava pra mim que ia pra escola, mas não entrava na escola. [resposta dada a pergunta de sua filha estar ciente sobre o fato do benefício ter como contrapartida a frequência dela e de seu irmão na escola] Sim, sabia, tanto que agora ela disse mãe, agora, pro próximo ano, eu vou me dedica pra escola, tá, não vou mais falta (IRANI, Ensino Fundamental Incompleto, 3 filhos).

No início das entrevistas com essas duas beneficiárias, elas falam que, no momento, estão com o benefício suspenso por falta de cadastramento. Porém, depois com o decorrer da conversa, ambas relatam que os filhos abandonam a escola. Isso nos leva a considerar que, para elas, não é interessante afirmar que não dão conta de garantir a contrapartida exigida pelo programa relacionada à educação, pois é uma dupla falência. A primeira, em relação ao programa, por não cumprirem o acordado quando se tornam beneficiárias do programa e a segunda, enquanto genitoras, uma vez que em suas falas frequentar a escola é muito importante para o futuro dos filhos, opinião essa que tem base no senso comum.

A pesquisa também nos traz a ideia das entrevistadas sobre o que significa “ter estudos”. Observa-se de maneira clara que titulares que têm maior grau de escolaridade veem a escola como uma possibilidade de mudança, de melhores oportunidades, seja para elas ou para o futuro dos filhos- que segundo elas deve ser melhor quando comparamos a situação atual da família. Uma vez que estão tendo oportunidades diferentes das suas, quando crianças ou adolescentes, porém, para aquelas com menor escolaridade, essa associação não se faz presente de forma tão nítida.

Ter estudo, para nove das mães, é um passaporte para um bom emprego, e, para seis das entrevistadas, é algo que impulsiona, que vai para frente, que possibilita uma visão ampla que pode ofertar diversas oportunidades, em muitas situações de vida, sendo o trabalho apenas uma destas. Importante notar que essa ideia que vincula a educação a um conjunto de habilidades para o mercado de trabalho, é destacada e criticada por Oliveira (2000).

No capítulo anterior, essa visão defendida por Oliveira (2000) é trabalhada, a autora afirma que, a partir da década de 90, há uma readequação dos sistemas educacionais a fim de oferecer a todos o Ensino Fundamental, que, erroneamente é equiparado a Educação Básica. Uma vez que esta foi ampliada na Constituição de 1988, compreendendo Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Oliveira (2000), também, reforça que esse novo Sistema Educacional não oferece possibilidade de igualdade entre os indivíduos para que eles tenham oportunidades, seja no trabalho ou na vida de forma geral, pois cada um será preparado dentro da sua realidade socioeconômica para ocupar os postos que lhes é esperado, pois o capitalismo precisa que a força de trabalho seja compatível com os métodos de exploração atuais. Como podemos ver na citação abaixo:

Sendo assim e diante de uma realidade tão excludente, merece ao menos ser considerada a hipótese de que nem todos terão possibilidades de ascensão social, nem mesmo todos terão direito a emprego. Todos precisarão, no entanto, estar integrados e de alguma forma garantir sua sobrevivência. As diferenças entre trabalhadores empregados e qualificados e trabalhadores alojados na economia informal ou no subemprego podem estar indicando

que aos primeiros será preciso garantir uma educação sólida, e aos demais nem tanto (OLIVEIRA, 2000, p. 20).

Essa situação é observada na fala de Cleide, ao relatar que se ela continuasse os estudos quando criança, talvez pudesse ter oportunidades melhores, já que o melhor cargo em que trabalha é na produção de uma indústria farmacêutica:

Eu falo pra minha mãe que era pra eu, vai saber, se não era pra eu estar fazendo uma faculdade, porque assim nunca é tarde pra voltar a estudar. Mas não é a mesma coisa, muita coisa muda, você vê que muita coisa se perde, você perde um emprego bom, porque você não tem estudo. Isso tudo eu comecei a ver sabe, e o meu ex-marido também não tem sabe. Eu falei pra ele volta que é muito bom, sabe. Pra você quem sabe conseguir alguma coisa, você dizer assim que você tem estudo, apesar, né, que eu tenho ensino médio, mas o ensino médio, não é lá essas coisas (CLEIDE, Ensino Médio Completo, 5 filhos).

Ou como no caso desta entrevistada, que veio de Pernambuco, que tem cursado até a quarta série do ensino fundamental e seu marido é analfabeto, “ter estudo” está relacionado a uma condição básica da vida das pessoas, como entrar no mundo do letramento, poder ler e escrever.

Porque pra aprender né. Pra aprender, estudar, fazer uma carta pra uma namorada mais a frente, né, é muito bom. Porque eles não sabiam, né, e agora só de eles lerem pra mim, porque eu tenho um pouco de dificuldade de ler, agora eu digo pro meu filho, vem aqui, veio um bilhete da escola e a mãe tá com dificuldade de ler aqui, aí eles vão e dizem não, mãe, deixa que eu leio pra senhora. E eles leem pra mim (ROSE, Ensino Fundamental Incompleto, 4 filhos).

Interessante que, quando avaliamos as falas destas duas entrevistadas, Cleide e Rose, evidenciamos que enquanto Cleide pensa numa escolaridade que lhe proporcione melhores oportunidades de trabalho e, conseqüentemente, melhores salários e condições de vida; Rose vê, na escola, a possibilidade de descobrir o mundo da leitura- o mínimo que se pode esperar de uma instituição de ensino. Isso pode estar relacionada ao fato de essa ter nascido e vivido toda a sua vida em Campinas, enquanto esta veio de uma cidade do interior de Pernambuco, onde, segundo ela, a escola não é nada boa, e as

oportunidades tanto de trabalho quanto de infraestrutura são praticamente inexistentes.

[resposta referente ao porquê a entrevistada considera a escola aqui de Campinas melhor que a escola em Pernambuco] Porque lá é uma professora só. É uma professora só e aqui é duas, três professora no dia. Aí, a criança sempre vai no ritmo daquela lição certinha. E lá não é das 7 as 11, sempre com a mesma professora (ROSE, Ensino Fundamental Incompleto, 4 filhos).

Outro aspecto interessante que aparece em cinco falas das beneficiárias entrevistadas é que o mais importante, para quem tem estudo não é tanto o que de fato se apreendeu na escola, mas ter passado pelos ciclos escolares e ter obtido diploma. O **diploma**, “ter estudos” tem este significado, seja no ensino fundamental, médio ou universitário- é o que faz a diferença.

Aí, eu comecei a estudar e falar que eu tinha o ensino médio, você começa a falar que você está estudando, as pessoas te abrem as portas. Te dão oportunidade de você estar descobrindo aí novas oportunidades na vida (CLEIDE, Ensino Médio Completo, 5 filhos).

Se for esperto muda tudo. Porque o estudo hoje, tudo o que você vai fazer precisa do estudo. Qualquer emprego, qualquer coisa precisa ter o estudo. Mesmo você tendo a sabedoria, que nem eu, não sou burra, né, eu sei fazer as coisa, mas se você não tiver o diploma pra comprovar que você tem. As coisas não vão (LARA, Ensino Fundamental Completo, 5 filhos).

Muda bastante no currículo. Você vê um currículo que tem faculdade disso, daquilo, e tem aquela ali que só tem o terceiro ano. Você vai pegar aquele currículo que tá mais preenchido, não vai pegar aquele currículo que não tem nada né, amassa e joga no lixo. Já não dá aquela oportunidade que, às vezes, aquela pessoa também tem muitas coisas pra apresentar, não estudou, mas aprendeu na raça (SOL, Ensino Médio Completo, 2 filhos).

Além da perspectiva quanto ao fato “ter estudos” mudar suas possibilidades de alcançar um emprego melhor, também, é evidenciado em uma das entrevistas outras possibilidades de mudanças que podem oferecer a escolaridade. Cleide refere que “ter estudos” faz com que as pessoas pensem diferente, compreendam melhor o mundo, possibilita uma percepção ampla das experiências. Ela se dá conta disso, agora, que volta a estudar, pois antes não vislumbrava objetivos que, hoje em dia, estão presentes como metas para o futuro.

[ao ser questionada sobre o que pode mudar na vida da pessoa quando ela tem estudos, a entrevistada responde da seguinte forma] aí muda tudo, muda a oportunidade de emprego. Muda a cabeça da pessoa. Muda o comportamento da pessoa. A dedicação, eu acho que muda tudo. Muda, extremamente, assim, a vida inteira da pessoa (CLEIDE, Ensino Médio, 5 filhos).

Como podemos observar ao tratarmos do tema escolaridade ou ter estudo, a escolaridade pesou tanto quanto a procedência nas observações realizadas, pois quanto maior a escolaridade maior a crença no diploma como um diferencial.

Neste momento, a escola está no foco da conversa e é observado que, ao referir-se a este aspecto de avaliação da escola, a escolaridade das mães não parece ser fundamental, pois pessoas com diferentes níveis de escolaridade têm percepções semelhantes, enquanto a procedência das entrevistadas ganha destaque. Considerando essa evidência ao identificarmos as falas das entrevistadas, além do nome, escolaridade e número de filhos, também, será identificado seu local de origem.

Dez das quinze entrevistadas são provenientes de outros estados do Brasil, destas dez, seis estão satisfeitas com a escola, sendo duas analfabetas; duas com ensino fundamental completo e duas têm ensino médio completo. As outras quatro que, também, são de outros estados, consideram a escola ruim, destas, duas têm ensino fundamental incompleto, uma tem ensino fundamental completo e outra possui ensino médio completo. Essa correlação do local de origem das beneficiárias influenciar nas suas percepções, já ganha destaque, anteriormente, neste texto, e, novamente, aparece aqui, nesta evidência, como algo que faz a diferença.

As demais cinco entrevistadas, que completam o total de quinze, são naturais do estado de São Paulo. Destas, quatro consideram a escola ruim e apenas uma considera a escola boa, sendo que quatro delas possuem ensino fundamental incompleto e uma ensino médio completo.

Dentre os aspectos que levam as beneficiárias a considerar a escola boa estão professores eficientes e preocupados com o aprendizado dos

educandos, direção e corpo docente atenciosos com os pais e alunos, escola rígida, que cobra uniforme e reprova se a criança não aprendeu o esperado. Já, os principais motivos, que levam a insatisfação dos pais, são problemas com conteúdo desenvolvido nas escolas, com a infraestrutura, com a segurança, com o aproveitamento da escola fora do horário curricular, entre outros.

Dentre as quinze entrevistadas, sete¹⁰ delas estão satisfeitas com as escolas de seus filhos. Dessas beneficiárias, seis são provenientes de outros estados e apenas uma é natural de São Paulo, duas são analfabetas, três têm ensino fundamental incompleto e duas têm ensino médio completo. Importante destacar que as entrevistadas parecem valorizar bastante os professores rigorosos e quando oferecem reforços escolares, pois para elas isso significa que o profissional está interessando pelo aprendizado do aluno, como podemos observar nas falas de Cleide e Gersi:

A professora do João é muito braba. E ela puxa orelha [linguagem conotativa utilizada pela entrevistada para falar que a professora chama atenção, quando o aluno não se comporta bem], ela fala, ela é muito assim específica, tudo que ela tem que falar ela fala, eu acho muito importante a reunião dela. As crianças são mais educadas, eu não tenho reclamação da Maria, o Gu tem um ponto que dizem que ele fala muito em sala de aula. O João foi porque tirou uma nota baixa. Aí ela manda a prova pra gente assinar, se por acaso não for com a nossa assinatura, ela chama a gente lá. Eu acho importantíssimo (CLEIDE, Ensino Médio, 5 filhos, Campinas).

Sim. Tô, porque eles (os filhos) têm mostrado muito aproveitamento, eles têm que nem agora, eles (corpo docente) ponderaram e juntaram uns professores pra pode dar uma força pra ele (filho de 15 anos) de meia hora fora do horário de aula, pra quando ele fosse prestar a prova do patrulheiro, ele passar. Aí eles me chamaram lá, me mostraram, perguntaram se eles podiam entrar lá com ele. E eu falei oh, fique a vontade, sendo pra ajudar, toda ajuda é bem-vinda (GERSI, Ensino Médio Completo, 3 filhos, Bahia).

Quatro entrevistadas imigrantes valorizam a escola em Campinas quando a comparam com a situação das escolas em suas regiões de origem, como podemos observar na fala de Rose:

¹⁰ Cabe ressaltar que neste item destaco sete mães satisfeitas com a escola, porque uma destas está satisfeita com a escola de seus filhos e insatisfeitas com as demais escolas de modo geral.

Porque lá [cidade de origem] é uma professora só. É uma professora só, e aqui é duas, três professoras no dia. Aí a criança sempre vai no ritmo daquela lição certinha. E lá, não, é das 7 as 11, sempre com a mesma professora (ROSE, Ensino Fundamental Incompleto, 3 filhos, Pernambuco).

Dentre as quinze, oito consideram a escolar ruim. Destas entrevistadas, cinco evidenciam problemas com o conteúdo desenvolvido pela escola frequentada por seus filhos, quando comparadas com escolas privadas, ou mesmo, com outras escolas públicas, tidas como muito boas no senso comum. Segundo elas, pode ser observada a diferença entre os conteúdos desenvolvidos em anos letivos equivalentes. Interessante ressaltar que, dessas cinco mães, quatro são naturais do estado de São Paulo e apenas uma é imigrante de Minas Gerais. Outro fator interessante é que, em algumas situações, para não criticarem a escola frequentada por seus filhos, utilizam exemplo de escolas frequentadas pelos filhos de conhecidos, para assim, falarem que a escola não cumpre seu papel.

Dentre os conteúdos que precisam melhorar estão matemática, português, línguas- como inglês e espanhol- além de conteúdos como religião e informática, como podemos identificar nas falas de Jéssica e Sara:

Eu acho que no meu caso é a matemática, que a minha filha não sabe de nada. E falar mais sobre Deus, essas coisas assim, né, ensinar uma religião, porque, hoje em dia, ta muita revolta, né (JÉSSICA, Ensino Fundamental Incompleto, 4 filhos, Diadema).

Ah, sei lá, mas eu acho que tinha que ter uma sala de computação, não sei se eu tô certa ou tô errada, mas é pra eles ir aprendendo alguma coisa a mais, né (SARA, Ensino Fundamental Incompleto, 5 filhos, Campinas).

Para três das entrevistadas, sendo uma com ensino fundamental incompleto e duas com ensino médio, duas naturais de Campinas e uma de outro estado, a escola ruim é a escola do “outro”¹¹. Fica bastante evidenciado esta

¹¹ Essa referência a escola ruim é a escola do “outro”, refere-se ao fato que as entrevistadas em geral ao realizarem críticas ao sistema escolar, ou a alguma escola específica afirmavam que conheciam escolas muito ruins, porém a escola de seus filhos eram boas, e essas instituições problemáticas eram escolas onde estudavam os filhos das vizinhas, ou algum parente, ou os próprios filhos, mas por um curto espaço de tempo.

situação, na fala da Cleide, ao referir que mesmo sendo contemplada com vagas para os três filhos, em idade escolar, em uma escola próxima da sua residência, opta por outra:

[...] eu coloquei, consegui a vaga pros três lá, aí a Maria, falou, assim, eu não vou naquela escola. A filha da minha amiga está na sexta série e ela não sabe nada. Esses dias, ela veio aí como que faz MMA, Já é assim, ela não conseguia fazer, porque ela não aprendia a tabuada. Sabe, e os professores não pegam no pé. E eu coloquei meu filho, meu filho falou não, não quero e aí ele falou para a irmã não vem, não vem, porque é terrível essa escola, e ela ficou com medo de ir. Então, ela permanece no Carmelino. O João desde que subiu ele disse o mãe eu não vou ficar aqui. Eu gosto da escola dele, porque o ensino é bem mais puxado e as pessoas da região que vão pra aquela escola senão conseguir acompanhar não passam, eles reprovam, eles pegam no pé, eles exigem uniforme, nada de boné em sala de aula. Se pega aluno zanzando pela escola, eles colocam os meninos pra dentro das salas. Então, assim, nela eu acho que não mudaria não, mas na outra eu mudaria tudo. Se eu tivesse a oportunidade eu mudaria tudo (CLEIDE, Ensino Médio Completo, 5 filhos, Campinas).

Para duas entrevistadas com ensino médio, uma de Campinas e outra vinda de um estado diferente, há uma diferença marcante entre estudar numa escola da prefeitura ou do estado, em geral mais fracas, em relação às escolas particulares e/ou profissionalizantes.

Ah, o João [filho de 15 anos, que frequenta o 1º ano do ensino médio] pra mim não tá muito não. Porque o ensino no estado e na prefeitura, eu acho, que deveria ter mais conteúdo. Não tem, porque é necessário, eu acho, (...)eu acho, que mais é a disciplina de matemática e português. Porque, assim, eu seguida estou dando uma analisada no caderno deles eu acho muito importante tudo o que eles aprendem. Só que, assim, você pega o caderno de uma prima deles, que estuda no SESI, o conteúdo deles [seus filhos] é bem mais fraco. O que eles aprendem no estado é bem mais fraco, eu olho assim e falo, tudo isso aqui você vai usar lá na frente, começa a se dedicar mais. Eu acho que o ensino que eles passam, o conteúdo que eles passam, assim, é bem fraco. Tinha que ter mais coisa, eles falam que um ano não dá pra dar tudo que tinha que passar, pra eles aprender. Eles passam o que eles acham que é necessário, se aprender muito bem, se não aprender não aprendeu. Infelizmente, vai pra frente (CLEIDE, Ensino Médio Completo, 5 filhos, Campinas).

Dentre as oito entrevistadas que estão insatisfeitas com a escola, uma delas é insatisfeita com a estrutura escolar e com a qualidade do ensino, mas

gosta da escola em que seus filhos estudam; oito reclamam da infraestrutura das escolas. Dentro do tema infraestrutura, está a ausência de professores, a insegurança, como drogas e violência, e os prédios inadequados. Importante esclarecer que dentre as oito mães, quatro também estavam insatisfeitas com conteúdo, já trabalhado anteriormente. Dessas oito senhoras, quatro são do estado de São Paulo e quatro são provenientes de outros estados, sendo duas de Minas Gerais, uma do Paraná e outra do Ceará.

Os problemas com os prédios inadequados aparecem na fala de Cleide ao se referir à escola dos filhos de sua amiga:

Na rua da minha amiga que cuida das bebes [filhas gêmeas com 1 ano e meio]. Aquela escola devia melhorar tudo. É uma escola do estado- os professores, os monitores, no geral, a escola parece um presídio. Eu acho que os alunos por mais que eles sejam, sei lá, levados. Assim, porque são terríveis os alunos lá. Mas, eu acho que eles se sentem meio que aprisionados. Porque a escola, você passou de um portão pra ir pro corredor, eles fecham. Assim, parece um presídio. Eu acho que os alunos, eles, ficam mais rebeldes, porque são tratados assim, eles fazem bagunça. Acho que ali deveria mudar tudo. Então, eles sentam lá e os professores falam vocês querem aprender, se quiserem fiquem quietos, senão o professor não tá nem aí, o professor fica lendo livro. Eles comentam comigo e o meu filho me falou mãe um dia que eu fiquei lá eu sai de lá chorando. Lá devia mudar tudo, direção escolar, tudo (CLEIDE, Ensino Médio Completo, 5 filhos, Campinas).

Na fala de Sol, identificamos o receio relacionado à falta de segurança na escola de seus filhos, pois sua filha, inclusive sofreu violência no interior da escola:

Olha, eu não sei, mas, provavelmente, a minha filha uma vez ela chegou a apanhar, vamos dizer, assim, na escola que ela desmaiou. O garoto deu uma pancada na cabeça dela, que ela caiu no chão, e isso as professoras fizeram vista grossa. Então, aí eu fui lá, na escola, e a professora me falou: ah, mas o menino é danado. Aí, eu disse então leva ele pro conselho tutelar. Orienta eles [o conselho tutelar] pra fazer alguma coisa, porque eu vou deixar a minha filha aqui, pra ele matar a minha filha? Aí, ela [a diretora] falou que ía dar um jeito, com relação a isso aí né, porque esse menino continua danado, ainda bem que ela passou e ele ficou, né, ele ficou na outra série. E, hoje, eu tenho medo do meu filho se encontrar com ele, né. Porque ele perde muito, ele não passa de ano, então, uma hora o meu filho vai encontrar com ele, e, aí, se ele fizer a mesma coisa, entendeu. Aí, eu acho, assim, essas crianças violentas, eu acho que deveria ter alguém

pra conversar com elas, sei lá, só sei que não pode ficar assim. Porque isso daí, às vezes, pode até ocasionar das crianças não quererem ir pra escola. Porque vai chegar na sala de aula e o menino vai bater, então, acontece, geralmente, isso daí. Graças a Deus isso não aconteceu, porque eu fui na escola, eu conversei e eu conversei com a minha filha. Eu conversei com a diretora, se acontecer de novo eu ia denunciar ela (SOL, Ensino Médio Completo, 2 filhos, Ceará).

Ainda na fala de Lara que demonstra uma completa insatisfação com o ambiente inadequado ao redor da escola, tanto com as músicas que têm letras inadequadas, quanto com a venda de drogas- fato muito frequente pelo que podemos observar em sua fala:

Das crianças minhas? Ah, se eu falar que eu tô contente, eu não tô, porque essas escolas, de hoje, é tudo uma “putaria” em frente à escola. É essas músicas de “putaria”, esses palavrões que eu não gosto quando eu vou levar os meus filhos e buscar, e tem também a questão de droga, muita droga nas escolas. Eu tenho dois na minha família, meus irmãos, né. Tem dois irmãos meus que usam droga. Então, eu tenho muito medo dos meus filhos, eu vigio muito, porque eu acho que a pior coisa que eu acho na escola é isso. Eu acho que deveria ter mais segurança, na parte pública mesmo, proibir o uso de droga na frente da escola. E essas músicas de “putaria” que saiu agora desses “funks” pesados, para quem leva as crianças na escola é difícil. Porque até a gente chegar à frente da escola é só mesmo Deus pra ter misericórdia, de tanta “putaria” que a gente escuta (LARA, Ensino Fundamental Completo, 5 filhos, Paraná).

As percepções das entrevistadas sobre a relação entre o PBF com a escola e a melhoria de vida merecem uma atenção especial, visto que representa um dos objetivos principais desta pesquisa. Interessante ressaltar que as quinze entrevistadas afirmam que o PBF tem, sim, grande importância no orçamento familiar e ajuda muito. Porém, todas afirmam que o programa não trouxe mudanças significativas nas suas vidas. Uma das principais razões, delas afirmarem isso, é o fato do valor repassado, mesmo para aquelas que se enquadram na condição de recebimento da quantia máxima repassada pelo programa, pequeno é irrisório, quando refletimos sobre o tamanho da família e os gastos que estas têm. Outra opinião que é comum a todas as beneficiárias é a

ideia que frequentar a escola e obter um diploma é, sim, fundamental para um futuro melhor.

Com relação ao significado de melhoria de vida, em todas as falas ele está intimamente ligado à expressão “ser alguém na vida”, já que para as entrevistadas ambas as expressões se equivalem. Das quinze entrevistadas, dez afirmam que ter escolaridade, no sentido de ter um diploma, vai fazer com que seus filhos tenham empregos melhores e, assim, serão alguém na vida, sendo que, dessas, uma delas afirma que não precisarão executar trabalhos pesados. Uma das quinze entrevistadas, com ensino fundamental incompleto e natural de São Paulo, afirma que ter estudos e obter boas notas, poderá fazer com que os filhos frequentem uma faculdade- fato que seria motivo de muito orgulho, segundo essa mãe. Para duas entrevistadas, uma com ensino fundamental incompleto e outra com ensino fundamental completo, ambas paulistas, ter estudos é importante. Mas, para elas, não é garantia de um bom emprego, ou seja, embora acreditem que é importante estudar não têm certeza que seus filhos terão melhores oportunidades, principalmente, no que se refere ao mundo do trabalho. Para outras duas beneficiárias, uma com ensino fundamental incompleto e outra com ensino médio, ambas naturais de São Paulo, ter estudos pode fazer com que seus filhos realizem seus sonhos e objetivos em geral.

O conceito de “melhorar de vida”, do ponto de vista das entrevistadas, permeia ter um emprego melhor, ter dinheiro para garantir as necessidades básicas da família, como alimentação, vestuário e contas em dia, ter casa própria. Como podemos observar nas falas abaixo, que representam os quatro diferentes níveis de escolaridades que compõem a amostra deste estudo:

Melhorar de vida pra mim, ah, é ter um estudo, né, e ter um bom emprego, né, pra poder você ganhar melhor e pra poder se manter (MARIA, Analfabeta, 7 filhos, Bahia).

Melhorar de vida é pelo menos ter um emprego bom, um... eu acho que tendo um emprego bom dá pra melhorar um pouco a vida. Ah, sei lá é pagar as contas atrasadas. Já melhorava um pouco assim. Pagar tudo e manter as outras em dia já ajudava (JÉSSICA, Ensino Médio Incompleto, 3 filhos, Diadema/SP).

Melhorar de vida é ter uma casa. O dia que eu tiver uma casa, aí eu falo pra você que eu tô numa vida boa. Não importa o tamanho que seja, uma mansão ou uma casa. Porque a casa eu acho que é o maior bem na vida das pessoas. Porque eu acho, assim, você

tem que ter uma casa, tem que ter pra onde voltar, porque a minha vida, assim, ultimamente, é muito sofrida, eu não tenho um lugar fixo, então, depende, só você passando na pele é que você vai sentir. Ah, porque você passa por uma coisa assim, ali você pensa há, é normal, mas você sentindo aquilo na pele é diferente. Até os meus doze anos de idade, eu fui criada e morei no mesmo endereço, isso eu posso dizer que é uma honra da minha mãe. Porque a minha casa era da minha vó, né. Então, como ela foi trabalhar e deixô eu com a minha vó, eu não tive aquele sossego e eu não pude dá isso pros meus filho. Porque eu fico de galho em galho, eu moro num lugar, daqui a pouco eu moro noutro. Seis mês num lugar, Seis mês no outro. Então, eu acho que pra uma pessoa ter uma estrutura, começa nisso aí, começa numa casa (LARA, Ensino Fundamental Completo, 5 filhos, Paraná).

Ah, melhorar de vida é você ter, procurar ter, uma vida digna, ter um endereço. Assim, ter oportunidade de fazer as coisas, né. E sei lá, assim ter uma família estruturada. Porque eu, graças a Deus, minha família é uma benção, só Jesus mesmo. Aí é isso (GERSI, Ensino Médio Completo, 3 filhos, Bahia).

Importante destacar que a percepção sobre o que significa melhorar de vida, está, diretamente, ligada a trajetória de vida das beneficiárias, pois elas buscam aquilo que, até o momento, não é possível concretizar. Outro fator relevante é o de que, embora não tenham certeza sobre o futuro dos filhos, todas querem que eles tenham uma vida melhor que as suas, com uma situação financeira melhor, porém, com valores morais e éticos que aprendem com a família.

É evidenciado, nas falas das entrevistadas, um grande apreço com relação ao programa. Porém, sem dúvida, ao longo da conversa, suas falas nos levam a compreender que o valor é importante para o alcance de algumas situações diárias da família, que vão desde alimentação, material escolar, despesa com transporte, roupas, calçados e, até mesmo, acesso a cultura.

Porém, isso não significa que a vida dessas mulheres muda radicalmente, que elas conseguem vislumbrar uma saída do programa por não necessitarem mais dele. Ou seja, pensando na pergunta que motiva esta pesquisa, podemos afirmar que o PBF, para essas entrevistadas, colabora com uma melhoria imediata em suas vidas e de suas famílias. Porém, não as retira da situação de pobreza e não fica claro, em suas afirmações, uma perspectiva de alcance disso para o futuro. Há, sim, uma crença que a frequência escolar e a

obtenção de um diploma podem conduzir seus filhos a oportunidades melhores e, com isso, poderão, no futuro, ter uma vida melhor. Mas, os problemas enfrentados, na escola, e retratados nas entrevistas indicam que esse caminho ainda está longe de chegar ao fim ou, ao menos, a um contexto um pouco mais favorável, para ser vislumbrado um futuro melhor para as crianças e jovens integrantes dessas famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, como já afirmado na introdução desta dissertação, tem como objetivo compreender como se estabelece a relação entre frequência escolar e saída da pobreza, de acordo com as percepções das titulares do Programa Bolsa Família (PBF), residentes na região sul, do município de Campinas (SP). Em sentido complementar, busca compreender o papel da participação do Programa Bolsa Família na melhoria de vida, de acordo com as visões das entrevistadas.

Considerando esses objetivos, vale destacar que o método escolhido, para o desenvolvimento desta pesquisa, nos favoreceu a formação de uma amostra diversificada na sua composição, tanto em relação à idade das entrevistadas quanto em relação à composição familiar, origem e experiências de vida.

O método escolhido e a forma como o desenvolvemos, a partir de uma conversa utilizando o instrumento como um norteador deste diálogo, possibilitou que, dentre os aspectos contemplados alguns, não previstos anteriormente, ganhassem força. É o caso da percepção das entrevistadas com relação a escola e a Educação. Isso faz com que estes aspectos ganhem destaque em relação aos objetivos traçados previamente. Embora tenhamos construído o Instrumento norteador em quatro eixos, percebemos que a Educação permeou todos os eixos. Por isso, observa-se no texto do capítulo 3 que grande parte deste, ou pelo menos, um pouco mais do que imaginávamos, é dedicado a este tópico.

Entre os tantos dados relevantes que contemplamos no capítulo 3, gostaríamos de destacar neste momento do texto, o fato destas mães serem todas provenientes de uma mesma região da cidade, porém de seus filhos ou elas mesmas frequentaram escolas que ficam localizadas em diferentes pontos da cidade. E ao relatarem experiências escolares, sejam como estudantes, sejam como mães de crianças inscritas em escolas públicas, todas criticam o ensino ofertado.

Algumas entrevistadas, principalmente aquelas com menor escolaridade e provenientes de outros estados, são críticas com a educação oferecida nas suas cidades de origem, mas ao se referirem as escolas de Campinas, demonstram satisfação. Já aquelas com maior escolaridade e, principalmente, aquelas que nasceram no estado de São Paulo, são bastante críticas a educação como um todo, seja a estrutura escolar, bem como, ao ensino desenvolvido dentro das escolas da educação pública como um todo.

Ou seja, todas de maneira geral, com diferenças importantes de conteúdo, estão clamando por maior qualidade na Educação, embora ainda depositem esperança de que maior escolaridade possa oferecer oportunidades que podem levar seus filhos a uma vida melhor. Daí a questão do diploma aparecer com grande força. Podemos refletir que as falas das entrevistadas foge, de certo modo, ao estereótipo de que as mães pobres buscam, ao matricularem seus filhos em instituições de ensino, apenas que as crianças sejam alimentados e que hajam aulas.

Embora a pesquisa tenha sido realizada em dezembro de 2012, podemos observar que em várias falas, inclusive citadas no capítulo 3, estas mulheres referem à necessidade de acesso, para os membros de suas famílias, aos serviços que deveriam ser garantidos pelo Estado e que ainda deixam a desejar, em termos de qualidade.

Essas mesmas mães que se mostraram críticas com relação à Educação, ao abordarem a relação entre a frequência escolar e a saída da pobreza, referem que não há problema algum no PBF exigir em contrapartida a frequência escolar, pois esse já é um dever dos pais e um direito das crianças, logo é muito justo que o governo cobre a presença na escola.

Embora para todas seja importante a escola, assim como, frequentá-la, duas mães estão com o benefício suspenso, no momento da entrevista, devido a não frequência escolar de seus filhos adolescentes e duas outras mães afirmam que se não recebessem o dinheiro do programa, seus filhos também adolescentes não frequentariam a escola, pois estes ainda estudam para garantir o recebimento do benefício.

Considerando a percepção das entrevistadas quanto à importância do PBF para a melhoria de suas vidas, evidenciamos que, oito, das quinze entrevistadas, já foram ou ainda são beneficiárias de outros programas de transferência de renda que antecedem ao PBF. O fato de que essas famílias participam, há muito tempo, de programas de transferência monetária, já nos leva a refletir que ser contemplado por um programa pode oferecer uma melhoria imediata no rendimento financeiro da família, porém não retira essas pessoas da pobreza.

Quando questionadas sobre a melhoria de vida, para as entrevistadas, significa ser alguém na vida e para alcançar tal realização, nas suas opiniões, a pessoa precisa ter um bom emprego, casa própria, dinheiro para manter sua família com conforto e pagar suas contas em dia. Além, é claro, de fazer tudo isso com honestidade e respeito para com o próximo.

Essa conceituação de melhoria de vida é bastante correlacionada à situação de vida experimentada pelas entrevistadas. Em geral, elas consideram uma vida melhor aquela que não alcançaram, ou seja, a que faz parte de seus sonhos. Todas querem que seus filhos tenham, no futuro, uma vida melhor que as suas. É bastante claro que todas gostam de fazer parte do programa, e que consideram que o repasse financeiro ajuda muito com as despesas familiares, principalmente no gasto com os filhos.

Embora as mães, em geral, consideram importante frequentar a escola e não percebiam essa exigência feita pelo Programa como algo complicado. Isso não impede que boa parte delas questione o vínculo entre a escola e seus filhos, no sentido que a escola que é frequentada por eles não oferece tudo que é preciso para uma boa formação ou mesmo com o que elas querem que seus filhos tenham contato, como o conhecimento de línguas estrangeiras, informática, entre outros saberes.

Conforme já referido no final do capítulo 3, considerando a pergunta que motivou essa pesquisa, podemos afirmar que o PBF para essas entrevistadas colabora com uma melhoria imediata em suas vidas e de suas famílias, porém não as retira da situação de pobreza e não fica claro, em suas afirmações, uma

perspectiva de alcance disso para o futuro. Mas, os problemas enfrentados na escola e retratados nas entrevistas, indicam que esse caminho ainda está longe de chegar ao fim ou, ao menos, a um contexto um pouco mais favorável, para, assim, ser vislumbrado um futuro melhor para as crianças e jovens integrantes dessas famílias.

Sem dúvida, um importante primeiro passo é dado com a criação do PBF e com os avanços alcançados por meio dele nestes dez anos de existência. Além, é claro, do programa Brasil sem Miséria que nasce com uma proposta mais ampla e pode representar uma porta de saída para o alcance de um futuro melhor.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, E. Escola pública e pobreza no Brasil: A ampliação para menos. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2009.

ANDRÉ, M. E. D. A de. Etnografia da prática escolar. São Paulo: Papirus, 1995.

BELIK, W.; DEL GROSSI M. *O Fome Zero no contexto das políticas sociais*. In: CONGRESSO DA SOBER, XLI, 2003. Juiz de Fora. fomezero.gov.br.

BICHIR, R. M. *O Bolsa Família na Berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda*. Revista Novos Estudos, Brasília, 2010, V. 87 p. 115-129, julho. 2010. (CEBRAP)

BLUNDELL, R.; et al; *Human Capital Investment: The Returns from Education and Training to the Individual, The Firm and the Economy. Fiscal Studies* (1999) vol. 20, nº 1, p. 1–23.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Lei nº 10.836/2004 (Lei Ordinária) de 09 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família, Altera a Lei N.º 10.689, de 13 de Junho de 2003, e dá outras providências.

_____. Lei nº 11.274/2006 de 06 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases de educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília, 06/02/2006.

_____. Emenda constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI.

_____. Lei 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.

BRASÍLIA. Ministério do Desenvolvimento Social. *Primeiros Resultados da Análise da Linha de Base da Pesquisa de Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família*. Brasília, 2007. 9 p. (Manual CEDEPLAR).

BRASÍLIA. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Bolsa Família: Transferência de renda e apoio as famílias no acesso à saúde e à educação*. Brasília, agosto. MDS, 2009.

BRASÍLIA. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Programa Bolsa Família: cidadania e dignidade para milhões de brasileiros*. MDS, 2010. 90 p: il. ISBN 978-85-98450-10-0

BRASÍLIA. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Pronatec Brasil Sem Miséria*. Brasília, junho. MDS, 2013.

CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F.; BATISTA, N. F. *Impactos do Programa Bolsa Família Federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar*. Revista Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, V. 14 n.2 p. 269-301, maio/ago. 2010.

CAFIERO, M. *La escuela em la vida cotidiana de familias em contextos de pobreza*. In: EGUÍA, A.; ORTALE, S. *Los significados de la pobreza*. Editorial Biblos Sociedad, 2008.

CAMARGO, J. M. Pobreza e garantia de renda mínima. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 26 dez. 1991.

CAMPELLO, T. Uma Década Derrubando Mitos e Superando Expectativas. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. *Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: Ipea, 2013.

CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CASTEL, R. *El Ascenso de Las Incertidumbres: Trabajo, protecciones, estatuto Del individuo*. América Latina: Fondo de Cultura Económica, 2010.

CASTRO, C. de M. *A prática da pesquisa*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

CASTRO, J. A.; MODESTO, L. *Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios*. Vol. 1. Brasília: IPEA, 2010.

CHAROUX, O. M. G. *Metodologia: processo de produção, registro e relato do conhecimento*. 3. ed. São Paulo: DVS Editora, 2006.

COHN, A. *Cartas ao Presidente Lula: Bolsa Família e Direitos Sociais*. Rio de Janeiro: Pensamento Brasileiro, 2012.

CONNELL, R. W. Pobreza e Educação. In: GENTILI, P. (org.). *Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

COSTA, V. M. F.; VITA, A. de.; PRALON, E. M. *Reforma das políticas sociais num contexto de descentralização: o papel dos programas municipais de renda mínima*

no combate à pobreza. Cadernos Cedec – Centro de Estudos da Cultura Contemporânea. São Paulo: Cedec, 1998.

CURRALERO, C. B.; *et al.* As Condicionalidades do Programa Bolsa Família. In: CASTRO, Jorge A.; MODESTO, L. *Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios*. Vol. 1. Brasília: IPEA, 2010.

DRAIBE, S. Programa de Transferência condicionada de renda. In: CARDOSO, Fernando H.; FOXLEY A. *América Latina, desafios da democracia e do desenvolvimento: políticas sociais para além da crise*. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (FHC), 2009. V. 2.

_____. *Proteção social ou sistemas nacionais de proteção social*. In: VERBETE. Texto correspondente em FUNDAP, 2013. Dicionário de Políticas Públicas. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

FAUSTO, B. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2ªed. 2006.

_____. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

FERREIRA, M. N. *Programas de Transferência Condicionada de Renda e Acesso aos Serviços de Saúde: um estudo da experiência do Programa Bolsa Família em Manginhos*, RJ. Rio de Janeiro, 2009. (Dissertação mestrado – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca).

FISZBEIN, A. *et al.* *Conditional Cash Transfers: Reducing Present and Future Poverty*. Washington, D. C.: The World Bank, 2009.

FONSECA, A. M. M. de. *Famílias e políticas de renda mínima*. São Paulo: Cortês, 2001.

_____. *Transferencias Condicionadas, Estrategias de Combate al Hambre y la Desnutrición em América Lativa y el Caribe*. Seminários FAO (2006-2008) *Transferencias Condicionadas. Erradicación del Hambre y la Desnutrición*. Vol. 1. 2010.

GHEDIN, E.; FRANCO, M. A. S. *Questões de método na construção da pesquisa em educação*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IBASE. *Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional: relatório síntese*. Rio de Janeiro: Ibase, 2008.

JAPIASSÚ, H. ; MARCONDES, D. Dicionário Básico de Filosofia. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

KERSTENETZKI, C. L. *O Estado do Bem-estar Social na idade da razão: A reinvenção do Estado social no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

_____. *Welfare State e Desenvolvimento*. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 54, no 1, 2011, pp. 129 a 156.

LENAURA V. C.; FREURY, S. *Seguridade Social, Cidadania e Saúde*. Rio de Janeiro: Cebes, 2009.

LÓPEZ-RUIZ, O. J. *Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo: capital humano e empreendedorismo como valores sociais*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007. 320 p. ISBN 9788588338661 (Consultado em 20/08/2012).

MONNERAT, G. L.; *et.al.* *Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do Programa Bolsa Família*. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(6):1453-1462, 2007.

MOTTA, T. C. *Política de transferência de renda e educação: um estudo sobre o Programa Bolsa Família a partir da percepção de mães e estudantes beneficiários e suas repercussões no meio escolar*. CE. Recife 2011. (Dissertação de Mestrado: Universidade Federal de Pernambuco).

NASSIF, L. *Bolsa Família contenta a linha liberal e desenvolvimentista*. In: BRASÍLIA. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Programa Bolsa Família: cidadania e dignidade para milhões de brasileiros*. MDS, 2010. 90 p: il. ISBN 978-85-98450-10-0(Consultado em 20/08/2012).

OLIVEIRA, D. A. *Educação Básica: gestão do trabalho e da pobreza*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, L. F. B. de; SOARES, S. S. D. *O impacto do Programa Bolsa Família sobre a repetência: resultados a partir do Cadastro Único, Projeto Frequência e Censo Escolar*. IPEA, Rio de Janeiro: Fev. 2013.

PIRES, A. *Bolsa Família e políticas públicas universalizantes: o caso de um município paulista*. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, v. 38, n. 134, maio/ago. 2008.

_____. *Orçamento familiar e gênero: percepções do Programa Bolsa Família*. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, v. 42, n. 145, p. 130-161, jan./abr. 2012.

_____. *Efeitos da condicionalidade em educação do Programa Bolsa Família em Campinas (SP)*. *Estudos Avaliação Educacional*. São Paulo, v.24, n.55, p. 170-196, abr./ago.2013a.

_____. *Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família?* *Est. Aval. Educ.*, São Paulo, v. 24, n. 55, p. 170-196, abr./ago. 2013b.

_____. *Relações de Troca e Reciprocidade entre os Participantes do Programa Bolsa Família em Campinas (SP)*. *Política e Trabalho*. São Paulo, n. 38, pp. 171-195, abril de 2013c.

POCHMAN, M. *Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

REIMERS, F.; SILVA C D.; TREVINO E. *Where is the "Education" in Conditional Cash Transfers Education? 1ª ed.* Montreal: UNESCO Institute for Statistics, 2006.

REGO, W. L.; PINZANI, A. *Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

RIBEIRO, I.; SILVA, V. L. G da. *Das materialidades da escola: o uniforme escolar*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 03, p. 575-588, jul./set. 2012.

ROCHA, S. *Pobreza no Brasil – Afinal, de que se trata?* 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. *O Programa Bolsa Família: Evolução e efeitos sobre a pobreza*. Economia e Sociedade, Campinas, v. 20, n. 1, p. 113 – 139, abr 2011.

_____. *Transferências de renda no Brasil: O fim da pobreza?* Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

RUZ PERES, J. R. PASSONE, E. F. *Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil*. Cadernos de Pesquisa, Campinas, v. 40, n. 140, p. 649-673, maio/ago. 2010.

SAUL, R. P. *As raízes renegadas da teoria do capital humano*. Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº12, jul/dez 2004, p. 230-273.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, M. O. S.; YAZBEK, M. C.; GIOVANNI, G. di. *A política social brasileira no século XXI – A prevalência dos programas de transferência de renda*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, M. O. S. e. *Renda Mínima e reestruturação produtiva*. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. *O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil*. Ciência & Saúde Coletiva, v. 12, p. 1429-1439, 2007.

SPOSATI, A. *Regulação social tardia: característica das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

SUPLICY, E. M. *Renda de Cidadania: a saída é pela porta*. 5ª ed. São Paulo: Cortez: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2008.

SCHWARZMAN, S. *Bolsa família: mitos e realidade*. Interesse Nacional, ano 2, nº7, dez 2009, p. 20-28.

VIANA, G.; LIMA, J. F. *The human capital theory and the economic growth*. Interações. Campo Grande, v. 11, n. 2 p. 137-148, jul./dez. 2010.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. *O impacto do Bolsa Família na educação brasileira*. Carta Maior, 13 de mai. 2010.

ANEXOS

ANEXO A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Pesquisador responsável: Ana Paula Speck Feijó

Orientador: André Pires

Título da pesquisa: Programa Bolsa Família: relação entre frequência escolar e saída da pobreza a partir da visão de beneficiárias residentes na região Sul de Campinas (SP).

Nome do Participante: _____

Caro participante: Gostaríamos de convidá-lo a participar como voluntário desta pesquisa. O objetivo deste estudo é compreender como se estabelece a relação entre escolaridade e ascensão social, de acordo com as opiniões de 15 titulares do benefício Bolsa Família, residentes na região sul do município de Campinas (SP). Sua forma de participação consiste em responder a algumas perguntas que serão feitas por mim a respeito da sua história, da história de sua família, sua opinião sobre o Programa Bolsa Família, assim como sobre a educação e a escola. Nossa conversa será gravada, transcrita e, após o término desta pesquisa, o arquivo contendo esta gravação será eliminado. Seu nome não será utilizado em qualquer fase da pesquisa, o que garante o anonimato e sua privacidade. Não será cobrado nada, não haverá gastos nem riscos na sua participação neste estudo. Os resultados contribuirão para um melhor entendimento dos efeitos do Programa Bolsa Família na vida das pessoas. Gostaríamos de deixar claro que sua participação é voluntária e que poderá recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, a qualquer momento, se assim preferir, assim como recusar-se a responder qualquer pergunta que lhe parecer inoportuna. Em caso de dúvida(s) e outros esclarecimentos sobre esta pesquisa, você poderá entrar em contato com a responsável (Ana Paula Speck Feijó, telefone 2117-0635). Em caso de dúvidas sobre aspectos éticos, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-Campinas (Rod. Dom Pedro I, km 136 Parque das Universidades. Telefone 3343-6777 ou e-mail comitedeetica@puc-campinas.edu.br), o qual analisou o projeto desta pesquisa. Desde já, agradecemos sua atenção e participação e colocamo-nos à disposição para maiores informações.

Eu confirmo que Ana Paula Speck Feijó explicou os objetivos desta pesquisa, bem como, a forma de participação. As alternativas para minha participação. Eu li e compreendi este termo de consentimento, portanto, eu concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário desta pesquisa.

Campinas, _____ de 2012.

Assinatura do Participante

Assinatura da Pesquisadora

ANEXO B

Instrumento de Coleta de Dados

As entrevistas deverão ser estruturadas e, posteriormente, analisadas a partir de quatro dimensões, a seguir apresentadas, com as questões mais relevantes que conduzirão a investigação. No momento da entrevista, o formato dessas questões será adaptado para a linguagem coloquial.

a) Caracterização do entrevistado e de sua família:

Quem são as pessoas que compõem a família (idade, local de nascimento e ocupação de todos)? Qual é a escolaridade de todos da família? Qual(ais) foi(ram) o(s) lugar(es) onde o entrevistado viveu? Considerando um estudo realizado por meu orientador André Pires, que identificou ser da ordem de 80% o número de beneficiários do PBF que residem em Campinas e que nasceram em outras cidades (Pires, 2008), interessa compreender para os migrantes os motivos da migração, em que época e de que maneira foi feita. Por que escolheram Campinas? Melhores oportunidades de emprego, acesso à educação para o entrevistado ou para sua família?

b) Formas de obtenção de renda:

Qual é a sua atividade? Já trabalhou com registro profissional (fichado)? Em que trabalhou? Qual a sua profissão? Ou alguém na família? Era o trabalho que queria? Campinas oferece oportunidades de trabalho? Por quê? De onde vem o dinheiro da casa? Tem aposentado? Recebe outro tipo de benefício do governo (Benefício de Prestação Continuada ou outro) ou de alguma entidade/organização?

c) Percepções sobre o Programa Bolsa Família:

Como ficou sabendo do programa? Recebe o Bolsa Família há quanto tempo? Já participou de outros programas sociais? Quais? Quem controla a utilização do dinheiro? Desde que passou a receber o dinheiro do PBF, quais foram as mudanças no seu dia a dia? Qual a opinião sobre o Bolsa Família? Se pudesse melhorá-lo, o que faria? De onde vem o dinheiro do PBF? O PBF tem prazo para acabar? Qual a sua avaliação sobre as condicionalidades do PBF, especialmente sobre a exigência de frequência escolar? O PBF deveria ter condicionalidades ou deveria ser para todo mundo? A exigência de frequência escolar está ajudando os filhos na escola? De que forma? Fazer os filhos frequentarem a escola é como dar algo em troca para receber o dinheiro do PBF? Por quê? Se você não estivesse recebendo o Bolsa Família, seus filhos estariam na escola? Por quê? Você acha que deveria ter mais fiscalização em relação ao cumprimento da frequência escolar? De que forma? O PBF é um direito das pessoas? Receber dinheiro dos programas acomoda as pessoas? Por quê? É diferente receber dinheiro do PBF em relação à aposentadoria e pensão? Por quê?

d) Percepções sobre a educação e a frequência escolar:

Em que escolas estudaram ou estudam as pessoas da família (inclusive o entrevistado)? Alguém da família largou os estudos? Por que largou? Arrependeu-se? Por quê? Você está contente com a escola do seu filho? Por quê? Se você pudesse escolher, seria nessa escola que seu filho estaria estudando? Por quê? Quais são os principais problemas da escola? O que poderia melhorar? Você conhece alguém na escola, diretor, professor? Já foi chamado para reunião na escola? Por quê? Em caso afirmativo, qual foi sua opinião? Já teve problema no cumprimento da frequência escolar exigida pelo PBF? Em caso afirmativo, como fez para resolver? Você está contente com aquilo que se ensina na escola? O que seus filhos aprendem na escola, que você acredita que fará diferença para o futuro deles? Que tipo de coisa você acha que deveria ser ensinado na escola? O que seus filhos aprenderam na escola que é importante? Por quê? Você já deixou de fazer alguma coisa, seja no trabalho ou na vida, porque não tem estudos? Quando uma pessoa tem estudos, o que muda na vida dela? Conhece alguma história de alguém que melhorou de vida por causa dos estudos? E de alguém

que ficou na mesma ou piorou, mesmo tendo estudado? O que é preciso nos dias atuais para ser alguém na vida? Por quê? Você acha que na sua família, seus filhos vão completar os estudos? Se tivesse que escolher entre duas opções, você faria com que os seus filhos homens ou mulheres completassem os estudos? Por quê? Você acredita que ter escolaridade vai oportunizar a seus filhos uma vida diferente? Por quê? Você acredita que seus filhos têm mais conhecimento que crianças que não vão à escola? Por quê? Em relação ao futuro, qual a profissão que gostaria que os filhos tivessem? Tem vontade de estudar, completar formação? Em caso afirmativo, fazer o que e por quê? Quais a(s) vantagem(ns) disso? O que é melhoria de vida (ascensão social) para você? O PBF ajudou você e sua família a melhorarem de vida (ascender socialmente)?

ANEXO C

Resumo da Trajetória de Vida das Entrevistadas

Entrevista de nº1: Entrevista realizada no dia 12/12/12, no turno da manhã e com duração de 29min e 18s. A entrevistada chama-se Maria, tem 31 anos, é analfabeta, tem 7 filhos de diferentes idades. Porém, moram com ela apenas 4, com as idades de 16, 11, 10 e 4anos. Os filhos estudam no 5º, 6º e 5º ano do ensino fundamental, respectivamente, sendo que o de 4 anos ainda não está frequentando nenhuma instituição. Ela e os filhos mais velhos são baianos, eles estão em São Paulo há muitos anos, pois só em Campinas ela vive há 11 anos. Estima-se que more há 17 anos em São Paulo, tendo como referência a idade do filho, que sucede o mais velho, que nasceu na Bahia, que hoje tem 18 anos. Maria é manicure, não trabalha com registro em carteira, está cadastrada no PBF há 10 anos e, no último ano, está com o seu benefício bloqueado desde agosto de 2012, pois seu filho de 16 anos não frequenta mais a escola. Maria relata que seu filho está envolvido com drogas e, por isso, não está na escola e nem mesmo na cidade, pois teve que ir morar com o irmão em São Paulo. No momento da entrevista, ela afirma que ele quer voltar à escola. Agora, Maria aguarda a matrícula escolar dele para regularizar sua situação quanto ao Bolsa Família.

Entrevista nº2: Entrevista realizada no dia 13/12/12, no turno da manhã, com duração de 22min e 3s. A entrevistada chama-se Sara, tem 49 anos, ensino fundamental incompleto, mora com o marido, de 49 anos, analfabeto, com os 5 filhos e uma neta de 6 anos de idade. Tem um filho mais velho que é casado que não mora com ela e que possui até o 7º ano de estudo. Os que moram com ela têm 23anos parou de estudar no 7º ano; 21 anos- também, parou de estudar no 7º ano; 16 anos- concluiu o ensino fundamental completo e está inscrita para o 1º ano do ensino médio; 13 anos- está no 5º ano, segundo a mãe, este menino está atrasado na escola, porque passa por problemas psicológicos, porém, agora, está melhor e o de 7 anos- concluiu o 1º ano do ensino fundamental. São todos campineiros, apenas o filho de 23 anos está trabalhando com registro, no momento; a filha que é mãe solteira é babá; a menina de 16 anos está indo preparar a documentação para iniciar na lanchonete Habib's, na próxima semana, e a mãe está muito orgulhosa disso; o pai da família é poceiro e a mãe dona de casa. Está participando do programa há dois anos e sua filha recebe o Renda Cidadã.

Entrevista de nº3: Entrevista realizada no dia 13/12/12, no turno da manhã, com duração de 29min e 50s. A entrevistada chama-se Jéssica, tem 48 anos, ensino fundamental incompleto. Mora com dois filhos, um de 18 anos, que tem ensino

médio completo e uma de 15 anos, que está cursando o 1º ano do ensino médio; tem outra filha de 27 anos, também, com ensino médio completo, casada e que mora ao lado de sua casa com o marido e uma filhinha de poucos meses. A entrevistada é natural de Diadema, cidade do estado de São Paulo, mas já está em Campinas há uns 20 anos. Atua como diarista e, quando trabalha registrada, atua na área de auxiliar de limpeza. Seu filho mais velho tem ensino médio completo, mas está com dificuldade de colocar-se no mercado de trabalho. É separada e recebe o Bolsa Família há 10 anos, o Renda Cidadã e uma cesta básica da prefeitura, não recebe pensão alimentícia do marido.

Entrevista de nº 4: Entrevista realizada no dia 17/12/12, no turno da manhã, com duração de 28min e 23s. A entrevistada chama-se Sandra, tem dois filhos, a filha mais velha é casada, tem ensino médio completo e não mora com ela e o mais jovem tem 17 anos, mora com ela e está frequentando o 2º ano do ensino médio. É uma senhora bastante crítica, tem 39 anos, ensino fundamental completo, relata que seu filho é muito revoltado, briga e se ofende por qualquer coisa. Ela diz ter certeza de que se não fosse o PBF e o fato de ter o dinheiro vinculado à frequência escolar, seu filho não estaria estudando. Atua como merendeira, mas há dois anos que está desempregada. Conta que, antes de sua mãe falecer, tinha a ajuda desta que era aposentada e morava com ela, mas, agora, não tem mais ajuda nenhuma. Antes de receber o Bolsa Família contava com o benefício do Renda Mínima. Faz 3 anos que recebe o Bolsa Família.

Entrevista de nº 5: Entrevista realizada no dia 17/12, no turno da manhã, com 44min e 21s de duração. A entrevistada chama-se Cleo, tem 36 anos e ensino fundamental completo. É uma senhora humilde e emociona-se ao contar sua história. Mora em Campinas com seus 3 filhos, um de 14 anos, que está no 7º ano; um de 9 anos, que cursa o 3º ano do ensino fundamental e um de 3 anos, que frequenta a creche do município. Ela cria-os sozinha, pois seu marido abandonou o lar, mas contribui com um pequeno auxílio financeiro (R\$100,00 mensais). É natural de Minas e há 9 anos vive em Campinas; é auxiliar de limpeza e recebe ajuda da mãe, quando falta alguma coisa para as crianças. Recebe o Bolsa Família há 3 anos. Conta uma história triste de que o marido a abandonou, que coincide com o nascimento do filho mais novo e, também, com a morte da sogra. Ela, para não passar fome, teve que catar latinha.

Entrevista nº 6: Entrevista realizada no dia 18/12/12, no turno da tarde, com 42min e 20s de duração. A entrevistada chama-se Gersi, é casada, mora com o companheiro e com dois filhos. O filho de 15 anos está no 2º ano do ensino médio e, também, faz o patrulheiros no SESI, este é do primeiro casamento de Gersi; o pequeno, de 3 anos, é do casamento atual. Tem, também, um filho mais velho que não depende dela financeiramente, pois é técnico em informática e não mora com a família. No momento, ela está desempregada, cuida, informalmente, de um idoso e está fazendo o curso de Cuidador de Idoso no SENAC Campinas. Gersi tem 41 anos e possui ensino médio completo. Seu companheiro, tem 39 anos,

ensino médio completo, está desempregado e, por isso, faz “bicos”, ou seja, trabalhos informais. Recebe o bolsa família há menos de 1 ano e nunca havia participado de nenhum outro programa social.

Entrevista de nº 7: Esta entrevista realizada no dia 19/12/12, durante a tarde, teve duração de 23min. Irani tem 39 anos, ensino fundamental incompleto, é casada. Seu marido tem 38 anos, também, possui ensino fundamental incompleto e seus filhos tem entre 5 e 18 anos de idade. O menino mais velho parou de estudar no 1º ano do ensino médio; a menina de 15 anos está cursando o 7º ano e a outra menina, de 5 anos, está na pré-escola. Ela é natural de Minas e seu marido é do Paraná, porém os filhos são todos de Campinas. Irani, atualmente, trabalha registrada como auxiliar de cozinha, no passado, tem registro, também, como auxiliar de serviços gerais. Seu esposo é mecânico, autônomo e atua numa oficina instalada em seu quintal. Seu filho mais velho trabalha instalando calha. Ela recebe o Bolsa Família há 9 anos e afirma que há 4 meses está bloqueado por falta de recadastramento, porém, durante a entrevista, quando indagada se tem algum problema com o PBF, por inadimplência das crianças na escola, ela afirma que sim, que a adolescente de 15 anos não frequenta a escola como deve, por isso, inclusive foi chamada na escola para explicar o motivo do não comparecimento da menina às aulas e só, então, ficou sabendo das faltas. Relata que sua filha sabe que isso prejudica o repasse do dinheiro do programa, mas que ela tem se comprometido a levar a escola mais seriamente no próximo ano. Antes de ser beneficiária do PBF, recebeu o renda mínima por 1 ano e 4 meses.

Entrevista de número 8: Entrevista realizada no dia 20/12/12, pela manhã, com duração de 38min e 13s. A família é composta por 4 membros, Nilza de 45 anos, tem ensino fundamental incompleto; seu marido de 38; a filha (adotiva) de 15 anos e o filho de 10 anos. Mãe e filho são paulistanos, a menina nasceu em Vinhedo e o marido no Mato Grosso. A entrevistada tem até a sétima série e faz vários cursos ligados à costura de roupas no CRAS. Atualmente faz algumas pequenas reformas em roupas em casa, mas tem um histórico de carteira assinada em confecções. O marido possui até a terceira série do ensino fundamental, é pedreiro e ajudante de caminhão. A filha adolescente está matriculada no 2º ano do ensino médio e o filho está na quinta série. A entrevistada afirma que tem sonhos mais altos, pois idealiza ser estilista, porém, infelizmente, não é possível, por ora, o que não a fez desistir. É beneficiária do Bolsa Família há 4 anos e do Renda Mínima há 4 meses, afirma que, talvez, a partir do ano que vem, devido a renda atual da sua família, possa vir a perder o benefício, porém se assim for tudo bem, porque ela já consegue, hoje, sobreviver sem ele.

Entrevista de número 9: Entrevista realizada no dia 20/12/12, pela manhã, com duração de 32min e 31s. Entrevistada um pouco ríspida nas suas respostas. Toda a família é de Minas Gerais, ela tem 39 anos e moram com ela cinco filhos; um genro e um neto. A filha casada tem 22 anos; o outro filho tem 21 anos; os demais

têm 17, 15 e 13 anos de idade, respectivamente. . A menina mais velha e o menino de 21 anos têm concluído até 2º ano do ensino médio; o de 17 está concluindo o ensino médio; o de 15 está no 8º ano e o de 13 está no 5º ano. Segundo a senhora Dalila, ensino fundamental incompleto, seu filho mais novo já obteve 3 vezes a reprovação no 5º ano e que isso se dá pelo fato de ele ter falta de visão, mas como agora ele está de óculos ele poderá melhorar, ela não desiste dele. Afirma ter vindo para Campinas para fugir do marido, pois este não aceita a separação, além de ser alcoólatra e tê-la ameaçado de morte. Logo após se estabelecer numa casinha, trouxe todos os filhos para morar com ela. No momento, com exceção do filho de 21 anos, que trabalha numa transportadora, estão todos desempregados em casa. Ela, às vezes, faz uma limpeza doméstica e ganha algum dinheiro extra. É beneficiária do Bolsa Família desde a criação do programa e nega ter recebido algum outro benefício antes do PBF.

Entrevista de número 10: Entrevista realizada no dia 21/12, pela manhã, com duração de 30min e 36s. A entrevistada chama-se Aparecida, mora com os três filhos, tem o marido, mas, no momento, eles estão em casa separada e são todos campineiros. Ela tem 31 anos, ensino fundamental incompleto, já fez várias atividades com registro, mas, atualmente, é diarista, porque consegue receber melhor do com registro na carteira. O marido tem 40 anos, possui o 2º ano do ensino médio de estudo e é porteiro; o filho de 15 anos está no 1º ano do ensino médio; a filha de 10 anos está no 5º ano do ensino fundamental e, a menina de 5 anos vai para o 1º ano do ensino fundamental, esta criança tem diabetes e precisa de cuidados especiais- a mãe diz que o dinheiro do Bolsa Família é guardado para emergências com a menina menor. Aparecida tem um grande sonho que é ser vigilante, porém, sua pouca escolaridade lhe impede de realizar o sonho, mas ainda não desistiu de alcançar este objetivo. Já foi beneficiária do Renda Mínima, recebeu leite e cesta básica da prefeitura e há 1 ano é beneficiária do PBF.

Entrevista de número 11: Entrevista realizada no dia 26/12/12, com duração de 29min e 36s. Lara é um caso que se destaca das demais entrevistadas, porque está acompanhando o filho para uma orientação com a assistente social, pois ele está inserido na ação jovem- um programa que transfere renda a jovens. Ela tem 34 anos, é separada e mora com seus 5 filhos com as seguintes idades: 15 anos, está matriculado para o 2º ano do ensino médio; 14 anos, está matriculada para o 1º ano do ensino médio; 13 anos, está matriculado para o 6º ano; 5 anos está matriculado para a pré-escola e 1 ano e 6 meses não havia conseguido, até o momento, vaga na creche. Lara é natural de Londrina no Paraná, está no estado de São Paulo há 19 anos, estuda até o 2º ano quando criança e só consegue completar o ensino fundamental quando adulta, através do supletivo. Têm poucos registros em carteira, a última vez é como auxiliar de cozinha num restaurante- um emprego temporário- e, atualmente, vive com o Bolsa Família e como diarista. Lara, durante toda a entrevista, demonstra muita simplicidade e, muitas vezes,

uma linguagem repleta de palavrões. Relata ter uma situação financeira tão complicada que não consegue manter um endereço fixo, vive entre Hortolândia, residência de sua mãe, e Campinas, região Sul. Porém, somente permanece em Campinas enquanto consegue manter o pagamento do aluguel e seus filhos ficam trocando de escola, a medida que ela necessita transferir a família de lugar. Refere que os 4 filhos mais velhos são do seu primeiro companheiro, que teve que abandonar por maus tratos, logo, ele não colabora com nada. O pai da menina de 1 ano e meio, no momento, está preso. Dentre as afirmações desta entrevistada, chama atenção a visão que ela tem sobre o PBF- afirma que esse é um programa muito importante, pois usa como exemplo sua história de vida, afirmando que se quando criança tivesse algo assim, ela teria terminado seus estudos, pois sua mãe não a deixou na escola, porque teve que trabalhar e ajudar no sustento da família. É beneficiária do programa há 6 anos.

Entrevista de nº 12: Entrevista realizada no dia 27/12/12, no turno da manhã, com duração de 36min e 40s. Sol tem 33 anos, ensino médio completo e mora com seus dois filhos, uma menina de 13 anos, matriculada no 8º ano; um menino de 10 anos, matriculado no 6º ano- e com o seu companheiro de 64 anos, que, também, possui ensino médio completo. Sol é natural de Recife, seu companheiro do Ceará e seus filhos nasceram em Campinas. Relata que estava separada do companheiro quando, há seis meses, em uma das visitas aos filhos na sua casa, ele teve um Acidente Vascular Cerebral (AVC). Assim, precisa de cuidados, mas como os filhos mais velhos, frutos do primeiro casamento dele, não podem cuidar do pai, devido ao horário de trabalho deles, quem está com esta responsabilidade é Sol. Relata, também, que seu último emprego é como caixa de um supermercado, com registro na carteira, mas devido a problemas com o ter de deixar os filhos sozinhos, acaba saindo do emprego e, agora, está na tarefa de dona de casa. O companheiro é aposentado e ela recebe o bolsa família há 2 anos. Quem lhe alerta sobre o benefício é sua cunhada num período que ela está desempregada e vive de ganhos como diarista. Sol relata que sua família, num primeiro momento, não aceita a relação dela com seu companheiro, devido a diferença de idade dos dois, mas, mesmo assim, sempre auxiliam-na em momentos difíceis. Relata, também, situações complicadas, vivida pelos filhos na escola, pois sua filha sofreu agressão física na instituição de ensino que frequenta, por parte de um colega, fato que a preocupa até hoje.

Entrevista de nº 13: Entrevista realizada no dia 09/01/13, pela manhã, com duração de 37min e 03s. A entrevistada é um pouco confusa. Ana é analfabeta, tem uma filha de 13 anos que frequenta a escola e, segundo a mãe, ela foi para o ensino médio, mas pela idade está na sétima série. Ela mora com a filha e com um companheiro, também, analfabeto, sua idade não ficou bem estabelecida, porque a senhora não expressa-se bem. É paranaense e já está em Campinas há um bom tempo, pois veio para o município quando está grávida da filha. Ana, atualmente, recebe o Bolsa Família e desde 2012, também, recebe a

aposentadoria por invalidez, pois contribui, por um longo tempo, como empregada doméstica. É beneficiária do PBF desde sua criação e antes é beneficiária do Renda Mínima. Tem um amplo convívio com a justiça, juiz, conselho tutelar, advogado, entre outros, pois demonstra isso na sua fala. Relata com detalhes o motivo de ter vindo para Campinas, que, segundo ela, uma de suas irmãs já morava aqui e quando ela engravida o pai da sua filha fica muito bravo e tenta matá-la- fato que a faz mudar-se para Campinas.

Entrevista de nº 14: Entrevista realizada no dia 09/01/13, pela manhã, com duração de 23min e 42 segundos. Rose tem 34 anos, ensino fundamental incompleto e é pernambucana. Reside no estado de São Paulo há mais de 11 anos, sua família é composta por 6 pessoas- o casal e mais 4 filhos. Os três filhos mais velhos, também, são pernambucanos, porém o mais novo é paulista. O marido, senhor analfabeto de 41 anos, faz bico; ela é dona de casa; o menino mais velho, de 18 anos, trabalha, e tem ensino fundamental incompleto; seus irmãos de 14, 11 e 10 anos todos estudam no 5º ano do ensino fundamental. A família mora numa chácara, onde planta e cria animais, a senhora, além das tarefas do lar, também, auxilia o marido nas atividades da chácara. Beneficiária há apenas 4 meses, muito humilde com pouco senso crítico e muito monossilábica.

Entrevista de número 15: Entrevista realizada no dia 11/01/13, a tarde, com duração de 44 min. Cleide, que tem 32 anos, ensino médio completo, 5 filhos, com as respectivas idades e situação escolar: um menino de 15 anos, matriculado para o 1º ano do ensino médio; uma menina de 10 anos, matriculada para 6º ano; um menino de 8 anos, matriculado para o 3º ano e duas meninas gêmeas de 1 anos e 4 meses. Está no seu segundo casamento, ela foi indicada para pesquisa pelas funcionárias no DAS, no dia 27/12, mas, na ocasião, ela não tinha disponibilidade de conceder a entrevista, então, como ela estuda no centro de Campinas, agendamos a entrevista lá. Cleide está cursando Técnico em Farmácia, bem como, o seu companheiro, que, no momento, está morando com a mãe, pois estão dando um tempo no relacionamento. Porém, o companheiro é muito presente na vida dela e dos filhos e contribui tanto financeiramente quanto com relação aos cuidados com os filhos. Ambos estão desempregados, Cleide, no momento, não está desempenhando atividade remunerada, pois o curso e o grande número de filhos acabam limitando a possibilidade de reinserção no mercado de trabalho. Seu ex-companheiro tem atuado como cuidador de idosos, “bico”, como diz a entrevistada, para ajudar com o aluguel e alimentação. Ambos têm um histórico de trabalho registrado, fato que de certa forma traz um incômodo a entrevistada, pois, no momento, não está trabalhando, embora isso seja para o alcance de um objetivo- concluir o curso técnico que cursa por ser contemplada com uma bolsa de estudos. É beneficiária do Bolsa Família há 4anos. Cleide, na sua fala, tem destaque pela capacidade de fazer críticas, e pelas ideias diferenciadas, como por exemplo, quando indagada sobre como melhorar o PBF,

responde que é necessário ampliar e divulgar mais, a fim de que as informações sobre o programa cheguem às pessoas analfabetas.